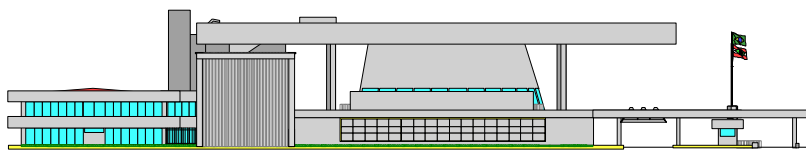


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.529

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Paulo Vidal
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Ciro Marcial Roza

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Hans Fritsche
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Hans Fritsche
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 923**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 003ª Sessão Solene
realizada em 30/03/1998..... 2
Ata da 022ª Sessão Ordinária
realizada em 31/03/1998..... 7
Ata da 023ª Sessão Ordinária
realizada em 01/04/1998..... 16
Ata da 024ª Sessão Ordinária
realizada em 01/04/1998..... 22

Atos da Mesa Diretora

Despacho 29
Resoluções 29

Publicações Diversas

Decretos Legislativos 31
Leis Complementares 31
Mensagens Governamentais 31
Ofícios 34
Projetos de Lei 34

P L E N Á R I O

ATA DA 003ª SESSÃO SOLENE

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 30 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezenove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Sergio Silva - Udo Wagner - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido o Deputado Odacir Zonta para conduzir ao Plenário as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a Mesa.

Excelentíssimo senhor Genir José Destri, Procurador-Geral do Estado, representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Hansen Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal

de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Esperidião Amin, digníssimo Senador da República;

Excelentíssimo senhor Vilson Kleinübing, digníssimo Senador da República;

Excelentíssimo senhor Casildo Maldaner, digníssimo Senador da República;

Excelentíssimo Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor ex-Governador Ivo Silveira, homenageado desta noite;

Excelentíssimo senhor Ronaldo Cunha Lima, digníssimo Senador da República;

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Excelentíssimas autoridades, senhores Deputados, a presente sessão foi convocada em homenagem ao ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia, ex-Governador do Estado, senhor Ivo Silveira, pelo transcurso dos seus 80 anos de vida e 50 anos de vida pública.

Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Concedo a palavra ao senhor Deputado Gilson dos Santos, que falará na condição de Líder do PPB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Excelentíssimo senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor Genir José Destri, digníssimo Procurador-Geral do Estado, representando neste ato o senhor Governador;

Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Hansen Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal da Capital;

Excelentíssimos senhores Senadores da República Esperidião Amin, Vilson Pedro Kleinübing, Casildo Maldaner e Ronaldo Cunha Lima, que nos dão a honra da sua presença;

Excelentíssimo senhor Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado;

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores;

Meu caro ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Vereador, ex-Governador, Doutor Ivo Silveira.

(Palmas)

(Passa a ler)

"A vida sempre me reservou momentos extraordinariamente gratificantes, muito mais do que minhas próprias expectativas poderiam aguardar ou supor e meus próprios méritos poderiam ensejar.

Muitos deles pude construí-los, meus frutos de minha convicção em poder tê-los e muito mais como propostas alvissareiras da sorte, que ao longo de minha vida, graças a todas as minhas razões mais sagradas, não se abstiveram de me acompanhar em todos os momentos, desde a minha infância até essa circunstância que vivo, presentemente, nesta noite, nesta sessão solene do Parlamento catarinense, que homenageia não uma vida mas, sim, a síntese da própria história política de Santa Catarina.

Meu pai, a cuja memória me reporto, pedindo licença a todos os que aqui se encontram, é parte mais do que eloquente desta oportunidade que tenho de, muito mais do que homenagear, agradecer ao amigo e correligionário fraterno.

Em nome da fraternidade que venero, posso, nesta noite, reverenciar oitenta anos de vida, oitenta anos de história e amizade verdadeira.

Há os que constroem sua vida e sua história, movidos pelo egoísmo, sentimento de orgulho, impulsionados pela vaidade sem limites, ultrapassam todas as barreiras da decência, da nova ética que impera neste mundo, já sem fronteiras.

Há os que destroem todas as possibilidades de construção de um novo momento e se impõem pelas grotescas formas de comportamento que mistificam, mas não implicam a real e verdadeira natureza humana.

Há os que, movidos pelos sentimentos mais escusos, pelos inexplicáveis comportamentos que só a hipótese da existência da irracionalidade pode configurar, se fecham em sua própria redoma e se negam a qualquer princípio que só a solidariedade pode propiciar vivência de alguma sorte e alguma ordem. Mas há os que, movidos pela grandeza telúrica da terra, movidos pela sentença determinada pelo universo das oportunidades de ser agentes das mudanças e transformações, se curvam ante a escala de valores das virtudes que só se encontram nos corações mais puros, na sedimentação da história construída na permanente luta pela realização da felicidade, que são únicos e ímpares, que merecem ser mistificados, honrados e venerados por seus semelhantes e sua trajetória e sua história se confundem com o bem que realizam. E podem ter seu nome de batismo trocado por uma expressão que sintetiza sua verdade de vida.

Ivo Silveira, nesta noite, teu verdadeiro nome é humildade, porque só assim me é possível falar de ti, sem o burburinho da conveniência, sem o pecado da presunção, sem o falso da ocorrência da oportunidade. Só assim é que posso deixar que o coração catarinense expresse sua generosidade de homenagear seus heróis e seus ídolos.

Humildade, sim, foi com essa extraordinária virtude que chegaste ao comando maior de nosso Estado. Foi com a

generosidade simplificada de teus gestos que produziste grandes realizações e granjeaste melhores amigos e o respeito de toda a gente de tua terra. Foi a humildade que te trouxe aqui, nesta noite, para seres o motivo de nosso encontro, a razão de nossa alegria e o primórdio de toda e qualquer felicidade que possamos merecer, por sermos as convivas especiais de tua generosa mesa de amizade.

O Município de Palhoça te viu nascer e crescer. Escolheu teu timão para ajudar sua gente na Câmara de Vereadores, na chefia do Executivo Municipal como seu Prefeito, nesta Assembléia Legislativa, porque sabiam que toda a generosidade dos teus gestos se estenderia para o universo de todo o Estado de Santa Catarina.

Aqui fizeste uma história durante três Legislaturas. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, aprendeste os passos da compreensão, da paciência, da solidariedade. Comungaste com o sentimento da fidelidade partidária, razão maior que grassava então os corações dos verdadeiros homens que construíram Partidos verdadeiros.

Aqui aprendeste as melhores lições de democracia, que te serviram de base e de sustentação para os dramáticos momentos que a vida te reservara como comandante de um Estado, que nunca, em momento algum, se submeteu a grillhões, como diz seu próprio hino, se subjugou ao sabor das veleidades dos fortes de ocasião, que jamais calou-se ante injustiças e que jamais cedeu, nem pela omissão, nem pela negociação fútil, para satisfazer interesses que não comungassem com os interesses da terra e da gente catarinense.

Na disputa da 'Sorbone' com os 'Paraguaios', na disputa da inteligência acadêmica com a prática da vida, na disputa democrática de um Partido que era a expressão maior da própria democracia, na oportunidade diante da divergência para fazer dela a convergência em favor deste Estado extraordinário, foste guiado, pela tua humildade, pela tua simplicidade, pela tua vocação para o diálogo, a Governador de todos os catarinenses.

Foste Governador num período da vida da história política brasileira em que se exigia da autoridade o mais firme comportamento autoritário - o que não foste. Foste Governador em um período em que se exigia do democrata a demonstração de comportamento ditatorial para subjugar qualquer que fosse a expressão do contraditório, em que a noção de pátria e nacionalismo tinha que ser assimilada nos moldes em que era proposta, mesmo que a rigor da submissão da dignidade humana;

Governador que precisava honrar um mandato legitimamente conquistado pela vontade soberana dos catarinenses a uma circunstância da vida nacional, que se configurava em um golpe de Estado, legítimo para muitos, impeditivo da manifestação de liberdade para outros tantos. Os generais determinavam e os civis deviam obediência, sem ter a oportunidade de questionar eventuais atitudes, mesmo que estas representassem a extrema excrescência da forma de ação humana. Em nenhum momento, a expressão da humildade catarinense se curvou ao autoritarismo ou permitiu, com o seu conhecimento ou consentimento, que se praticassem barbáries contra qualquer cidadão catarinense, fosse ele de que matiz fosse.

Foi mais do que feliz o jornalista Moacir Pereira ao radiografar, com a maior precisão e com as cores mais perfeitas que nosso idioma possa representar, os momentos mais lancinantes, dramáticos e de defesa de nossa

soberania como unidade federativa, vividos pelo Governador, pelo homem público e pelo cidadão Ivo Silveira, no livro que lança com registro efetivo e eficaz de um período de nossa história recente.

Este jornalista, que ao longo dos últimos anos, graças a Deus, de forma absolutamente independente e sem se curvar a poderes de qualquer espécie, quer políticos ou econômicos, tem retratado, com a melhor das penas, o universo de nossa história política, se consagra mais uma vez com o texto de retração desta extraordinária figura política, deste homem cujo nome e cuja história se conurbam com a virtude da humildade e da vocação para a compreensão e o diálogo.

Da homenagem que este Parlamento presta a Ivo Silveira, muito menos como figura proeminente de nossa história e muito mais pelos exemplos de vida que são a expressão de sua presença entre nós, o jornalista Moacir Pereira merece a referência não só deste discurso mas, sim, de toda a gente deste Estado catarinense, pela forma com que registra a trajetória de vida de nosso homenageado desta noite.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores, há muitos fatos e muitos feitos deste grande homem público e extraordinário Governador catarinense para serem contados e proclamados. Se o fizesse, aqui e agora, nesta noite de homenagem, seria repreendido pelo próprio homenageado, que granjeou amigos, não pelos favores que lhes concedeu, mas pela virtude da simplicidade e pela generosa amizade que ofertou a toda a gente, sem cobrança de favores e sem exigências de trocas.

Ivo Silveira só não conseguiu, ao longo de sua vida pública, fazer inimigos. Tal faceta não é de sua gênese. Construído e amalgamado nas hostes do Partido Social Democrático, o PSD, exatamente quando Governador dos catarinenses, em razão e em virtude do mal fadado ato institucional que decretou a falência, por dissolução, dos Partidos Políticos existentes à época, teve que construir uma nova circunstância de convivência e de relacionamento com políticos que, pouco tempo antes, lhe ofereceram o amargo cálice da oposição sem tréguas.

Mesmo contrariando, muitas vezes, os interesses de integrantes de seu ex-Partido, abriu espaços, até generosos, aos novos aliados da extinta UDN, com quem agora precisava construir um novo universo político em Santa Catarina, decorrente de uma realidade nacional diferente e diferenciada, que nosso Estado catarinense, em nenhum momento, havia contribuído, de forma negativa ou pejorativa, para que a mesma se consolidasse e se estabelecesse entre nós.

Hoje, nesta Casa, neste Parlamento, neste local que é a expressão mais viva da efetiva vivência democrática, porque aqui a gente catarinense se vê representada por seus escolhidos das mais diversas matizes, Vossa Excelência, Ivo Silveira, por sua humildade e por seus gestos, ainda uma vez é unanimidade sem opositores, é Santa Catarina numa só voz de homenagem, a quem, reverenciando, criamos as raízes de nossa própria e verdadeira história, por registrarmos a sua existência como modelo, como exemplo, como expressão viva de virtudes que nossa gente busca com saudade.

Sua vida pública pautou vocações. Muitos há que sob a égide de sua liderança se formaram como agentes públicos, quer como servidores de atividades da administração de Governo, quer como agentes políticos, que, por

seu exemplo, continuam até hoje a merecer a confiança da gente catarinense, porque são seus filhos ou porque identificados com sua prática democrática de trato com todos - companheiros e adversários políticos.

Se V.Exa. perpassar os olhos neste Plenário, será como se iniciasse a projeção de um filme que conte a sua história política e administrativa, em simbiose com a do nosso Estado, e a formação das lideranças que hoje formam a elite das possibilidades de voltarmos a ser um grande e belo exemplo para o Brasil, como modelo de Unidade Federada.

Os que se miram em seus exemplos é que são os que trilham o caminho da verdade e da justiça. Por isso é que são honrados, respeitados e escolhidos pela gente catarinense, para serem seus Líderes, seus condutores e os agentes de um novo momento de prosperidade, de dignidade humana e de justiça social.

No livro que agora se lança, produto da pesquisa e da inteligência do jornalista e analista político Moacir Pereira, está, numa pintura em tela sintética, o registro de sua rica história de vida pessoal, profissional, familiar e principalmente política.

Senhores Deputados, autoridades, ex-Governadores, senhoras e senhores, em suas páginas estão consignadas cenas vivas, protagonizadas por quem, aos 80 anos, carrega em sua biografia a marca registrada da paciência, da vocação para o diálogo e do exemplo da humildade. De quem, aos 80 anos, demonstra, com altivez, nunca ter se curvado aos interesses mesquinhos, nunca ter servido aos poderosos para retirar das minorias o seu legítimo direito de expressar suas vontades, de quem fez da democracia seu fundamento de ideologia política e da humildade sua decorada e entendida lição de vida.

Parabéns, Governador Ivo Silveira. Os catarinenses todos, de todas as raças, de todos os credos, de todas as matizes, de todos os cantos, recantos e lugares, num só canto, harmonioso e uníssono, que se espraia pelas nossas praias, pelas nossas serras, pelo nosso planalto, pelo nosso oeste e leste, pelo nosso norte e sul, pela nossa Palhoça, pela nossa Santa e Bela Catarina, hoje não só te homenageiam, hoje te engrandecem. Hoje, honrados e felizes, bradamos alto a uma só voz: muito obrigado por sua vida e seu exemplo, Governador Ivo Silveira.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado João Henrique Blasi, Líder da Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, Presidente desta Casa Legislativa;

Excelentíssimo senhor Dr. Genir José Destri, Procurador-Geral do Estado, neste ato representando o senhor Governador;

Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, Presidente da Corte Estadual de Justiça;

Excelentíssima senhora Prefeita Ângela Amin;

Excelentíssimos senhores Senadores da República Casildo Maldaner, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e Ronaldo Cunha Lima;

Excelentíssimo Vereador Ptolomeu Bittencourt, Presidente da Edilidade de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, Presidente do Tribunal de Contas;

Excelentíssimo senhor Deputado

Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa;

Senhores Deputados;

Senhoras e senhores;

Governador Ivo Silveira.

Ao registrar desde logo o desvanecimento pela oportunidade de fazer uso da palavra neste ensejo, devo confessar um pequeno pecadilho hoje cometido.

É que pela manhã, ao receber da Presidência da Casa a incumbência de, em nome da Bancada do PMDB, que tenho a honra de liderar neste ano legislativo, fazer uso da palavra nesta oportunidade, desde logo aceitei a incumbência egoisticamente, sem consultar qualquer de meus Pares para também terem essa oportunidade. E o fiz não por julgar-me o mais preparado da Bancada, absolutamente não, nem tão pouco por afinidades político-partidárias, porque todos sabemos que o Governador Ivo Silveira construiu a sua carreira política pelo PSD, e eu, nas minhas mais longínquas lembranças, tenho vinculações com a grei que fazia oposição ao PSD.

Lembro-me bem, Governador Ivo Silveira, que aos nove anos de idade, no dia 03 de outubro de 1965, levado pelas mãos de meu pai, aqui presente, dirigi-me à sede de um dos quartéis gerais da UDN em Florianópolis, a empresa Dipronal, para assistir a apuração do pleito que então iniciava, onde V.Exa. concorria com o eminente (também depois Governador) Antônio Carlos Konder Reis, que tinha como candidato a Vice o Dr. Laerte Ramos Vieira.

V.Exa., depois, militou na Arena, e eu era simpático ao MDB. V.Exa, hoje está no PPB e eu no PMDB. Então, que razão me teria levado ao cometimento deste pecadilho? Apenas e tão-somente um profundo e sincero sentimento de reverência e de apreço pelo homem público Ivo Silveira.

E hoje, quando entrava na Assembleia e dava uma rápida conferida na exposição, no hall de entrada, conversei com um dos mais antigos e graduados servidores desta Casa e lhe perguntei de que forma ele definiria ou poderia caracterizar a gestão governamental de Ivo Silveira. Ele me respondeu: "um Governo honesto e comprometido com a verdade".

E eu aditaria, se já não fosse o bastante: um Governador paciente, que soube enfrentar as vicissitudes, que soube ter coragem para mudar o que podia e devia ser mudado, que teve humildade para resignar-se com o que não poderia ser mudado e que teve, acima de tudo, sabedoria para discernir uma hipótese da outra.

Por isso, Governador Ivo Silveira, quando V.Exa. completa 80 anos de idade e 50 anos de vida pública, é justa, é absolutamente justa a homenagem que a sociedade catarinense, através da Assembleia Legislativa, lhe presta, para reverenciar o Prefeito, o Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, o Governador, enfim, o homem público Ivo Silveira, que é, como digo e reafirmo, merecedente, sim, desta homenagem.

O poeta, Miguel Torga, muito citado pelo Ministro Evandro Lins e Silva, diz que uma vida longa dá para tudo. É verdade, uma vida longa, realmente, dá para tudo. Dá para ser Prefeito, dá para ser Deputado, dá para ser Presidente da Assembleia, dá para ser Governador. E se este homem for Ivo Silveira, dá para ser, além disso tudo, um extremoso pai de família, um homem que, como dito há pouco pelo meu colega Deputado Gilson dos Santos, a despeito das disputas que enfrentou

ao longo da sua vida, soube cultivar o respeito e a amizade dos seus correligionários e dos seus adversários.

Por isso, Governador Ivo Silveira, quando V.Exa. recebe esta homenagem, recebe-a não no ocaso bruxoante de uma carreira, mas ao contrário, no zênite de uma trajetória que só conheceu curva ascendente.

Porque hoje, desprovido de qualquer cargo, V.Exa. é alvo desta homenagem como um simples cidadão, pelo reconhecimento que carrega, por onde vai, da população de Santa Catarina. E, como disse no domingo, na sua folha semanal no jornal O Estado, o colunista Paulo da Costa Ramos, "pode caminhar pelas ruas de Florianópolis, como por todas as ruas dos 293 Municípios de Santa Catarina, com a cabeça erguida, com a consciência do dever cumprido".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Bittencourt, Presidente Estadual do PFL.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado;

Excelentíssimo senhor Dr. Genir José Destri, digníssimo Procurador-Geral do Estado, representando neste ato o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ângela Amin, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimos senhores Senadores catarinenses, orgulho de nosso Estado no Senado Federal, Casildo Maldaner, Vilson Pedro Kleinübing e Esperidião Amin;

Excelentíssimo senhor Senador Ronaldo Cunha Lima, representante do Estado da Paraíba e ex-Governador daquele Estado;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, digníssimo Primeiro Secretário da Mesa Diretora;

Excelentíssimos senhores ex-Governadores aqui presentes, Colombo Machado Salles, Antônio Carlos Konder Reis e Henrique Córdova;

Excelentíssimos senhores Prefeitos Municipais;

Excelentíssimos senhores Vereadores;

Senhores e senhoras;

Nosso homenageado, de uma forma muito especial e carinhosa para mim, Dr. Ivo Silveira;

Sua esposa, D. Zilda;

Sua filha e seus filhos, genros, noras, netos e todos os seus familiares.

A emoção toma conta deste Parlamentar, porque neste momento, Dr. Ivo, permito-me lembrar de dois fatos, diferentemente do ocorrido com o caro Deputado João Henrique Blasi, Líder do PMDB, orador brilhante, e com o meu amigo Deputado Gilson dos Santos, que passaram a respeito das qualidades de V.Exa., um deles como seu companheiro de jornada e outro como representante dos adversários de jornada política, mas ambos marcados pelo mesmo gesto: o de res-

peito e de admiração por V.Exa.

Eu, que agora assomo à tribuna para também, em nome do meu Partido, reverenciar os seus 80 anos e os 50 anos de sua vida política, pensava sobre essa grande oportunidade de minha vida. E permita-me, Dr. Ivo, lembrar de um fato marcante para mim e para o senhor: os últimos momentos da existência de um grande amigo seu, meu pai. E tenho certeza que o foi, porque a recíproca era verdadeira.

Quando V.Exa. comemorava seus 77 anos de vida, no apartamento do seu filho, meu pai já foi, como fazia quase todos os anos, levar o seu abraço e a sua solidariedade. Recordo-me que naquela noite ele lhe fez um convite para novamente viajarem juntos, e foram para o Rio de Janeiro, para tratar de assuntos de natureza política, para conversar sobre questões administrativas, V.Exa. ainda como ex-Conselheiro do Tribunal de Contas e ele, na época, como Conselheiro do Tribunal, cheio de vida, de saúde e de alegria, porque ia na companhia do seu grande amigo Ivo Silveira.

Retornou na mesma data de hoje, 30 de março, e lembro-me que no dia do seu retorno a Santa Catarina realizávamos nesta Casa um seminário sobre a reforma constitucional. Encontrava-se presente no Plenário da Assembléia Legislativa o Ministro Reinhold Stephanes, que dava uma palestra sobre a reforma da Previdência. Na época, eu presidia esta Casa e, sentado na cadeira que cabe à Presidência deste Poder, vi o meu pai aproximando-se aqui do Plenário, sendo que ainda hoje me vem à memória a sua presença, num terno branco, contente, porque enfim havia feito a viagem dos seus sonhos com o amigo Ivo Silveira.

Encerrada parte daquela solenidade, ele se aproximou e comentou comigo que a sua saúde já não estava tão boa; dizia-me que provavelmente havia se passado um pouco na alimentação, na reunião que havia ido com Ivo Silveira no dia anterior, e que por isso não estava se sentindo bem. Pediu-me, então, para não continuar acompanhando aquela sessão, porque era obrigado a procurar um médico. Foi o último dia que eu vi meu pai com saúde.

Mas faço essa lembrança porque tenho dentro de mim uma grande convicção. Sim, foi o último dia que vi meu pai com saúde, mas eu o vi alegre, feliz, porque estava ao lado do amigo Ivo Silveira, a quem ele tanto queria.

Perdoe-me, Dr. Ivo, nesta noite de muita alegria, de muita satisfação, por recordar esses momentos, mas eu não poderia iniciar as minhas palavras sem colocar antes um caráter pessoal.

Quando foi procurado um representante do PFL para aqui homenageá-lo, solicitei, e até mesmo exigi, que eu fosse o orador desta noite em nome do meu Partido, num gesto, Dr. Ivo, do amigo, do filho, de quem tanto lhe quis bem durante a sua existência.

(Passa a ler)

"Um conhecido personagem de Jorge Amado, na extraordinária novela 'Velhos Marinheiros', vivia atormentado por não possuir um título. Homem de posses, dono de forte armazém de secos e molhados, Vasco Moscoso de Aragão desejava adornar o seu cartão de visitas com um título, uma comenda, uma comissão qualquer que o distinguisse do comerciante 'Vasquinho', como era conhecido nas rodas da juventude. Inconformado, acabou tomando por empréstimo o título indevido de 'Capitão de Longo Curso'. Ao personagem não bastava colocar abaixo do seu nome a condição de comerciante e conviver com essa

simples realidade.

Por antítese, no caso do nosso homenageado, creio que nenhum galardão poderia ilustrar de forma mais densa o seu cartão de visitas do que registrar, de forma verdadeira e singela, a atividade por si desenvolvida durante oito lustros em Santa Catarina: Ivo Silveira, homem público.

Nada mais precisa ser colocado no seu cartão de visitas.

Outra coisa não foi, a partir de 1940, o jovem adjunto de promotor público da Comarca de Palhoça. Para a sua e nossa honra. Subindo na vida pública degrau a degrau, Ivo Silveira toca a minha sensibilidade por esse motivo principal e por dois outros: por ter sido amigo fraterno e modelo do meu falecido pai e por ter construído toda a sua carreira dentro de uma moldura que exponenciava e dava prioridade à base de qualquer procedimento político: o seu Partido.

Se o futuro da entidade humana representada pelo jovem e inteligente advogado da Palhoça fosse processado num computador, talvez a resposta inviabilizasse a notável carreira que encetou na vida pública catarinense. Homem de recursos materiais modestos, originário de região pobre, polarizada pelos valores e pelo peso político da Capital, os prognósticos técnicos certamente não recomendariam aposta mais incisiva em sua trajetória.

Não obstante, Ivo Silveira, por onde andou, sempre andou por cima. Sem arrogância, pelo contrário, mas liderando. Na Oposição, nesta Casa, foi o seu Líder. Na Situação, também foi seu Líder. Presidente da Assembléia, deu ao Parlamento estadual tal evidência e destaque que acabou se transformando no primeiro Governador do Estado, após a redemocratização de 1945, a sair dos quadros desta Casa.

Essa liderança espontânea é que o terá feito, com a luz que emanava do seu nome, desatar o nó que paralisava as ações do Partido do Governo, o velho PSD, na véspera das eleições de 1965. Partido do meu pai, do meu avô, dos meus familiares; Partido também que eu, não filiado, porque não tinha idade, sempre admirava, amava (e participava de todos os seus embates e de todas as suas lutas), o PSD foi uma verdadeira de política e de democracia.

O Governo, na época, do notável estadista Celso Ramos, credenciava de forma quase insuperável, naqueles idos conturbados, a eleição do candidato partidário. Justamente nesse ponto residia a dificuldade. Sendo o favorito - e talvez por isso mesmo -, o PSD se dividia entre duas tendências: a que clamava por um técnico, a Sorbone, na época lembrado o caso em que se aclamavam o nome do ilustre Professor Alcides Abreu, arquiteto do extraordinário planejamento daquele período administrativo, e a outra, de corte político, os Paraguaiois, que se subdividia entre variadas correntes.

Houve um momento, entretanto, em que a decisão ficou muito clara: ou o PSD partia unido para o pleito ou seria, em que pese o favoritismo, derrotado pela UDN, sim, eis que o candidato adversário se tratava de ninguém menos do que o Senador Antônio Carlos Konder Reis, aqui presente, mais tarde nosso Governador, um dos mais altos cumes da história política de Santa Catarina.

Diante do impasse, a legenda partidária foi buscar um nome capaz de enfeixar o Partido em torno de si, sem uma única dissidência, sem uma única voz discrepante; foi buscar um nome que pudesse alinhar as correntes partidárias que

formariam a grande aliança da vitória, um nome que não tivesse arestas nem tivesse atropelado companheiros pela ambição, mas que fosse suficientemente vertical e que não lhe faltasse decisão e coragem.

A verdade é que naquele ano de 1965 a candidatura ao Governo do Estado es-correu para as mãos de Ivo Silveira de uma forma tão natural quanto as águas dos rios es-correm para o mar. Seu principal atributo era visível de forma absoluta: a leal e diuturna militância partidária.

Todos conhecem o sucesso administrativo do seu período de governo. O teto que nos cobre a cabeça, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, entre outras milhares, também foi obra do profícuo governo.

Chefiando o Executivo Estadual em uma época de exceção, a opinião pública catarinense também é testemunha da elevação dos seus propósitos e da total correção com que se conduziu durante esse período.

Por isso, Ivo Silveira merece o carinho dos seus concidadãos. Ele anda pelas calçadas da cidade de frente erguida, saudado, lembrado, carinhosamente saudado pelos amigos, respeitado pelos grandes e pelos humildes.

Sinto-me tremendamente à vontade, orgulhoso mesmo, apesar da diferença de uma geração, de ter tido a oportunidade de conviver com esse extraordinário exemplo de homem público justamente por isso: porque poucos, tendo ocupado tão altos e elevados postos de mando, poderão exibir como grande auréola essa condição, transformando-a no mais alto distintivo de uma carreira irrepreensível: a de, durante uma inteira existência, nunca ter se afastado dessa grande, sacrificada e generosa atividade de Homem Público.

Muito obrigado, homem público Ivo Silveira!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ouviremos neste momento o Hino do Colégio Governador Ivo Silveira, cantado pelo coral deste colégio.

(Procede-se à execução do hino.)

Convidamos a senhora Elizabete Silveira Brandalize, filha do homenageado, para acompanhar a senhorita Karina Vaz Cascaes, rainha do Clube Recreativo 7 de Setembro, e o senhor Paulino Schmidt, Prefeito de Palhoça, para a entrega de placas do povo palhocense.

(Procede-se à entrega de placas ao homenageado.)

(Palmas)

Convidamos o Dr. Remacio Fischer Junior, Presidente da Associação Catarinense de Medicina, para proceder à entrega de uma placa ao homenageado em nome daquela associação.

(Procede-se à entrega da placa ao homenageado.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao homenageado Ivo Silveira.

O SR. EX-GOVERNADOR IVO SILVEIRA - Excelentíssimo senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor Genir José Destri, Procurador-Geral do Estado, representando Sua Excelência o Governador do Estado; Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado;

Excelentíssima senhora Prefeita Ângela Amin;

Excelentíssimo senhor Esperidião Amin, Senador da República;

Excelentíssimo senhor Vilson Kleinübing, Senador da República;

Excelentíssimo senhor Ronaldo Cunha Lima, Senador da República, que nos honra com sua presença, e peço que leve à bela Paraiba o nosso abraço;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bértoli, Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Casa; Senhores Deputados Federais;

Excelentíssimos senhores Governadores Colombo Machado Salles, Antônio Carlos Konder Reis e Henrique Córdova;

Senhor Prefeito Municipal de Palhoça;

Senhores Deputados Estaduais, minhas senhoras e meus senhores, quero dizer, depois de tudo isto, que só Deus mesmo pode permitir que um homem aos oitenta anos resista a tanta bondade e a tanta gentileza porque sabe e tem consciência de que não teve a grandeza para tanta homenagem.

O abraço da família, o cumprimento dos amigos é uma alegria, e a homenagem desta Casa pela unanimidade dos senhores Deputados aumenta ainda mais a minha alegria, dando-me a certeza de ter cumprido o meu dever de homem público. Desta tribuna defendi os interesses do povo e do Estado de Santa Catarina durante quatro mandatos, hora na liderança da Oposição, hora na liderança do Governo; travei acalorados debates, algumas vezes ásperos, porém, nunca desrespeitosos.

Tive adversários, não fiz inimigos. Da modesta origem, subi aos postos conquistados sem perder a humildade.

Fui Prefeito da minha querida Palhoça, Deputado Estadual, três vezes Presidente da Assembléia Legislativa e Governador do Estado.

Governador eleito em 1965, deparei-me com a extensão dos Partidos Políticos, a criação do bipartidarismo. Presidi em Santa Catarina a formação da Arena, na qual uni as principais correntes políticas.

Convivi com o AI-5, três Presidentes da República e a Junta Militar. Maior que as dificuldades, entretanto, foi a alegria do exercício do mandato de Governador; delegar a Santa Catarina um conjunto de obras nas quais estão três mil salas de aula que geraram 250 mil novas matrículas; Plano Estadual de Educação; a Fundação Catarinense de Educação Excepcional; ginásios cobertos; curso de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina; interiorização do ensino superior; a Universidade de Blumenau; a Univali; a Unisul e tantas outras espalhadas pelo Estado que eu tive a ventura de ajudar técnica e financeiramente; assim como levar a energia elétrica a todos os Municípios; construir a última usina hidrelétrica no Município de Campos Novos em 1968; 4.600 quilômetros de estradas; 3.900 metros de ponte; implantação e melhoria de 3.700 quilômetros em convênio com as Prefeituras Municipais; instalação de 84 novos escritórios da Acaresc; projeto de fruticultura de clima temperado que dá hoje ao Estado de Santa Catarina o maior produtor do País; centro de pesquisa aplicada em São Joaquim; regularizar através da expedição de título de propriedade a situação de 4.700 famílias rurais; colocar em funcionamento o Hospital Celso Ramos e o

hospital de Xanxerê; a maternidade de Mafra; o laboratório central de medicamentos; o Instituto de Cardiologia e Diagnóstico Precoce do Câncer; Companhia Estadual de Telecomunicações; a Cotesc, que veio a se transformar na atual Telesc, e o início das obras da nova ponte que liga a Ilha com o Continente.

Deixei as finanças regularizadas e paguei em dia os compromissos do Tesouro, inclusive ao funcionalismo público. Ver o Produto Interno Bruto crescer a 16,9% no Estado, aumentando assim a renda per capita, o apoio do Poder Legislativo nunca me faltou.

Assim pude realizar o meu plano de governo, cujo lema era paz e prosperidade, o que creio ter deixado a Santa Catarina. Govei com tranquilidade e paz para que o povo catarinense pudesse ver no seu Governador um homem tranqüilo apesar das dificuldades, porque ninguém governa na desunião, na desordem, só se governa na paz, com tranqüilidade.

Aos oitenta anos tudo é perdoado, como a tosse, o embargo, o choro, porque só não chora o homem que não tem coração e eu tenho! Por isso, me perdoem, é demais a emoção, é grande demais a homenagem.

É assim que depois desses longos anos, vinte e cinco anos afastado do Poder, sem poder econômico, venho a esta tribuna, nesta Casa, nesta noite, não para o debate, mas para o agradecimento; para agradecer os senhores Deputados que exageraram nos conceitos a meu respeito.

O Deputado Gilson dos Santos, Líder da Bancada do meu Partido nesta Casa, a quem conheci quando era guri em Paulo Lopes, velho amigo de seu pai, Primeiro Prefeito eleito.

Lembro-me quanto nós já estávamos cansando, que a resistência já estava se acabando em função dos dez anos de Oposição, eu não parava, visitava todos os Municípios, chegava em Paulo Lopes e lá estava o Bertoldo, que dizia: "Otávio Gilson, como ele chamava, vai chamar o Zé Lica, vai chamar o seu Alfredo, vai chamar o Quinquinha, vai chamar o professor Elesbão, e diz que o Dr. Ivo está aqui. Eles vinham e a conversa era a mesma: "Ah, mas o senhor já falou que nós íamos ganhar na outra vez!". E eu dizia que na outra vez não tinha sido possível e aquela seria a verdadeira; que estava ali para trazer a segurança do Partido e que tinha falado com o seu Celso e eles estavam animados. Ele dizia: "Mas nós já estamos cansando, Dr. Ivo". E eu falava para eles terem paciência, me agüentarem mais um pouco.

Era assim a minha vida.

Veio depois Pedro Bittencourt e disse que o Deputado Gilson dos Santos já estava no quinto mandato, que já tinha sido Presidente da Casa, que já tinha substituído o Governador e que era de Paulo Lopes.

E o Deputado Pedro Bittencourt, eu vou um pouco mais longe, eu vou nas nossas convenções partidárias, há muitos anos, quando era jovem, estava lá sempre entre nós nas nossas convenções, onde se encontravam três ou quatro pessoas, entre eles o Coronel Gasparino Jorge, o Augusto Brizola, o Pedro Kurtz; esses eram os que chegavam mais perto da figura extraordinária de Nereu Ramos.

Depois, nesta Casa, convivi por mais de dez anos com Epitácio Bittencourt. Não fizemos apenas amizade de Parlamentar do dia-a-dia, tivemos uma amizade fraterna, e foi realmente a última viagem que nós fizemos juntos, quando ele foi ao Tribunal de Contas do Rio de Janeiro resolver alguns problemas. E é um prazer ver hoje V.Exa, Deputado Pedro Bittencourt,

presidir um Partido no Estado, ter sido Presidente da Casa e ter substituído o Governador do Estado.

De V.Exa., Deputado, eu podia esperar toda esta generosidade, mas falou outro Líder jovem desta Casa, adversário político através da sua tradicional família, de forma muito educada, elogiando-me, e eu agradeço. Não é novidade que V.Exa. tem tradição familiar, mas tenho acompanhado o seu trabalho nas Comissões, através dos pareceres e no Plenário, e sei que V.Exa. tem na sua família cultores de Direito.

Senhores Deputados, muito obrigado!

Agradeço a nobreza de sentimentos e a generosidade de V.Exas., senhores Deputados, quando completo oitenta anos de idade e cinquenta de vida pública, ao me prestarem esta homenagem sob o teto da Casa que tive a honra de mandar construir. Jamais poderia imaginar que depois de tantos anos viesse a esta tribuna e encontrasse esta Casa lotada como nos meus tempos de Parlamentar, quando se travava as grandes discussões no Plenário da Casa.

Tive a honra de mandar construir esta Casa quando os horizontes políticos ainda se apresentavam nevoentos e algumas pessoas já não acreditavam na sobrevivência do pleno regime democrático.

Acompanhei sua construção desde a pedra fundamental até a abertura das portas, portas essas que espero permaneçam sempre abertas para receber as aspirações dos catarinenses.

Quando lancei a pedra em 1967, eu disse o seguinte: "As solicitações de todas as latitudes sociais encontram a mais sensível acústica nas Casas Legislativas. Essas são o teto comum do povo."

Esta homenagem me alcança a alma e o coração limpos de ressentimento. Ela cobre por inteiro a minha vida pública.

Por isso peço permissão a V.Exas., senhores Deputados, para dividi-la com a minha família, que sempre soube compreender as razões pelas quais eu muitas vezes não pude ser o esposo e o pai que gostariam e necessitavam.

Que Deus abençoe os que tanto bem me fazem!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Excelentíssimo senhor Genir José Destri, Procurador-Geral do Estado, representando o senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo senhor Desembargador João Martins, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Hansen Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Esperidião Amin, digníssimo Senador da República;

Excelentíssimo senhor Vilson Kleinübing, Senador da República;

Excelentíssimo senhor Casildo Maldaner, Senador da República;

Excelentíssimo senhor Ronaldo Cunha Lima, Senador da República do Estado da Paraiba;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bértoli, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Gervásio Maciel, Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Ivo Silveira, nosso digníssimo homenageado;

Excelentíssima senhora Zilda Luchi Silveira, esposa do homenageado; filhos do homenageado - Elisabete Silveira Brandalise, Ivo Silveira Filho, Renato Silveira e Carlos Roberto Silveira; netos - Michel Brandalise e Michele Brandalise, Ivo Silveira neto, Rodrigo Silveira, Ana Luiza Silveira e bisneto Fernando Silveira; senhoras e senhores.

(Passa a ler)

"Ao presidir esta sessão solene em homenagem ao ex-Governador Ivo Silveira, homem público que exerceu os mandatos de Prefeito de Palhoça, Deputado Estadual por quatro vezes, Presidente da Assembléia Legislativa e Governador do nosso Estado, rendo homenagem a todos os homens públicos que exercem o seu papel com dignidade e decência e têm a graça de viver o reconhecimento da sociedade.

Além de todas as qualidades aqui exaltadas, percebe-se no homenageado o mérito de haver sido um homem de Partido. Sem questionar suas posições ideológicas, Ivo Silveira em um tempo em que eram elegíveis apenas membros de famílias oligárquicas, por sua militância e competência, apesar de origem humilde, representando um Município de pequena densidade eleitoral, chegou à chefia dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado de Santa Catarina.

Eleito Governador após o golpe militar de 1964, seu currículo não registra nenhum ato de truculência ou autoritarismo, tão comuns naquele período em que predominava o arbítrio dos Governantes.

Referências à conduta de Parlamentar hábil e conciliador e Governante probo e competente, reservam a Ivo Silveira uma página respeitável na história recente de Santa Catarina.

Quantos homens públicos na história do nosso País tiveram a graça de, aos 80 anos de vida, receberem uma homenagem de seus coestaduanos sob um teto do qual assentaram a primeira pedra?

Quantos homens públicos têm a graça de, deixado o Poder, transitarem pelas ruas de cabeça erguida e com expressão de quem cumpriu o seu dever, sem ter do que se envergonhar?

Governador Ivo Silveira, na condição de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Parlamentar eleito pelo Partido dos Trabalhadores, Partido de raízes populares que se contrapõe às posições e Partidos em que V.Exa. militou, manifesto o meu mais sincero respeito e reconhecimento pela sua contribuição à democracia e ao bem-estar dos catarinenses.

Aos familiares de Ivo Silveira aqui presentes, o desejo de que o convívio com a sabedoria e exemplo de seu ilustre pai e avô se prolongue por muitos anos."

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do Hino do Estado de Santa Catarina.

Quero pedir, civilizadamente, às galerias que sejam comedidos nas manifestações, por gentileza.

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, digníssimo Primeiro Secretário da Mesa Diretora.

Excelentíssimas autoridades e senhores Deputados, nos termos do art. 46 da Constituição do Estado e na forma estabelecida no inciso 5º do artigo 68, 69 e 70 do Regimento Interno, declaro solenemente encerrado os trabalhos legislativos referentes à 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Muito obrigado à nossa Banda da Polícia Militar, que sempre nos abrilhanta com as suas apresentações.

A Presidência agradece a presença de todos que aqui compareceram e convida a todos para o lançamento do livro Ivo Silveira - Um Depoimento, do jornalista Moacir Pereira.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 31 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carliro Meres - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a

Sociedade Beneficente Irmã Dulce, com sede e foro na cidade e Comarca de Correia Pinto;

- de autoria do senhor Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação dos Portadores Psoríases e Vitiligo, com sede e foro no Município de Videira.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do senhor Presidente do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de Comarcas e Varas e dá outras providências.

OFÍCIOS NºS:

060/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, comunicando a aprovação da Moção de apoio solicitando a apreciação favorável da mensagem que reduz multas e facilita o pagamento de tributos atrasados, visando possibilitar a muitas empresas recuperarem-se de seus débitos fiscais;

073/98, do senhor Deputado Ciro Marcial Roza, comunicando, que em razão de motivos pessoais, declina de sua participação na Comissão Permanente de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, desta Casa;

276/98, do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, comunicando, que em razão de motivos particulares, não deseja integrar a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, desta Casa.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, terminada a leitura do expediente, comunicamos que de acordo com o Requerimento nº 102/98, de autoria desse Deputado, vamos suspender por trinta minutos a presente sessão, até as 15h, para em seguida fazermos um ato especial de reflexão sobre os acontecimentos de 31 de março e uma homenagem ao ex-Deputado Paulo Stuart Wright.

Está suspensa a sessão por trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Nós temos quarenta e cinco minutos para dividir entre o PFL, o PMDB, o PT, o PSDB e o PPB. Pedimos à assessoria da Casa que faça a distribuição do horário para que possamos anunciar o tempo de cada Partido.

Hoje, terça-feira, os primeiros oito minutos pertencem ao PFL.

(Pausa)

Na ausência dos representantes do PFL, os próximos doze minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, anunciando desde logo que o tempo destinado ao PMDB será partilhado por mim e o Deputado Romildo Titon,

eu colho desta oportunidade imediata a parte especial da sessão que houve ainda há pouco, para trazer o pronunciamento da Bancada do PMDB referente também a este dia, 31 de março, que hoje transcorre.

Em primeiro lugar gostaria de dizer da minha satisfação pessoal em ter podido ser o autor do projeto de lei sancionado no começo do ano pelo Governador, que vai possibilitar, depois de regulamentado - esperamos que isso ocorra num lapso temporal bastante curto -, a indenização àqueles que estiveram presos ou foram serviciados pelo regime de exceção instalado neste País.

É uma contribuição modesta, singela, de todo o Parlamento, muito mais do que como foi assinalado daqui da tribuna, com caráter pedagógico, para que fique assinalado o reconhecimento do Estado aos erros, aos equívocos, aos excessos praticados em razão de um regime arbitrário.

Essa reparação, essa indenização tem muito mais um condão, tem muito mais um caráter educativo, pedagógico, do que a reparação material, porque sabemos que vidas não se paga, assim como de igual modo os sofrimentos.

Por isso, a forma como entendemos como viável foi essa, a de propiciar, através da via material, uma indenização a essas pessoas para que elas se sintam, de certa forma, mais confortadas e, sobretudo, para que o Estado faça o mea-culpa pelas atrocidades que foram cometidas.

Esperamos que de imediato o Governador cumpra com a segunda parte, porque a primeira por ele feita foi sancionar a lei, a segunda é indicar os representantes do Governo do Estado que vão compor a Comissão Especial, encarregados de dar parecer em todos os pedidos indenizatórios. Comissão esta que será também integrada pela Assembléia, pelo Ministério Público, pela OAB, pelos ex-presos políticos e pela Associação Catarinense de Medicina, tendo todas essas entidades já indicado os seus respectivos representantes.

Por isso, senhor Presidente, este dia, 31 de março, tem muito a ver com a história do PMDB. Este PMDB que vem do MDB e que lutou mais do que qualquer outro para que se restaurasse a democracia no País, para que pudéssemos viver, como agora estamos vivendo, dias de um estado de direito democrático.

Por isso, queremos deixar assinalado, marcado, em nome da Bancada do PMDB, o nosso cumprimento a esta reflexão promovida há pouco pelo Deputado Neodi Saretta e a nossa solidariedade a tantos quantos se submeteram às atrocidades praticadas pelo regime de exceção.

Cedo os dez minutos remanescentes ao senhor Deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, apresentei à Mesa uma indicação sobre uma proposta que considero de importância para a nossa região do Meio-Oeste catarinense, que passará a ser chamada Planalto Sul Catarinense, e também temos uma proposta para o Planalto Serrano, que diz respeito ao fator da BR-282.

Isso é de interesse também do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que sempre foi um

grande lutador pela BR-282. Inclusive, agora, os fatos que aí se avizinham com relação aos recursos que estão alocados no Orçamento da União, é que estão prestes a ser assinados recursos em torno de R\$10.000.000,00, para serem investidos na BR-282. E até já foi anunciado pelo Governo do Estado o interesse de fazer o contorno em Santo Amaro da Imperatriz, com investimentos na própria recuperação da BR-282, o que é um fato novo, sobre o qual já tive a oportunidade de debater com o Governo Paulo Afonso. E agora, fazendo minha parte como Parlamentar, dei entrada na Casa a uma indicação, para ficar documentada a minha ação.

Nós sabemos que através do Convênio nº 085/95, quando o Governo Federal delegou ao Governo do Estado as obras de execução da pavimentação do trecho que compreende Lages a São José do Cerrito, no art. 4º está claro que não se poderá usar recursos do DNER, ou seja, do Governo Federal como investimento naquela obra que foi delegada ao Governo do Estado.

Visto isso, nós, que sempre acompanhamos o desenrolar dos avanços que tiveram a pavimentação da BR-282, sabemos que os recursos investidos foram no trecho litoral/Lages. Nós que sempre sonhamos com a pavimentação do trecho Lages/Cerrito/Vargem à BR-470, também sabemos que todos os recursos que vieram para Santa Catarina, Deputado Ivan Ranzolin, sempre foram iniciados daqui para lá, nunca chegando lá, onde, realmente, nós da região serrana, da região do Meio-Oeste e da futura região planalto sul, se for aprovado o projeto da microrregião, almejamos.

Então, estive discutindo isso com o Governador e agora, através dessa indicação, para que possamos investir a aplicação desses recursos, já que não se pode aplicar no trecho de Lages a São José do Cerrito, porque o Convênio nº 085 impede que esses recursos sejam usados naquele trecho, começando pela BR-470 via Município de Vargem. E estamos pedindo que dos dez milhões que vão vir para a BR-282 quatro milhões sejam investidos naquele trecho que começa na BR-470, onde provavelmente daria para chegar até o Município de Vargem.

Assim, Deputado Ivan Ranzolin, com a pavimentação que está executada, pelo Governo do Estado, de Lages a São José do Cerrito, os dois Municípios que estão ainda no meio desse trecho sem asfaltamento teriam uma saída com asfalto para outras BRs ou para outros acessos maiores.

Este é o objetivo da nossa indicação, que estamos apresentando aqui nesta Casa, sobre a qual já tivemos a oportunidade de discutir com o Governador do Estado, e acredito que teremos sucesso nesse sentido.

Acredito que o Deputado Ivan também há de concordar com essa hipótese, ou seja, que mais uma vez os recursos que vêm para Santa Catarina são investidos, todos, aqui no litoral. Acho que está na hora da nossa região realmente brigar para que esses recursos comecem no sentido contrário, pela vez primeira nessa grande história de luta da BR-282.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. vê como é difícil, Deputado Romildo Titon, os recursos federais virem para Santa Catarina. E quando vêm, para chegar na nossa região é um Deus nos acuda. V.Exa. sabe das dificuldades que nós temos com a BR-282, que

não é uma estrada dos Municípios, é a única estrada que integra o Estado de Santa Catarina e que corta todo o Estado, partindo do Oeste para Florianópolis. Está faltando realmente esse trecho, o que liga Lages ao Inferninho, passando por São José do Cerrito, pela Vargem.

Senhor Deputado, quero dizer a V.Exa. que o objetivo da estrada é integrar, facilitar o escoamento da produção. Agora, ela está indo rumo a São José do Cerrito. Mas se nós não começarmos de lá para cá, como diz V.Exa., no sentido de Campos Novos a Lages, nós não vamos integrar tão cedo o Município da Vargem.

Quero concordar com V.Exa., assinar junto o documento e dizer mais uma vez que está na hora de começar de lá para cá. Acho que temos que, realmente, o quanto antes, integrar o Município de Vargem, que é um Município promissor, agrícola, com um grande potencial, pois que realmente não dá mais para conviver com aquela estrada, que é federal.

Não só concordo com V.Exa. como também tenho me manifestado favoravelmente. Acho que todos nós temos que nos integrar a isso. Está ali o Deputado Francisco Küster, que foi durante longos anos um batalhador também da BR-282, e nós, os Deputados da região, somos realmente cobrados.

V.Exa. acompanhou a luta pela BR-470 e da ponte, pois se tornou uma realidade! E acho que tudo pode se tornar realidade, desde que se trabalhe para isso!

Integro-me nessa luta e acho que está na hora, é o momento e não terá outra oportunidade de se começar a estrada do Inferninho, do Município de Campos Novos, integrando o Município de Vargem, para depois, num futuro mais longo, encontrar com a estrada que vai de São José do Cerrito e integrar toda a BR-282, que é o grande objetivo.

Cumprimento V.Exa., estou junto nesta luta e acho que temos que nos esmerar, nos esforçar, para que isto aconteça.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado.

Tenho absoluta certeza de que se permaneceremos atentos a essa questão, no momento em que for assinado o convênio de delegação para que o Governo do Estado possa aplicar esses R\$10.000.000,00 na BR-282, teremos perfeitas condições de convencer o DER e a Secretaria dos Transportes junto ao Governador para que seja iniciada pelo menos esta parte, esses dezessete quilômetros que faltam da Vargem para chegar à BR-470.

Acho que seria de fundamental importância, porque já foi estadualizado um trecho também de Abdon Batista a Vargem, que sairia na BR-282. Inclusive há um projeto no sentido de futuramente ser asfaltada essa SC. Com o asfaltamento desse trecho da BR-470 a Vargem, já estaria 50% do caminho pronto para a ligação com o Município de Abdon Batista, de Anita Garibaldi e Celso Ramos, enfim, todos os Municípios que estão naquelas imediações e que, certamente, serão beneficiados com esse investimento.

Senhores Deputados, pela primeira vez nós quebraríamos esse tabu de que todas as vezes que os recursos vêm para Santa Catarina as obras iniciam no sentido Florianópolis à região serrana. E nós, ao longo dos anos, estamos na espera de ver aquele trecho realmente concluído.

Digo isso e repito mais uma vez: já que o convênio de delegação foi assinado

entre o Governo Federal e o Governo do Estado do trecho São José do Cerrito a Lages, não pode ser investido esse recurso, porque se pudesse, é lógico que lutaríamos por isso, porque lá o asfalto já está sendo feito, e nós teríamos uma injeção de recursos para que isso se concretizasse o mais rápido possível.

Não tendo essa possibilidade, é justo que reivindicemos que seja asfaltado ainda onde não foi. Santo Amaro da Imperatriz, que é o acesso que se pretende fazer, temos certeza que poderia esperar mais um tempo, porque de qualquer forma, seja com calçamento ou sem, existe um acesso para chegar à BR-101, e todos estão transitando.

Então, espero contar com o apoio dos meus Colegas para que tenhamos nessa história recente a reversão da iniciativa da pavimentação da BR-282.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, neste ano de 98 o Estado de Santa Catarina vive ainda algumas indefinições no processo educacional, que todos os Deputados estão acompanhando.

Há uma confusão geral nas escolas. Existe escola com uma grade curricular, uma outra escola com outra grade, existe escola com uma carga e outra escola com outra carga horária. Quanto às horas/aula, algumas estão funcionando com 60 minutos e outras com 48.

Então, há necessidade de definirmos aqui uma solução para o sistema estadual de educação. Eu gostaria de trazer os 121 artigos que foram apresentados por mais de 20 Deputados a esta Casa, que tratam do sistema estadual de educação. Os professores hoje estão reunidos, vendo qual posição vão tomar. A cada semana estudantes, das diferentes regiões do Estado, estão se mobilizando para se contrapor à imposição da Secretaria da Educação quanto à carga horária, disciplinas e grade curricular.

As principais novidades do sistema estadual de educação são: a contribuição que nós, desta Casa, daremos ao futuro da educação no Estado; os princípios da educação que vão estar não só voltados para a formação profissional e para o trabalho, mas também para a formação da cidadania e da transformação social para a construção da solidariedade e da justiça social.

A segunda contribuição que o sistema estadual dará a Santa Catarina, se for aprovado a partir do projeto apresentado, é a democratização da educação no Estado de Santa Catarina. E no que diz respeito à democratização, alguns pontos centrais:

1 - Conselhos Deliberativos Escolares. Lá, na própria escola, tem que existir um Conselho que delibere sobre o funcionamento e a dinâmica da própria escola e da própria educação, a partir do projeto político-pedagógico de cada unidade escolar;

2 - Eleição direta para Diretor. É fundamental alunos, professores e funcionários elegerem democraticamente e legitimamente os seus dirigentes nas suas unidades escolares;

3 - Uma nova composição do Conselho Estadual de Educação. Não é o Governo de plantão que deverá nomear todos os representantes do Conselho Estadual. Esse deve ser democraticamente constituído, respei-

tando as diferentes instituições educacionais do Estado, não só da sociedade política como também da sociedade civil.

4 - Criação - e essa é a novidade também - de um Fórum Estadual de Educação, constituído legalmente e legitimamente, composto por representantes tanto da Secretaria quanto do Governo, das instituições escolares e da sociedade civil, para discutir a política estadual de Santa Catarina.

Sobre o financiamento da educação, qual é a novidade com relação à LDB nacional? Nós estamos colocando a necessidade da educação infantil ser gratuita e também obrigatória, a partir de 2005. A LDB deixa aberta a obrigatoriedade. Nós estamos dizendo que o Estado tem o dever de oferecer educação infantil a partir de 2005. A outra novidade que a LDB em nível nacional deixa aberta é o ensino fundamental.

Grande parte das empresas, hoje, para contratar seus funcionários está exigindo o 2º grau. Se as empresas hoje estão exigindo isso, o Estado, o Poder Público, terá que, obrigatoriamente, a partir de 1999, oferecer ensino médio para todos os jovens do Estado de Santa Catarina.

Então, estamos trazendo a obrigatoriedade do Estado para com o ensino médio, que não está prevista na LDB nacional, que o Estado, através do sistema estadual, poderá incrementar, porque é impossível pensar em educação e no futuro deste Estado, se não tornarmos tarefa e responsabilidade do Estado desde a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Outra novidade que estamos tentando incorporar no sistema estadual é a grade curricular e a carga horária. A proposição desse projeto de lei complementar prevê não carga horária de 60 minutos hora/aula, mas de 48 minutos, durante o período noturno. Ou seja, incorpora uma nova mudança na dinâmica atual, possibilitando assim novas disciplinas, nova dinâmica de funcionamento da escola, com isso, incorporando novos professores - os que foram demitidos ou os que ficaram em casa neste ano.

Por isso que incorporamos também não só uma nova proposta de grade curricular e de carga horária, como também a manutenção de disciplinas que foram extintas: Educação Artística, Educação Física, Sociologia e Filosofia. É fundamental pensar a cidadania, não há futuro se não se pensar na formação das crianças, dos adolescentes, dos jovens, tanto para o trabalho como para a formação da própria sociedade.

Por isso que o sistema estadual que ora está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça necessita, com urgência, do debate na sociedade, nesta Casa, para que efetivamente em 1998 possamos dar a contribuição para o futuro de Santa Catarina, para o futuro da educação.

Os Estados Unidos está assumindo a educação básica obrigatória, desde o zero até os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO

KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Francisco Küster, eu estava aguardando o horário destinado ao meu Partido para fazer uma saudação toda especial ao Prefeito Municipal de Itajaí, Jandir Bellini, ex-Deputado desta Casa, cuja presença nos honra muito.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Fazemos coro com o registro que faz V.Exa. da presença do Prefeito Jandir Bellini, ex-Colega nosso, desejando-lhe uma boa estada aqui.

Senhor Presidente e senhores Deputados, pretendo me pronunciar a respeito do evento que há pouco aconteceu aqui no Plenário desta Casa. Na oportunidade, fez-se o registro - para manter vivo na lembrança esse episódio, que não pode cair no ostracismo, no esquecimento - dos desaparecidos, vítimas de uma perseguição política fruto do condenável autoritarismo que se abateu sobre o País nos idos de 1964, momento em que os adutores do regime de então promoviam grandes festejos.

Quem viveu uma ditadura, mesmo não sendo tão perseguido, mas viveu na oposição, lutando contra ela com todas as forças que tinha ao seu alcance naquele momento, não deseja, em hipótese alguma, viver uma segunda ditadura. Somente pessoas que têm algum desvio mental poderão imaginar um dia uma nova ditadura, porque neste País, de dimensão continental, de povo de índole pacífica, de povo de formação solidária entre si, viver um episódio tão nebuloso de cerceamento das liberdades, de perseguições, de torturas e de mortes...

Mas eu quero, senhores Deputados, neste momento, dizer que, na condição de Constituinte que fui, a Constituição Federal contempla um instrumento de extrema valia para que os cidadãos possam acessar a todo e qualquer documento que lhes interesse, qual seja, o instituto do "habeas-data". O nome pode ser estranho à maioria dos brasileiros e talvez até para alguns de nós, políticos com mandato neste momento, mas é um instrumento de grande importância que não está sendo utilizado como deveria. Mas faço essa referência "en passant" para registrar que existe esse instrumento.

Nobres Companheiros, a nossa metódica passagem pela Presidência deste Poder foi um acontecimento de grande valia, de grande importância. Foi pouco tempo, mas fizemos o que foi possível fazer, tendo dedicado um pouco da nossa atenção ao resgate de documentos importantes desta Casa, à preservação desses documentos, que são públicos. E como a qualquer momento qualquer cidadão pode pretender acessá-los, é obrigação da Casa colocar esses documentos em condições de serem acessados e manuseados.

Mas não fizemos tudo o que estava na nossa intenção fazer, ficou ainda muita coisa. Portanto, a título de colaboração, quero sugerir ao eminente Presidente Neodi Saretta, por extensão à douta Mesa, que coloque à disposição do público em geral um espaço com pessoas que possam manter sob a sua responsabilidade documentos de interesse do público, pois mais dia, menos dia alguém poderá pretender acessar a esses documentos.

Sugiro até um espaço junto à biblioteca deste Poder; que lá, então, disponibilizem esses documentos a quem interessar possa. E digo mais: que possam também ficar ao alcance de pesquisadores, de estudantes, de professores, porque amanhã ou depois poderão servir para tese de mestrado ou alguns professores poderão usá-lo como um instrumento a mais contra qualquer aventura tresloucada de

se pensar em ditadura.

Esses documentos precisam ficar ao alcance da sociedade, como o dossiê de Paulo Stuart Wright e outros, que ainda estão guardados nos cofres desta Assembléia Legislativa. Documentos públicos não podem ficar à guarda de uma única pessoa ou de alguém no exercício do poder, têm que ficar ao alcance do público.

Por isso, sugiro que criem um espaço junto à biblioteca desta Casa, tendo lá uma pessoa de confiança absoluta da Mesa Diretora, do senhor Presidente, para cuidar dessa documentação, fazê-la chegar às mãos de pesquisadores, de historiadores, para com isso manter acesa a chama da liberdade e dar a nossa contribuição para a consolidação da democracia, fazendo com que nunca mais nenhum aventureiro, nenhum louco, nenhum insano possa pensar num golpe, numa ditadura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos doze minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de tecer algumas considerações sobre um artigo publicado pelo Governador Paulo Afonso no Diário Catarinense de hoje.

Acho que este artigo está transcrito em todos os jornais de Santa Catarina, quicá, do Brasil, sob o título "Estado Saneado".

(Passa a ler)

"Hoje é um dia histórico para Santa Catarina. Em Brasília, assinaremos com o Governo Federal o esperado Acordo de Refinanciamento da Dívida Pública com o Tesouro Nacional. Isso significa, na prática, que, a partir de agora, o Estado aumenta a sua capacidade de investimento em novas obras e programas sociais, ganha flexibilidade para administrar de maneira mais justa seus recursos, e o pagamento de uma dívida antiga deixa de ser um peso no Orçamento estadual. Se antes o nosso desembolso mensal chegou a bater a casa dos 25% da nossa receita, agora Santa Catarina ganha um fôlego e garante um comprometimento máximo de 13% mensais nos próximos trinta anos. O lado negativo desta história é que, por conta de um atraso na negociação, nossas expectativas foram frustradas com relação a obras e serviços que poderiam ter sido viabilizados desde o início do nosso mandato.

A grande verdade é que sempre fomos punidos pela nossa competência. Por sermos um Estado laborioso, de economia diversificada e razoavelmente estruturado nos setores essenciais, o Governo Federal nunca se mostrou pródigo para com os catarinenses.

Com a negociação da rolagem da dívida catarinense não foi diferente. Por falta de visão solidária e excesso de preocupação em manter uma oposição ferrenha e destrutiva, dois Senadores de Santa Catarina custaram a engajar-se na defesa dos interesses catarinenses.

Levamos sete meses para assinar um acordo que, para muitos Estados, foi uma mera formalidade rotineira. Mas conseguimos, e os reflexos positivos desta conquista serão sentidos pelos catarinenses nos próximos trinta anos, pelo menos.

A dívida pública do Estado não é oriunda do Governo Paulo Afonso. Aliás, é bom reforçar que, ao contrário do que os nossos opositores tentam dizer, destes R\$1,3 bilhão

negociados na rolagem, apenas uma parcela insignificante foi contraída pela atual administração.

Além do mais, este Governo pagou nos últimos três anos mais de R\$1 bilhão de dívidas feitas por administrações anteriores.

Também ao inverso do que dizem os arautos do caos, este é um Governo que honra com seus compromissos, que paga a dívida de Governos anteriores, que negocia a governabilidade financeira para as futuras administrações e que realizou um dos menores endividamentos público do Estado.

Quem fizer as contas e, sem paixões políticas, analisar a situação financeira do Estado, vai chegar à conclusão de que entregaremos, ao final deste ano, um Governo em condições bastante superiores àquelas deixadas em fim de 1994. E com diferencial de grande valia: deixaremos aos catarinenses um patrimônio de mais de R\$2 milhões em obras e serviços essenciais."

Acho, Deputado Gilmar Knaesel, que não estamos falando de Santa Catarina. Não é possível, porque só numa única operação foram emitidos 605 milhões de reais ou dólares de Letras do Estado de Santa Catarina!

Foi criada aqui a Invesc, com cem milhões de capital (aliás, hoje mais de 140 milhões, garantidos pelas ações da Celesc); "n" operações de crédito foram feitas de antecipação de receita, com juros astronômicos, já devidamente caracterizado em toda a opinião pública; foram feitas operações com a Caixa Econômica Federal. Enfim, só este Governo fez, que eu tenho assim de cabeça, mais de um bilhão de dívidas realmente líquidas e certas.

E agora o Governador vem dizer que o Estado está saneado. Que bom que o Estado está saneado! Quem sabe agora, Deputados Leodegar Tiscoski, Ivan Ranzolin, Júlio Teixeira, Udo Wagner, Gervásio Maciel, o Governador comece a pagar os compromissos que ele tem com esta Casa, com as universidades do Estado, com os credores e com o 13º dos servidores públicos. Quem sabe agora ele passe a pagar em dia o servidor público de Santa Catarina. Eu fico muito feliz!

Mas aí tem uma colocação do eminente Governador que também nos causa espécie, quando diz que outros Estados da Federação fizeram a rolagem sem qualquer tipo de problema e que aqui dois Senadores eram contra essa rolagem. Isso é uma mentira deslavada!

Os outros Estados que fizeram rolagem de dívida, Deputado, não tinham essas emissões de títulos que, lamentavelmente, colocou Santa Catarina nas páginas policiais. E os dois Senadores, no processo de rolagem da dívida de Santa Catarina (e não poderia ser diferente), buscaram agilizar o processo de toda a forma.

Esta Casa autorizou a rolagem da dívida de Santa Catarina, e nesta Casa não havia maioria do senhor Governador do Estado. Portanto, temos que separa as coisas. O Estado de Santa Catarina é uma coisa e o Governo do senhor Paulo Afonso é outra completamente diferente.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Gilson dos Santos, a mesma impressão que V.Exa. teve ao ler essa matéria na manhã de hoje eu também tive. Imaginei que estava numa outra realidade, num outro Estado. Mas pensando um pouquinho e

colocando-me no tempo, eu descobri a verdade. Acontece que houve um erro do jornal ao emitir essa nota no dia de hoje; na verdade, essa matéria só deveria ser publicada no dia de amanhã. E V.Exa. sabe que dia é amanhã?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Dia 1º de abril!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Então, já justifica tudo. Essa matéria deveria ser publicada amanhã. Houve um erro do jornal, porque isso aí é uma grande inverdade! Aliás, mais uma deste Governo, mentindo aos catarinenses.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Deputado Gilson dos Santos, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que hoje pela manhã, no Vale do Rio Tijucas, comentávamos com os Vereadores de São João Batista sobre essa matéria. E tem uma outra notícia, do Secretário da Comunicação, que é endereçada ao Deputado Júlio Teixeira, à Deputada Ideli Salvatti, enfim, à CPI da Educação, onde também faz um questionamento e diz que foram reformados trezentos e poucos colégios sem nenhuma irregularidade.

Ora, senhores Deputados, o Tribunal, na auditoria, apurou 62 mil reais de superfaturamento só no Vanderlei Júnior. Na terra do Deputado Ivan Ranzolin, no Painel, a diretora não assinou ainda recebendo a reforma porque ela não custou nem 10% do custo que foi. E 300 vezes 60 mil reais dá nada mais, nada menos do que 18 milhões de reais desviado da Educação, só nessa reforma!

Então, esse discurso do Governador e do Secretário é um engodo, que já fizeram com Santa Catarina e que hoje querem fazer com a gente boa do PMDB, que ainda quer restabelecer um Partido que tem história mas que tem sido muito envergonhado.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço o aparte de V.Exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado, ontem constatei, na região de Ituporanga, pela voz do povo, que na realidade este Governo cada vez que vem fazer um pronunciamento nesse sentido omite a verdade.

Deputado Gilson dos Santos, não vamos repetir aqui as mesmas coisas que escutamos deste Governo, isto é, as antecipações de receita, o problema das Letras, o problema da Invesc, nem o que disse o Secretário da Fazenda quando veio fazer a exposição de motivos da rolagem da dívida (que esta Assembléia votou em regime de urgência, sendo eu o Relator): que aquela rolagem possibilitaria o pagamento dos servidores públicos, inclusive o 13º salário. E com relação à venda das ações do Besc, também a mesma coisa: vamos pagar o 13º salário.

Então, a rolagem da dívida de um 1,3 bilhão, Deputado Gilson dos Santos, foi fruto de um entendimento, foi fruto da aprovação nesta Casa - e os Senadores ajudaram, aprovaram.

O que está faltando a este Governo em Brasília é credibilidade, porque o Banco Central, os demais bancos, ninguém mais acredita neste Governo.

Mas eu devo cumprimentar V.Exa., porque realmente é mais uma mentira. Não dá para agüentar tanto!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS

SANTOS - Agradeço suas manifestações, Deputado Ivan Ranzolin.

Senhores Deputados, o Deputado Afonso Spaniol me passou algo às mãos, e confesso que eu nunca vi, em vinte anos na política, nada tão sofisticado feito pelo Governo do Estado.

Eu não sei nem o que contém aqui, mas acho que é exatamente aquilo que eu pensava, deve ser algo que vai permitir que o PMDB volte a apoiar o Governador Paulo Afonso. Porque isso aqui é uma coisa caríssima, Deputado Vanderlei Rosso, e tem a ver com reeleição.

Sem dúvida nenhuma, eu entendo agora o artigo e entendo, acima de tudo, esse bonito, caro e bem feito programa de reeleição do Governador Paulo Afonso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 009/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst.

Senhores Deputados, é visível a falta de quórum, e por tratar-se de alteração de Regimento, continua em discussão na próxima sessão, uma vez que tem que haver duas discussões antes da votação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, está sendo encaminhado à Mesa o Código de Ética, de iniciativa do Deputado Pedro Uczai e com substitutivo assinado por V.Exa.

Nós terminamos o parecer agora na Comissão e, pelo entendimento da Comissão e por estar em regime de urgência, acho que há um consenso de que ele seja votado na tarde de hoje, exatamente porque realmente está pronto o parecer. Então, acredito que não há nenhum óbice à votação na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Certo. Vamos imediatamente trazer o projeto aqui, mas antes de colocá-lo em discussão, gostaria de proclamar o resultado da votação do parecer pela admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 004/97.

Esta Presidência já havia declarado que a emenda não tinha sido admitida; houve uma questão de ordem e, para que não houvesse dúvidas a respeito de precedentes nesta Casa, deixamos suspensa a proclamação do resultado naquele dia e, indo aos Anais da Assembleia Legislativa, encontramos a admissibilidade de uma emenda constitucional na sessão de 26 de março de 1996, presidida pelo Deputado Pedro Bittencourt.

Senhores Deputados, V.Exas. já manifestaram as suas posições, e lembro que, de acordo com o art. 14, inciso I, letra "n", são atribuições da Presidência "decidir, soberanamente, as questões de ordem e as reclamações".

Quanto à votação da admissibilidade, será pelos 24 votos previstos na Constituição, e será pelo processo nominal.

Esta Presidência, atendendo aos precedentes desta Casa, declara não admitida a referida emenda constitucional por não ter atingido os 24 votos necessários.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 08.6/97, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Conta com parecer favorável da Mesa Diretora.

Tendo retornado os autos à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, a Comissão exarou parecer, aprovado por unanimidade, em face ao exposto e com as emendas acima apontadas, pela tramitação da proposição, recomendando aos seus Membros que a mesma seja encaminhada ao Plenário.

Portanto, aprovou o parecer por unanimidade, apenas com uma restrição.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, serei breve nas justificativas da importância para a Assembleia Legislativa votar o projeto do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

É uma contribuição para a Casa normatizar, disciplinar todo o processo de tramitação das ações, das atividades dos Parlamentares que incorrerem em falta de ética e decoro parlamentar. Além disso, é uma tentativa de construir uma nova cultura política na relação da Casa Legislativa internamente, com o Executivo, com os outros Poderes e também com o setor privado.

Eu gostaria, senhor Presidente, de justificar o porquê de ter votado a favor do projeto com restrição, e até gostaria de encaminhar três destaques ao projeto, para que fossem colocados em discussão e votação nesta tarde.

Em primeiro lugar, o destaque ao art. 4º, inciso II, que diz o seguinte: "dirigir ou gerir empresa, órgãos e meios de comunicação, considerados como tais, pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens...". E não foi acatada nem a emenda da Mesa nem a nossa proposição. Então, estaríamos fazendo o destaque da importância do Deputado não poder ser administrador ou gerente de um meio de comunicação.

Portanto, é importante a sensibilidade de todos os Deputados, além daqueles que participaram da Comissão de Justiça, para que essa relação da gerência da administração com os meios de comunicação seja preservada, seja mantida, para respeitar todo o processo parlamentar e todos os Deputados.

Em segundo lugar, o destaque diz respeito à questão de uma cultura política. Ele pode ter algumas dificuldades do ponto de vista do acompanhamento e da fiscalização, mas a construção de uma nova cultura política e o fortalecimento dos Partidos Políticos e da democracia são fundamentais.

No art. 5º, inciso III, temos: "a defesa e votação favorável, em Plenário ou Comissão, de matérias contrárias aos princípios éticos e político-partidários...". No inciso IV temos: "o descumprimento de promessas, propostas ou projetos tornados públicos durante a campanha eleitoral que o elegeu".

São pontos problemáticos? São. São difíceis de ser fiscalizados? São. Agora, tenho claro que candidato com campanha ética será possivelmente Deputado com ética aqui. Candidato sem ética, sem postura ética e com

falta de decoro no processo eleitoral possivelmente também será um Parlamentar sem ética e sem decoro parlamentar nesta Casa Legislativa. É, então, construir uma nova política na relação do processo eleitoral com a atuação parlamentar.

E num segundo ponto, em relação à fidelidade partidária, tem que fortalecer a democracia, tem que fortalecer os Partidos Políticos. Quando se fala em código de ética, tem que se estar acima das proposições somente partidárias e tem que se construir para fortalecer na sociedade o princípio de democracia. E no princípio de fortalecimento dos Partidos Políticos justifica-se esses destaques que ora apresento.

Mas é uma grande contribuição, e gostaria de contar com o apoio de todos os Deputados para a votação deste projeto, que é a marca para Santa Catarina construir cada vez mais nesta Casa a ética, a transparência e o decoro parlamentar.

É isso o que visa este projeto, recuperando cada vez mais a imagem do Parlamento. Não tem nenhum outro objetivo este projeto de resolução a não ser recuperar, fortalecer a imagem do Parlamento na sociedade catarinense e brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, não vou discutir o projeto, uma vez que o Relator é o Deputado Ivan Ranzolin, a quem caberá inclusive o encaminhamento de votação. Eu só queria colocar que, atentando para as palavras do Deputado Pedro Uczai, que disse que apresentaria três destaques, evidentemente que os destaques serão solicitados por escrito à Mesa, e no momento dos destaques o encaminhamento será feito pelo eminente Relator deste projeto, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Consulto ao Deputado Pedro Uczai se vai encaminhar os destaques conforme anunciou na tribuna.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, eu acredito que não há necessidade de requerimento de destaque, porque nós englobamos no nosso parecer o que deve ser retirado e o que deve permanecer.

O parecer é claro com relação ao que deve ser retirado e ao que deve ser alterado. Então, eu acredito que V.Exa. deverá colocar em votação separadamente o que é considerado emenda.

No artigo 3º, seriam os § 1º, 2º e 3º a serem suprimidos, e assim seria votado emenda por emenda, porque essa é a norma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. solicita votação emenda por emenda, o que vamos fazer, é regimental.

Portanto, os que desejarem manter, terão que derrubar a emenda, e vamos anunciar cada uma das emendas.

(Passa a ler)

"Art. 3º - É expressamente vedado ao Deputado:

§ 1º - Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas 'a' e 'b' do inciso I e 'a' e 'c' do inciso II, para fins do presente Código de Ética e Decoro Parlamentar, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo Poder Público.

§ 2º - A proibição constante da alínea 'a' do inciso I se estende ao cônjuge ou companheira do Deputado e à pessoa jurídica, direta ou indiretamente por qualquer deles controlada, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

§ 3º - Consideram-se pessoas jurídicas os fundos de investimentos aos quais se aplica a vedação referida na alínea 'a' do inciso II deste artigo, para fins do presente Código."

Esses são, portanto, no art. 3º, os §§ 1º, 2º e 3º que, segundo o parecer, encontram proibições que exorbitam as vedações inseridas no art. 54 da Constituição do Estado. Portanto, devem ser suprimidos do substitutivo em análise.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, quanto a esses §§ 1º, 2º e 3º, realmente o motivo da nossa intervenção é no sentido da supressão dos mesmos, porque eles exorbitam das vedações, das proibições constitucionais.

O texto é complexo, mas o receio é que realmente venha a atingir uma iniciativa parlamentar que não está inserida no texto constitucional. Nós respeitamos os demais itens, mas a nossa intenção é de que seja votada essa emenda, retirando do texto sob essa argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação a emenda.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a emenda e, portanto, suprimidos os §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º do substitutivo.

Por igual, os incisos II e III do art. 1º conflitam com os arts. 222 e 54 da Constituição Federal, no art. 5º. Portanto, há uma proposta de supressão dos incisos II e III do art. 1º.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Gostaria que V.Exa. fizesse a leitura dos incisos, para conhecimento dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Ivan Ranzolin, no art. 1º não há nenhum inciso, só um "caput". O art. 2º diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 2º - São deveres fundamentais do Deputado:

II - respeitar e promover a defesa da coisa pública;

III - zelar pelo aprimoramento das instituições democráticas e representativas.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu me refiro ao art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não! Vamos fazer a correção e ler os incisos II e III do art. 4º.

(Passa a ler)

"Art. 4º - São vedados, ainda, ao Deputado:

II - dirigir ou gerir empresa, órgãos e meios de comunicação, considerados como tais, pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III - celebrar contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público, incluído nesta vedação, além do Deputado como pessoa física, seu cônjuge ou companheira, sendo permitidos, no entanto, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes, e contrato de cláusulas uniformes.

Esses são os incisos II e III do art. 4º.

Em discussão a emenda.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, realmente, nas nossas anotações é o art. 4º. É que o funcionário, ao bater, colocou art. 1º em vez de art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com esta declaração pública, nós estamos fazendo a correção do ofício, na página 44 dos autos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Então, é o mesmo motivo. Nós pedimos a supressão exatamente porque isso seguramente está disciplinado na legislação federal, que seriam essas redações.

Nós, pelos mesmos argumentos, pedimos que aproveim esta emenda, para retirar do texto esses dois incisos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Os senhores Deputados que desejarem suprimir esses dispositivos deverão votar favoravelmente, os que desejarem a permanência desses dispositivos devem votar contrários à emenda.

Os senhores Deputados que aprovam a emenda permaneçam como se encontram, os demais que se manifestem.

Aprovada a emenda por maioria.

Parecer ao art. 5º: "Suprimir os incisos III e IV, acolhendo a Emenda nº 002/97, posto que os dispositivos ali contidos já são estabelecidos nos estatutos dos Partidos Políticos."

Diz o art. 5º:

(Passa a ler)

Art. 5º. Considera-se incompatível com a ética e o decoro parlamentar:

.....

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Mas há uma outra correção a ser feita: são os incisos III e IV do parágrafo único, uma vez que não existem III e IV. Solicitamos também a confirmação do senhor Relator dessa correção.

(Pausa)

Com a confirmação de V.Exa., nós vamos, de ofício, assinando ao lado, fazer a inclusão aqui de "suprimir os incisos III e IV do parágrafo único".

Diz o parágrafo único:

(Passa a ler)

"Parágrafo único - Incluem-se entre as irregularidades graves, para os fins deste artigo:

.....

III - a defesa e votação favorável, em Plenário ou Comissão, de matérias contrárias

aos princípios éticos e político-partidários estabelecidos nos estatutos do Partido pelo qual foi eleito;

IV - o descumprimento de promessas, propostas ou projetos tornados públicos durante a campanha eleitoral que o elegeu.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, por igual, as nossas anotações falam em suprimir no parágrafo único os incisos III e IV. Houve, realmente, na hora de datilografar, esta omissão, mas V.Exa. já fez a correção.

Nestes dois incisos do parágrafo único, senhor Presidente, nós acreditamos que não é uma atribuição da Assembléia Legislativa, através de seu Código de Ética, estabelecer as regras sobre o comportamento partidário; esta é uma questão dos Partidos Políticos. Nós não poderíamos tomar nenhuma iniciativa se houvesse um descumprimento de regras estatutárias e, sim, o Partido Político.

Acreditamos que ela não é tão importante para a Casa, porque os Partidos Políticos é que devem vigiar o comportamento partidário pelos princípios político-partidários dos Deputados.

Com relação ao inciso IV, o descumprimento de promessas ou propostas, projetos tornados públicos durante a campanha eleitoral, também eu acredito difícil a Assembléia Legislativa tomar uma posição, porque essas promessas geralmente são feitas em palanques políticos ou emissoras de rádio, que é muito difícil se comprovar. E daí eu acredito que quem vai punir será realmente a urna. Quem faz promessas e não cumpre fica marcado pela própria população.

Então, nós acreditamos que a Assembléia não poderia e teria muita dificuldade de estabelecer uma punição para o Deputado que desrespeitasse esses dois incisos.

Por isso pedimos que eles fossem suprimidos, evidentemente com o maior respeito à iniciativa do Autor, Deputado Pedro Uczai, e que depois veio secundado pelo substitutivo de V.Exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A Bancada do Partido dos Trabalhadores gostaria que os demais Deputados mantivessem o texto original votando contrário à emenda, porque no nosso entendimento seria uma grande contribuição esta Assembléia Legislativa acompanhar os futuros Deputados que virão para esta Casa. E para isso o processo eleitoral seria o melhor momento e o fortalecimento da democracia.

Como pela lei eleitoral, juridicamente, se acompanha os candidatos, por que não eticamente um conselho acompanhar as ações e as atividades do candidato? Fortaleceria a campanha ética, o Parlamento ético.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Lembramos os senhores Deputados que desejarem permanecer com essas disposições no projeto e no substitutivo deverão votar

contrários à emenda. Os que desejarem suprimir, deverão votar favorável à emenda.

Em votação.

Os senhores Deputados que aprovam a emenda permaneçam como se encontram.

Aprovada a emenda por maioria.

Em votação a próxima emenda, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"No art. 7º (isso tudo do substitutivo), "inciso III, onde se lê 'perda' leia-se 'suspensão'. E no § 2º, inciso I, letra 'a' do mesmo artigo acrescenta-se a frase 'ao mandato', ficando 'os deveres inerentes ao mandato'".

Portanto, no art. 7º, inciso III, perda temporária de exercício do mandato seria suspensão. Uma correção técnica, inclusive.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Exato!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - E no § 2º do inciso I, letra "a", acrescenta-se no lugar de "ao mandato" a expressão "deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ou aos preceitos do Regimento Interno e ao mandato".

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, eu acredito que agora na questão do art. 7º, no "caput" do art. 19 e também no § 1º do mesmo art. 19 é apenas uma questão redacional para corrigir. É uma correção onde haverá indicação através dos Líderes, e também ao invés do mandato ser de um ano, seria um mandato de dois anos.

Então, acho que V.Exa. poderia colocar todos numa votação só, porque aí não mexe mais, não altera a substância do projeto.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, é consenso também que isso seja aprovado com as sugestões e indicações do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação a emenda apresentada.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação a próxima emenda, que diz:

(Passa a ler)

"Suprime-se o parágrafo único do art. 8º.

Art. 8º - Quando se tratar de infração ao § 3º do art. 7º, a sanção será aplicada de ofício pela Mesa, resguardado em qualquer caso o princípio da ampla defesa."

Em votação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Essa aí, senhor Presidente, não gostaríamos que a Mesa tomasse a iniciativa. Qualquer que seja a sanção, qualquer que seja a punição deve ser sempre adotada a participação do Plenário.

Então, pedimos a supressão porque parte-se do pressuposto que qualquer punição

o Plenário é que deve decidir sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Os senhores Deputados que aprovam a emenda permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

"No art. 19 do 'caput', onde se lê 'marcados para o mandato de um ano', leia-se 'indicados para o mandato de dois anos'".

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a emenda.

"No § 1º do art. 19, onde se lê 'os Líderes partidários submeterão à Mesa' leia-se, 'os Líderes partidários indicarão a Mesa'".

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a emenda.

Apenas para que fique registrado nos Anais, o senhor Deputado Ivan Ranzolin havia feito uma correção. Na parte datilografada está escrito "mediarão a Mesa", mas havendo uma correção feita a caneta pelo Deputado, fica, portanto, "indicarão a Mesa", conforme correção, para que fique registrado nos Anais, para não pensarem que houve alguma alteração posterior.

Senhores Deputados, está encerrada a votação das emendas.

Em votação o projeto de resolução que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar com o seu respectivo substitutivo.

Em votação, portanto, o substitutivo, sem prejuízo das emendas aprovadas.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, há também as emendas que haviam sido apresentadas pela Mesa. A Emenda nº 1, que restou prejudicada pela emenda aprovada no Plenário e a Emenda nº 2, que suprime os incisos III e IV do parágrafo único do art. 5º, que também restou prejudicada em função de ter sido votada a emenda no parecer do Deputado Ivan Ranzolin.

A Emenda nº 3 modifica o inciso II do § 1º do art. 6º.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O Sr. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, essas emendas foram todas desconsideradas. Por exemplo, nós fizemos no texto do nosso parecer, acolhemos a Emenda nº 2...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exato! Mas essa do art. 6º, Deputado Ivan Ranzolin, versava sobre a publicação das declarações de bens.

O inciso I já colocava no Diário Oficial do Estado o inciso II, em pelo menos um jornal diário de circulação estadual, e o resumo da publicação feita no Diário Oficial.

A emenda da Mesa, subscrita pelo Deputado Francisco Küster, apresenta que deveria ser publicado o inciso II, que passaria a ter a seguinte redação: "...no Diário Oficial da Assembleia Legislativa o resumo da publicação feita no Diário do Estado".

Em votação esta emenda.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a Emenda nº 3 da Mesa, de autoria do Deputado Francisco Küster. E as Emendas nºs 1 e 2 da Mesa restaram prejudicadas.

Finda a votação das emendas.

Em votação o substitutivo global, sem prejuízo das emendas aprovadas.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Solicitamos à assessoria que providencie a redação final deste projeto de resolução, tendo em vista as emendas.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu estou vindo na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Resolução nº 009, de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, e existe um substitutivo global...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Gilson dos Santos, como é emenda a Regimento, ele fica em duas discussões antes da votação. E hoje nós já tivemos a primeira discussão.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu acho que a exemplo do que foi feito com o projeto de resolução anterior, este projeto de resolução teria que ir à Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nesse caso, Deputado Gilson dos Santos, ele muda as disposições do Regimento, aí o parecer é dado pela Mesa e a votação é pelo Plenário. Isto pelo que diz o Regimento e por todos os precedentes verificados nesta Legislatura.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Então, ele está em discussão hoje pela primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Entrará em discussão, depois irá em votação e posteriormente haverá mais duas discussões e votações.

Consulto as Lideranças para incluímos na pauta de hoje o Requerimento nº 130/98, de autoria do senhor Deputado Vanderlei Rosso, que deveria entrar na pauta de amanhã.

(Os Líderes aquiescem.)

Com a concordância dos senhores Líderes, será incluído na pauta de hoje o requerimento de autoria do senhor Deputado Vanderlei Rosso.

Sobre a mesa requerimentos de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos e aos Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Campos Novos, Vargem Bonita, Ponte Alta do Norte, Macieira e Coronel Martins, cumprimentando a sociedade desses Municípios pelo aniversário de emancipação política, ocorrida no dia 30 de março do corrente ano.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria dos senhores Deputados Reno Caramori e Odacir Zonta, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos e aos Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Cordilheira Alta e São Cristóvão do Sul, cumprimentando a sociedade desses Municípios pelo aniversário de emancipação política, ocorrida no dia 30 de março do corrente ano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Ipuçu em exercício, senhor Denilso Casal, cumprimentando a sociedade pelo aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar e ao Comandante do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, cumprimentando-os pelo transcurso do 25º aniversário de fundação do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Idelvino Furlanetto e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados Federais e Senadores do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, pedindo o apoio necessário no sentido de reverter, junto ao Poder Executivo Federal, a redução do valor empenhado no orçamento geral da União para a abertura da Barra do Porto de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao excelentíssimo Governador do Estado, enviando documentos sobre o pleito do Distrito Barra do Leão, em Campos Novos, para a construção da ponte sobre o Rio Leão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Educação e do Desporto, ao senhor Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação e do Desporto e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, pedindo especial empenho e determinação de efetivas medidas, no sentido de serem destinados recursos em função da enchente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Deputado Miguel Ximenes, pedindo a adoção das medidas cabíveis para a estadualização e conseqüente pavimentação asfáltica do trecho de 18.200 metros que liga o Município de São Domingos ao Divisor-Mariópolis-Paraná.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo intercessão junto à Celesc para que seja prorrogado o prazo de pagamento da parcela vencida ou vincenda no

primeiro semestre de 98, conforme a capacidade de pagamento de cada consumidor do programa Viva Luz e, se necessário, readequar o valor de cada parcela para propiciar boa capacidade de pagamento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos cinco requerimentos de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Agricultura, pedindo intercessão para concessão de anistia às dívidas dos agricultores do crédito de emergência que beneficiou aproximadamente 50.000 famílias atingidas pelas chuvas das regiões Sul e Oeste, com valores em torno de R\$500,00 por família, em duas parcelas, iniciando em agosto de 1998 e de 1999, e que seja regulamentada e implantada a lei do seguro agrícola, criada em 1992; ao Presidente do Besc, pedindo adoção de medidas cabíveis para a abertura de linha de crédito especial para as empresas de Concórdia que tenham sido atingidas pela enchente ocorrida em 25 de fevereiro próximo passado; ao Ministro da Agricultura, ao Secretário de Estado da Agricultura, ao Secretário Nacional Executivo do Pronaf e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, pedindo empenho e determinação para que os recursos previstos para o beneficiamento de vários Municípios catarinenses, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, não deixem de ser encaminhados; ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, pedindo que urgentemente o Estado disponibilize a contrapartida prevista no protocolo de intenções, tendo em vista a deliberação da Eletrosul/Gerasul em aprovar sua participação de 70% para a consecução do anel viário norte de Concórdia, que imediatamente seja lançado o edital de licitação e que a obra seja iniciada; e ao Reitor da UFSC, propondo a abertura das negociações para estender ao Oeste catarinense, com sede em Concórdia, um campus avançado da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Previdência e Assistência Social, pedindo que seja viabilizada a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros utilizando o tempo de serviço rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, solicitando a imediata suspensão dos vencimentos das dívidas rurais, propondo

discutir junto aos sindicatos de trabalhadores rurais a legitimidade dos débitos, assegurando o recálculo para as dívidas, e ainda propondo apropriar o prazo à capacidade de pagamento em razão da renda dos produtores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, requerendo imediata anulação da nomeação do General Ricardo Agnesse Fayad do cargo de Subdiretor de Saúde do Exército.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Educação e Desporto e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que seja encaminhado às autoridades supracitadas carta da senhora Catarina Antônia Rech Erthal, de Otacílio Costa, exigindo das autoridades constituídas providências imediatas na solução dos problemas apontados junto ao Colégio Agrícola Caetano Costa de São José do Cerrito - SC, bem como a melhoria da rodovia e das condições de transporte daquela comunidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando providências no sentido de determinar que seja realizada a descentralização das atividades de transferência dos títulos eleitorais, a fim de possibilitar a realização da transferência na própria empresa onde o eleitor trabalha, nos sindicatos, entidades de classe e repartições públicas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Gervásio Maciel.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, vou fazer a discussão deste requerimento porque interessa a todos nós, Deputados.

Estamos propondo ao Tribunal Regional Eleitoral que faça a descentralização da transferência dos títulos de eleitores e até as novas inscrições. Ora, nós temos visto em jornais que serrano vota em serrano, o Alto Vale querendo que só vote em Alto Vale, Blumenau querendo que só vote em Blumenau, Joinville querendo que só vote em Joinville.

Outro dia indaguei a um empresário se os seus operários votavam na cidade. Ele me respondeu que não sabia! Ai eu perguntei a ele se não tinha operário eleitor que morava na

sua cidade mas que votava em outra. Ele respondeu que, possivelmente, sim, pois tinha muita gente de fora.

Esta campanha tem que ser feita agora por esses empresários, por dirigentes sindicais, por tantos quantos querem um pleito o mais real possível, o mais honesto possível.

Agora também é verdade que estamos sempre correndo atrás da máquina, que o eleitor não tem tempo para ir ao cartório e enfrentar uma fila para fazer a sua transferência. Isso faz com que chegue o mês de maio e as pessoas que tenham domicílio eleitoral fora do domicílio residencial não fazendo a sua transferência acabam não votando, fazendo com que (como aconteceu na eleição passada) quase 50% dos eleitores não votem em Deputado algum.

Isto me preocupa pois enquanto estamos numa dinâmica muito grande, cada um procurando racionalizar o serviço da melhor forma possível, enquanto o Tribunal Regional de Santa Catarina, a quem rendemos nossa homenagem, dá esse impulso para o Brasil com a votação eletrônica, nós temos dificuldades na transferência de título eleitoral.

O que propõe o meu requerimento? Que o Tribunal Regional Eleitoral estude uma maneira de descentralizar, colocando requerimentos de transferência - e vou usar até a expressão - em qualquer boteco da esquina, em qualquer bar, em qualquer empresa, por que não? Os documentos seriam preenchidos e alguém levaria no Fórum, e não há como enganar porque hoje está tudo informatizado e ninguém vai transferir o título de alguém se o título não existe; ninguém vai transferir o título de uma cidade para outra se não existirem as cidades.

Portanto, não há razão para preocupação por parte do Tribunal, de ter tanta cautela como tem, até porque as fraudes de transferência ilegais e não cabíveis acontecem por aí fora e, na verdade, nunca foram proibidas.

O que nós queremos não é até pedir que o Tribunal coloque o requerimento para que a pessoa requeira a transferência do seu domicílio eleitoral para onde ele reside, em qualquer boteco. Nós queremos é que todas as repartições públicas, como aqui na Assembléia, por exemplo, tenham alguém responsável para distribuir o requerimento de transferência, receber documentadamente, até credenciado pelo Tribunal, e lá entregar.

Por que não termos nas grandes empresas esta oportunidade de fazer lá dentro sua transferência, alguém credenciado nos sindicatos, em todas as repartições públicas, nas Prefeituras para fazer as transferências e até os títulos novos junto aos colégios, às escolas básicas? Ou será que o diretor poderá falsificar uma nova inscrição eleitoral?!

Imagino que cada um de nós, e hoje a população mais do que nunca, tem consciência de que quer votar, deve votar, precisa votar! Queiramos ou não, serão eleitos quarenta Deputados aqui na Assembléia, dezesseis Deputados Federais - e pretendo estar incluído num destes, sem falsa modéstia -, Senador da República, Governador do Estado, Presidente da República e seus respectivos Vices.

Então, a nossa proposta é no sentido de que a Assembléia aprove o nosso requerimento e que cada um de nós, que somos interessados, que somos parte interessada, apóie as campanhas que estão sendo feitas pelo interior do nosso Estado para que a população, conscientemente, vote para Deputado, para Governador, para a Presidência da República, para Senador e a campanha sempre se prenda à votação nos candidatos locais. E não temos nada em contrário e vamos nos sujeitar a este debate cívico em favor do voto distrital, pois somos pelo Parlamentarismo, portanto, não temos problema.

O que nós queremos é que a população seja orientada para que não tenha os problemas das eleições passadas, tendo que fretar ônibus, pagar passagens e uma série de complicações na hora da eleição, porque o eleitor não vota onde

reside. Isto tem causado muitos problemas e efetivamente até algumas distorções em alguns pleitos.

Podem dizer que haverá malandragem, que eleitores se transferirão para cidades onde não residem. Mas não é o caso desta eleição, porque desta vez o eleitor de Santa Catarina vai votar em qualquer cidade, em qualquer candidato. Portanto, não tem problema algum! Não há interesses localizados de qualquer Município em fazer com que a transferência venha para o seu Município.

Este é o nosso apelo a cada um dos senhores Deputados, que usem da sua influência. Que cada Partido Político - e aqui nesta Casa temos a honra de ter vários senhores Presidentes de Partido Político -, e Líder partidário se engajem neste sentido, como também a Mesa Diretora desta Casa, fazendo também contatos necessários com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e com os seus membros para que concordem com a nossa idéia, ou seja, que seja viabilizado um estudo no sentido das transferências eleitorais serem facilitadas em Santa Catarina, para que tenhamos um bom pleito, e todos votando em todos os cargos, e que ganhem os melhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Afonso Spaniol, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, solicitando recursos para a pavimentação do trecho da Rua Humberto de Campos, no Município de Descanso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Romildo Titon, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando que os recursos para a pavimentação asfáltica da BR-282, no trecho BR-470 ao Município de Vargem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação e do Desporto, sugerindo providências para a reforma do Centro Interscholar de 2º grau Dário G. Salles, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado à Secretaria dos Transportes e Obras, solicitando informações sobre a obra de pavimentação asfáltica que liga o Município de Rancho Queimado ao Distrito de Taquaras, como também o custo total da obra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Vanderlei Rosso, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro das Minas e Energia, aos Deputados Federais catarinenses e ao Fórum Catarinense, solicitando especial atenção ao segmento de coque de carvão mineral, em face da descréscima importação do produto chinês.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Idelvino Furlanetto, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLE - Senhor Presidente, gostaria somente de convidar todos os Presidentes das Comissões Técnicas para que, ao término desta sessão ordinária, façamos uma reunião na sala 26, ao lado do Plenarinho, para definirmos os horários das reuniões das respectivas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Antes de dar a palavra ao Deputado Idelvino Furlanetto, gostaríamos da sua aquiescência para o que vamos comunicar neste instante. Queremos alertar todos os nobres Parlamentares que, de acordo com a Resolução nº 006/98, aprovada em Plenário, a partir de amanhã todas as quartas-feiras, durante o mês de abril, maio e junho, teremos duas sessões ordinárias. Uma às 9h e outra às 14h.

É importante nós nos lembrarmos disso, pois vamos começar a convocar os Deputados para a sessão das 9h, todas as quartas-feiras.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, a partir de amanhã vamos madrugar, pois o trabalho será redobrado.

Mas o assunto que me traz a esta tribuna, hoje, é a questão do Pronaf.

Antes, porém, quero cumprimentar o Vereador Gilberto Miorando, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel da Boa Vista, que está aqui desde esta manhã, juntamente com os senhores Itacir Luiz Zonatto e Gilmar Hermes, ambos Vereadores do PMDB do mesmo Município.

Também encontra-se presente o senhor Volnei, que é Secretário da Educação do Município de Santa Rosa de Lima, onde estivemos, sábado passado, fazendo uma visita à associação dos agricultores, inteirando-nos de um projeto agroecológico que está se desenvolvendo e acontecendo neste Município.

Aproveito a oportunidade, ainda, para parabenizar o Secretário da Educação e a associação dos agricultores. O senhor Volnei já foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa de Lima e sabe da importância e da necessidade de se manter o agricultor na propriedade e de se ter políticas direcionadas à Agricultura Familiar.

Mas, falando-se em Agricultura Familiar, hoje aconteceu a primeira reunião da Comissão de

Agricultura e nesta reunião já encaminhamos uma proposta de um plano de trabalho. E neste plano de trabalho consta uma reunião para a próxima semana, nesta Casa, com a presença dos cinquenta e sete Prefeitos, Secretários Municipais de Agricultura, agricultores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais para tratar da questão do Pronaf.

O Pronaf - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar - foi uma conquista do Movimento Sindical Brasileiro e foi uma conquista fruto do seu trabalho, da sua dedicação - Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Secretários da Agricultura.

No início de 1997 nós passamos a conhecer mais de perto, então, esse Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar já como um programa piloto. A nível de Santa Catarina foram selecionados trinta e um Municípios na primeira rodada, como dizemos na gíria, para que esses Municípios, a partir do levantamento das suas deficiências, das suas necessidades e a partir de uma reestruturação na Agricultura Familiar, recebessem R\$1.000.000,00, por Município, a fundo perdido, num processo de quatro anos.

Nesses trinta e um Municípios, numa discussão mais ampla, já foram incluídos mais vinte e seis Municípios, num total de cinquenta e sete Municípios contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - o Pronaf Global.

O Pronaf é para a reestruturação desses Municípios, por se encontrarem com uma agricultura pobre, desassistida e um êxodo rural generalizado.

Então, a partir desse entendimento deu-se início a pequenas liberações do Pronaf.

Nós, esta semana, tomamos conhecimento que este projeto de R\$1.000.000,00, em quatro anos, dividindo-se esses valores, daria em torno de R\$250.000,00 por ano.

Agora, no início de 1998, fomos surpreendidos com as negociações do Congresso Nacional, tivemos cortes no orçamento do Pronaf.

Vejam bem, senhores Deputados, a partir da votação do projeto da Previdência no Congresso, iniciaram um processo de corte no Pronaf. E os Municípios que deveriam receber R\$250.000,00 receberam a triste notícia de que

vão receber somente R\$90.000,00.

A partir desta situação, senhores Deputados, nós, na Comissão de Agricultura, pedimos a presença em Santa Catarina, aqui na Assembleia Legislativa, do Secretário Executivo do Pronaf, Dr. Murilo Flores. Já agendamos para o dia 14 de abril, estamos dependendo apenas que ele consiga adiar o seu compromisso que está agendado para este dia.

Na oportunidade, vamos reunir os Municípios, inclusive a Comissão de Agricultura já recebeu da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina uma lista com o nome de trinta e seis lideranças, entre Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais da Agricultura.

O Pronaf é um programa de razoável para bom. Há muito tempo a Agricultura Familiar não é valorizada no Orçamento da União. A aprovação deste projeto de R\$1.000.000,00, a fundo perdido, num processo de quatro anos, era a grande esperança desses pequenos e médios Municípios, que passariam a investir mesmo na Agricultura Familiar, mas, agora, para surpresa de todos, houve um corte nos R\$250.000,00. E o pior das notícias é que esses cortes começaram a aparecer a partir da votação do projeto da Previdência. Ai, as negociações deitaram e rolaram!

Agora, vamos coletar o nome de todos os Deputados Federais e Senadores. Queremos saber aonde foi feito corte. Com esse corte, quem mais se prejudicou foi Santa Catarina.

Acredito que esta reclamação vai partir dos Municípios do Extremo Oeste, da associação dos Municípios de Entre Rios, Amérios, que também faz parte da região de Maravilha, de Saudade - estão aqui os companheiros Vereadores de São Miguel da Boa Vista -, já que esses Municípios, que estão incluídos no Pronaf, foram tosquiados.

Então, a partir dessa situação, eu lembrava hoje que esta homenagem não é uma homenagem à Revolução, mas sim um momento para lembrar a Revolução. É uma homenagem aos lutadores contra a Revolução, onde um grande companheiro, Paulo Wright, recebe homenagens através dos outros companheiros, heróis contra a ditadura.

Paulo Wright também foi um lutador para os pequenos agricultores; foi um lutador para os pescadores artesanais. Paulo Wright, como torneiro mecânico, tinha um compromisso com os

pobres desassistidos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) (Faz soar a campainha) - Esta Presidência vai conceder mais um minuto a V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Continuando, Paulo Wright foi raptado, sumiram com a presença física de Paulo Wright, mas a população catarinense, este Parlamento não o esqueceu.

Aqueles que praticaram a ditadura, aqueles que presidiram a Assembleia naquele dia, que chamaram a cassação de Paulo Wright, deveriam, no mínimo, vir pedir desculpas a Santa Catarina, pedir desculpas aos familiares dos presos políticos torturados.

Hoje, prestamos homenagem aos nossos grandes companheiros lutadores pela democracia e também vamos lutar pelo Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, porque os agricultores estão sendo torturados e considerados exilados políticos porque são obrigados a abandonar a propriedade por causa dos juros dos empréstimos agrícolas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da pauta da Ordem do Dia de amanhã, dia 01 de abril: Requerimentos nºs 128, de autoria do senhor Deputado Eni Voltolini e outros; 129, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 130, de autoria do Deputado Vanderlei Rosso; 131, de autoria da Comissão de Educação e Desporto; 132 e 133, de autoria do Deputado Wilson Wandall.

Antes de encerrarmos a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 01 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wandall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Francisco Küster) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Idelvino Furlanetto, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Estrela, com sede e foro na cidade de São Miguel do Oeste.

OFÍCIOS NºS:

2372/983, do senhor Governador do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/015/98, referente ao Pedido de Informação nº 001/98; 2372/980, do senhor Governador do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/015/98, referente ao Pedido de Informação nº 002/98; 2374/986, do senhor Governador do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/058/98, re-

ferente ao Pedido de Informação nº 003/98; 2375/982, do senhor Governador do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/058/98, referente ao Pedido de Informação nº 005/98; 007/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Novo horizonte, solicitando especial atenção no sentido de possibilitar a renegociação com prorrogação de prazos de pagamento dos financiamentos agrícolas dos pequenos e médios agricultores do nosso Município.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações. Inscrito para falar o senhor Deputado Gervásio Maciel.

Consulto os senhores Deputados e os senhores Líderes se podemos suspender a presente sessão até as 11h, para que possamos participar da reunião das

Comissões Permanentes e de uma reunião ordinária da Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, era esta a sugestão que eu iria dar, tendo em vista que já existe também uma reunião marcada das Comissões da Casa, nós estamos iniciando este processo e acho que seria de bom alvitre essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Acatamos a sua sugestão e suspendemos a presente reunião até as 11h, no horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 391/97, de autoria do senhor Deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a estadualização de rodovia municipal.

Também comunica que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Decreto Legislativo nº 502/96, de autoria do Deputado Geraldo Werninghaus, que regula o dispositivo pela alínea "b" do inciso XIV do art. 71 da Constituição do Estado e dá outras providências.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.)

Senhores Deputados, antes de anunciar o quórum, enquanto alguns Deputados estão chegando, nós vamos analisar três requerimentos que a Presidência pode deferir de ofício para, em seguida, anunciar o quórum.

Quero lembrar aos senhores Deputados que a lista de presença será contada pela chamada e não pelas assinaturas. Por isso neste período de sessões especiais teremos que usar do rigor para determos o quórum em todas as sessões.

Nós estamos consultando alguns Deputados que constam da relação, convidando-os para vir ao Plenário e lembrando a todos que será contado o quórum e a presença no momento da chamada na Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Município de Seara, congratulando-o pela sua emancipação político-administrativa.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Coopercil, cumprimentando-o pela data comemorativa à construção da Coopercil.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Uniodonto de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo transcurso dos 18 anos da constituição da Uniodonto.

Esta Presidência defere de plano.

Queremos registrar a presença dos senhores Deputados Pedro Uczai e Onofre Santo Agostini.

Estão presentes 21 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Votação da redação final da Medida Provisória nº 075/98, de procedência governamental, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da administração do Porto de São Francisco do Sul, e estabelece outras providências.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Continua em discussão em primeiro turno o Projeto de Resolução nº 009/97, de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que acrescenta o § 3º do art. 96 do Regimento Interno, instituído pela Resolução nº 047/89, alterado pela Resolução nº 07/96 e pela Resolução nº 10/96, pelo substitutivo global e pela emenda redacional.

Conta com parecer favorável da Mesa Diretora.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, tendo já ficado em duas sessões para discussão, está encerrada a sua discussão em primeiro turno, voltando na próxima sessão para votação em primeiro turno, conforme dispositivos regimentais.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Besc, pedindo que seja convidado a comparecer na Comissão de Finanças e Tributação para prestar esclarecimentos a respeito da operação realizada pelo banco com a compra de Letras do Estado de Alagoas.

Em discussão.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Leodegar Tiscoski.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Senhor Presidente e senhores Deputados, o requerimento apresentado pela Bancada do PPB pedindo a presença do Presidente do Besc na Comissão de Finanças, presidida pelo Deputado Gilmar Knaesel, é justamente para esclarecer a posição do banco em relação aos procedimentos tomados em agosto de 96, quando o banco adquiriu Letras do Tesouro de Alagoas. Pela informação que temos, o Banco Central tomou decisão e essas Letras ficaram invalidadas, e o prejuízo para Santa Catarina, para o nosso Banco do Estado de Santa Catarina é inestimável.

O Banco do Estado de Santa Catarina teve um lucro líquido em 96 de R\$26.000.000,00 e comprou Letras do Estado de Alagoas no ano de 96 no valor correspondente a R\$27.000.000.

Nós já queremos deixar aqui antecipado, Deputado Gilmar Knaesel, as perguntas que queremos fazer ao senhor Presidente do Besc. E se pudermos, senhor Presidente, seria bom já anexarmos este requerimento que estamos pedindo, para que este Plenário aprove para ser encaminhado ao Presidente do Besc.

Queremos que ele nos traga a ata da reunião da diretoria que autorizou a compra das Letras do Estado de Alagoas; se ele confirma se realmente o Banco Central tomou esta decisão de invalidar as Letras do Estado de Alagoas; sabermos do Banco do Estado de Santa Catarina quem é a pessoa responsável por esta operação; quais as providências que a atual administração está tomando em relação a estes procedimentos, porque realmente nós

não podemos ficar calados.

Uma matéria assinada pelo Celso Pinto, do dia 26 de março de 1998, da Folha de S. Paulo, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"O dublo calote de Alagoas.

Desde janeiro, quem tinha título do Estado de Alagoas não têm mais. Os títulos foram 'seqüestrados' em favor do Governo alagoano, por ordem do Juiz de Primeira Instância de Maceió, numa decisão sem paralelos.

São trezentas mil Letras do Tesouro de Alagoas, num valor superior a quinhentos milhões de reais. Vários fundos de pensões estatais, bancos, distribuidoras e corretoras 'micaram' com os papéis. Entre os bancos, só o paranaense Banestado tinha cem milhões de Letras alagoanas. O precedente preocupa."

Depois continua discorrendo todas as decisões, a análise sobre a decisão tomada pelo Banco Central e esse assunto que foi amplamente discutido durante a CPI dos Precatórios. Então agora, mais do que nunca, nós precisamos esclarecer esses fatos e saber quem são os responsáveis. E insisto: queremos a ata da diretoria, queremos saber quem são as pessoas responsáveis por essa operação, queremos saber quais as providências que a atual diretoria do Besc está tomando em relação a essas pessoas.

Portanto, antecipo os questionamentos que vamos levantar na Comissão de Finanças.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Leodegar Tiscoski, eu só queria fazer uma proposta de encaminhamento, porque o Plenário já aprovou há dias a convocação do Presidente do Besc exatamente para a Comissão de Fiscalização e Controle, para que pudéssemos questionar todas as tratativas que estão sendo levadas a termo no processo de saneamento, propostas de contrato de gestão envolvendo inclusive instituições internacionais como o Doich Bank.

Eu acho que essa situação dos títulos de Alagoas cabe exatamente até como complemento dessa questão toda, da situação atual do Besc.

Então, queríamos propor que nós pudéssemos fazer a convocação do Presidente do banco para os dois assuntos, para o mesmo dia.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Podemos fazer uma reunião conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle com a Comissão de Finanças e procurarmos esses esclarecimentos.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Fazermos tudo de uma vez só para que nós não fiquemos trazendo o Presidente várias vezes aqui nesta Casa.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Da minha parte, a proposta está aceita.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Leodegar Tiscoski, sem dúvida este assunto foi discutido a nível de Bancada e é por demais importante.

Aos poucos, a cada dia que passa, as bombas estão estourando. Já temos o caso das debêntures, que está em torno de R\$160.000.000,00 já vencidos, e agora tem mais esse problema sério das Letras do Estado de Alagoas.

Sem dúvida, nós precisamos mostrar, através dessas audiências, dessas reuniões, que a Assembléia não está parada, está atenta.

E ontem, senhores Deputados, saiu uma matéria do senhor Governador no Diário Catarinense para todo o Estado de Santa Catarina, com o título Estado Saneado. Esta matéria, eu disse ontem num aparte ao Deputado Gilson dos Santos, deveria ter sido publicada no dia de hoje, 1º de abril, que é o dia que caberia melhor essa matéria ser publicada a nível de Santa Catarina, pois é o Dia da Mentira.

Então, em nível de Presidência da Comissão, concordo perfeitamente que seja ampliado o assunto e também seja incluída a Comissão de Fiscalização e Controle, para que nós possamos dar à sociedade realmente as informações devidas.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Muito obrigado, Deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputado Leodegar Tiscoski, eu ouvi o seu requerimento e concordo com ele, até porque eu já manifestei a alguns Deputados sobre a vinda do Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina a esta Casa para conversar com cada Bancada (esta foi a minha idéia primeira) sobre esse aumento de capital do banco, que passará pela Assembléia no momento oportuno, e mais essa questão que V.Exa. coloca dos títulos de Alagoas, que foram comprados na época.

Houve decisões judiciais, mandaram seqüestrar os títulos, e o Tribunal agora reformou, retornando os títulos ao mercado; estão sendo carregados na dívida pública. Porque os títulos ainda não venceram, vencem em 1999, porque até então era uma operação normalíssima e naquela época do impeachment aconteceu tudo aquilo com o Estado de Alagoas.

Então, acrescentando a essa sua preocupação, nós poderíamos aproveitar bem essa vinda do Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina para tratar não só em nível de Comissão de Fiscalização, como (até nós poderíamos combinar), Bancada por Bancada. Se não quisesse fazer todas juntas, ele viria aqui, passaria um dia, nós faríamos a convocação, o convite, para que fosse tratado o assunto de Alagoas, o assunto do contrato de gestão Bancada por Bancada, até para que os Deputados tenham conhecimento pleno, questionem, perguntem, para facilitar quando aportar aqui na Assembléia esse projeto que está junto com a rolagem da dívida, que é o aumento de capital do banco.

Então, que ele desse uma explicação a cada Bancada, conforme V.Exa. quer e conforme todos os Deputados que têm assento nesta Casa, para que possam fazer qualquer tipo de indagação.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Agradeço, Deputado Jorginho Mello.

No entanto, eu prefiro ficar com a proposta apresentada pela nossa Bancada, que é um requerimento que pede a presença do Presidente do Besc, acrescentando a sugestão da Deputada Ideli Salvatti, para que os questionamentos sejam estendidos àquela convocação anterior e que sejam reunidas as Comissões de Finanças e de Fiscalização e Controle, para que, formalmente, o Presidente do Besc esclareça sobre esses fatos, que são de fundamental importância para a saúde financeira do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos -

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - É evidente que esta Casa precisa ter esclarecimentos sobre esse assunto, já que naquela oportunidade muitos discursos foram feitos, como até foram feitas indagações a pessoas que tinham o comando do Banco do Estado de Santa Catarina. E eu lembro muito bem de uma reunião no plenarinho, com a participação de Deputados do PMDB, em que diziam que as Letras de Alagoas eram um grande negócio.

Eu até, na oportunidade, dizia que não entendia mais nada, porque comprar Letras de Alagoas, sabendo do costume daquele Estado, realmente deveria ser um grande negócio naquela famosa triangulação. Mas, quem sabe, agora eles se quedam à realidade, assumem as coisas e dizem que realmente fizeram um péssimo negócio para o Banco do Estado.

A verdade é que isso vai a prejuízo. Não tem outra saída. Agora, tem que haver responsabilidade, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Agradeço o seu aparte, Deputado Gilson dos Santos.

Fica a nossa proposta e o apelo à aprovação do requerimento, englobando as duas proposições aqui já mencionadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal de Justiça, pedindo a construção de um novo prédio para a instalação do Fórum da Comarca de Concórdia.

Conta também com a subscrição do Deputado Odacir Zonta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst e outros, pedindo a suspensão da sessão do dia 8 de abril, na parte de Breves Comunicações, por trinta minutos, para que os professores da UNC possam fazer uma exposição sobre Escola Rural Acadêmica Comunitária.

Em discussão.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Senhor Presidente e senhores Deputados, este requerimento, assinado pela Comissão de Educação, da qual somos Presidente, é para fazer a explanação de um projeto feito por técnicos de Israel e a elaboração de um projeto global para três escolas rurais em Santa Catarina, com a tecnologia e experiência do Estado de Israel. Essas escolas poderão ser instaladas em Mafra, Canoinhas e São Miguel d'Oeste.

Por isso, eu gostaria da compreensão de todos os senhores Deputados para que os técnicos que elaboraram esse projeto possam fazer uma explanação bem detalhada sobre o projeto e para que a Assembléia faça uma moção para o Estado de Israel e ao Ministério de Relações Exteriores sobre o projeto, para que os senhores Parlamentares tenham conhecimento do projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, senhor Júlio Pungan, pedindo que seja reaberto o atendimento do Besc no Distrito de Belchior, no Município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Wilson Wal-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, senhor Júlio Pungan, pedindo que seja reaberto o atendimento do Besc no Distrito de Fortaleza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o senhor Deputado Gervásio Maciel, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, o nosso Partido, o PPB, tem-se preocupado muito com a falta de emprego, ou seja, com o desemprego. E nós, na semana passada, debatemos nesta Casa uma saída para esse problema, que se não é a melhor, pelo menos, ameniza, ou seja, de os órgãos públicos implantarem convênios para contratarem estagiários.

A bolsa de trabalho, ou o estágio remunerado, seria o que amenizaria um pouco essa questão da falta de recursos nas famílias, devido à falta de emprego ou aos empregos pouco remunerados.

Isso já foi proposto à Mesa Diretora da Casa, no sentido de ampliarmos na Assembléia Legislativa, e agora queremos fazer um debate no sentido de estender isso em nível de Estado.

É uma maneira de prestigiar o estudante, já que existe a Lei Federal nº 6.493, de 7 de dezembro de 1977, que foi alterada posteriormente pela Lei Federal nº 8.859, de 23 de março de 1994, cujo artigo é muito claro ao contemplar essa viabilidade de termos um estagiário nas repartições públicas, como também nas pessoas jurídicas de Direito

Privado.

"Art. 1º - As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de administração pública e as instituições de ensino podem aceitar como estagiários alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando efetivamente cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular no nível superior, profissionalizante, de 2º grau e supletivo."

Ora, nós sabemos que as empresas efetivamente estão desempregando, porque têm dificuldades de ordem financeira, como os encargos sociais, pois sabemos que o salário pago a um operário acresce os encargos em 100% com as férias e com o décimo terceiro.

Eu sei que as leis brasileiras são muito boas, existem leis até demais. Essa lei, por exemplo, de 77 está regulamentada. Há vários órgãos que usam o estagiário, como nós aqui, na Legislatura passada, no Governo de Kleinübing, colocamos estagiários no Besc, copiando o que era feito no Banco do Brasil. Hoje é uma grande saída para o Besc e para os alunos. Nós queremos que essa prática se estenda às empresas, aos sindicatos, às entidades de classe, especialmente dos empresários, pois, graças a Deus, temos fartas escolas e muitos alunos.

Em Santa Catarina, onde o processo de escolarização de 3º grau é feito, na sua maioria, por fundações privadas, que são obrigadas a cobrar a mensalidade dos alunos, os recursos disponíveis estão cada vez menor, e cursar uma universidade, mesmo no interior, custa mais de quatrocentos reais por mês. Inclusive, temos muitos formados sem emprego no País por falta de competência. Esse é um questionamento.

Essa falta de competência se dá porque não tiveram oportunidade de colocar em prática o seu estudo, a sua habilitação, e não exercendo esse concurso por algum período, ficam até constrangidos em chegar a algum lugar e dizer que são formados nisso ou naquilo.

Temos acompanhado o drama do pedido de emprego, que nem sempre é de trabalho, pois é para poder sobreviver.

Então, temos que levar esse problema para a discussão nas empresas, nas Prefeituras, nos Municípios, porque precisamos oportunizar uma chance para essa gente se aperfeiçoar de uma forma remunerada.

Muitos empresários não empregam, porque temem os encargos. E essa alternativa do estágio, através de um convênio com as entidades escolares, permite que o empresário possa empregar, sem encargos, ao mesmo tempo em que está dando uma chance também para o estudante se aperfeiçoar.

Temos todo o tipo de empresa falida por falta inclusive de uma assessoria capaz. E esses estagiários podem praticar na empresa, colaborando com a empresa.

Então, a saída para essa situação já está legalizada por lei federal, por lei estadual. E na verdade sempre falta gente, mas não podemos pagar, porque os encargos sociais são altos.

Se temos uma saída que já está legalizada por lei estadual e federal, devemos apresentar um requerimento ao Fórum Catarinense dos nossos Deputados e Senadores, em Brasília, no sentido de alterar a lei, para viabilizá-la também no sentido de que os alunos, após formados, pelo menos por um ano possam trabalhar nas empresas privadas e no serviço público como estagiários.

Essa seria uma maneira de dar um encaminhamento ao formando para que ele possa, efetivamente, depois de um ano, ter seu emprego garantido, e mais do que isso, que ele

possa ser um empregador.

Nós temos que ter essa consciência, hoje, de que o nosso aluno, o nosso educando tem que ser preparado para ser um empresário, um empregador, já que cada vez mais estamos vendo nas indústrias a automação e com isso o desemprego.

Isto também acontece no interior do Estado, sendo normal que os filhos do nosso agricultor que vêm estudar na cidade não voltem mais para o interior precisando de emprego, de oportunidades e de dar conta da vida.

Nós temos que ter a preocupação, senhores Deputados, de transmitir ao nosso jovem que ele precisa, acima de tudo, estar preparado para ser um empregador, se não de terceiros, mas, no mínimo, dele próprio.

Por isso, nós queremos, com esta nossa fala simples, modesta, dizer que cada um de nós, Deputados, a imprensa, especialmente, que tem um papel importante neste momento, fazer com que as empresas sejam despertadas para esta legislação que permite a admissão de mais um colaborador, o qual está estudando, seja no curso supletivo, seja no curso técnico de 2º grau, seja no curso superior, e que ele possa, ajudando a empresa, ajudar a si próprio como aluno e dar uma saída também, sem dúvida alguma, para o desemprego que norteia não só Santa Catarina como também o nosso País.

Agradeço, senhor Presidente, e espero que esta Casa possa dar esta contribuição; que cada um dos Deputados, que cada Líder, que tenha a responsabilidade de quando receber o pedido de emprego dar esse encaminhamento. E assim, sem dúvida nenhuma, nós teríamos condições de empregar muita gente via estágio-remunerado no setor público e na Casa.

Espero que esta Casa também não se omita e que a Presidência crie logo o estagiário aqui dentro, pois, como a Casa do Povo, ela tem que dar acima de tudo o exemplo para a iniciativa privada de que tem responsabilidade com o emprego da nossa nova geração que aí está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, venho a esta tribuna para tecer comentários sobre o artigo de autoria do Deputado Carlito Merss, publicado no jornal A Notícia, com o título "Para evitar o retrocesso".

Gostaria de iniciar as minhas palavras, em primeiro lugar, Deputados Norberto Stroisch, Júlio Teixeira e Olices Santini, dizendo que a primeira coisa que o Deputado Carlito Merss deveria ter feito neste artigo era pedir desculpas por ter votado no Governador Paulo Afonso.

Não fui eu que votei, nem o Deputado Leodegar Tiscoski.

Deputado Carlito Merss, V.Exas. não só votaram como trabalharam, e trabalharam bastante - o famoso apoio crítico. Portanto, V.Exa. teria que colocar, já em primeiro plano, essa posição do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Carlito Merss, quando V.Exa. num determinado trecho diz - e eu não vou ler todo o artigo, porque ele é um pouco extenso, e talvez eu tenha a oportunidade de respondê-lo por escrito, também ocupando um espaço semelhante ao que V.Exa. utilizou:

(Passa a ler)

"Com essa fragilidade política toda, que não se resolve com dinheiro e estrutura material, o PMDB tornou-se alvo fácil para ser

batido pelo PPB de Amin, com munição fornecida pelo próprio desgoverno Paulo Afonso. E Santa Catarina não merece sair dessa vergonha - que manchou o nome do Estado com corrupção - para voltar a um passado também marcado com maracutaias e privilégios às elites.

Quem quiser saber o que seria um Governo Amin, basta ampliar para o Estado a desgraça e a mediocridade da administração do PPB em Florianópolis.

Amparada por uma história de luta e pelo comprometimento claro com os anseios sociais, a Frente Popular credencia-se como alternativa."

Deputado Carlito Merss, é a mesma Frente Popular que deixou a Prefeitura de Florianópolis em petição de miséria, devendo cem milhões, três folhas de pagamento atrasadas, uma desestruturação total na máquina administrativa! É evidente que para colocar-se a casa em ordem precisa-se até mais de um ano.

Queria dizer a V.Exa. que hoje na Prefeitura não tem um fornecedor com pagamento atrasado! E a maioria dos fornecedores está sendo paga com recursos deste ano, ou seja, a Prefeitura está pagando com recursos atuais compromissos correspondentes aos exercícios anteriores, deixando bem claro que são compromissos do Governo da Frente Popular, tão enaltecida por V.Exa.

Quero dizer ainda, Deputado Carlito Merss, que precatórios estão sendo liquidados pela Prefeitura, os quais eram oriundos de compromissos que deveriam ter sido pagos pelo Governo Sérgio Grando, quando o seu Partido era o que efetivamente mandava na Prefeitura, pois o Secretário Municipal da Fazenda era o senhor Afrânio Boppré, homem que há dias - quando a Prefeita anunciou que iria pagar 50% do 13º no mês de maio - foi aos jornais dizer que era mentira, que aquilo era para iludir os funcionários! Não! Em maio vai ser realmente creditado 50% do 13º de 1998, não é de 97, Deputado!

Gostaria ainda de dizer a V.Exa., Deputado, que V.Exa. faz referência ao Senador Esperidião Amin - e eu sei que pesquisa é uma situação de momento, pois sou bastante antigo nesta Casa, conhecedor um pouco de política e sei que pesquisa representa um momento -, porque ele tem mais de 40% de preferência. E aí V.Exa. deve recorrer ao senhor Stedler, do PT, aquele moço que citou como exemplo de uma boa reforma agrária o crédito fundiário feito à época de Esperidião Amin como Governador!

V.Exa. deveria recorrer, por exemplo, ao projeto do Banco da Terra que, na minha concepção, tem todas as condições de resolver, se não de todo, porém, tem condições de amenizar sensivelmente o problema da terra no nosso Estado e no nosso País.

V.Exa. devia reconhecer que o Esperidião sempre teve um grande problema: sempre priorizou seus programas de Governo para os menos favorecidos. E quero dizer-lhe que em nenhum momento da sua administração, até em 83, com enchentes violentas no Vale do Itajaí, ele não atrasou o vencimento dos servidores públicos catarinenses, assim como condicionou as indústrias do Estado a não demitirem, porque ele ajudaria as empresas nas suas recuperações.

A Frente Popular, que deixou de pagar, no mínimo, dois meses de folha de pagamento, não tem condição moral de falar de ninguém, porque o salário é coisa sagrada.

Infelizmente, na época, não foi demitida uma só pessoa, produto das enchentes.

Agora, um homem que tem essa sensibilidade social, reconhecida hoje pela maioria.... Eu não quero dizer que ele não cometeu erros, evidentemente que sim, pois um homem que está na vida pública há mais de vinte anos é claro que cometeu erros, mas não tenho dúvida de que tem preparo suficiente, que tem inteligência suficiente. Que o diga o Senado da República!

Realmente, Deputado Carlito Merss, eu vou para a rua tranquilamente pedir voto para o senhor Esperidião Amin, porque sei que pedindo voto para ele estarei pedindo voto para uma pessoa que tem sensibilidade social. Infelizmente, Deputado, não foi o caso do seu Governo em Florianópolis.

A Dona Ângela Amin não está fazendo até este momento uma administração excepcional, mas espere! V.Exa. vai morder a língua, como todo o seu Partido mordeu quando votou no Paulo Afonso. Espere, porque uma administração não se mede em um ano, e em quatro anos ela terá todas as condições de implementar todos os seus programas.

Rapidamente, podemos dizer que já implementou o programa dos ônibus (o papa-fila está aí andando na cidade), vai implementar uma sinalização excepcional em Florianópolis dentro de pouco tempo, está começando a fazer asfaltamento de ruas (e, diga-se de passagem, sem um real do Governo do Estado de Santa Catarina), terminou com os grandes problemas que ela tinha na Secretaria da Educação. Além disso, não tenho dúvida de que ela vai cumprir o elevado do CIC, do Diplomata e que vai implementar integralmente o programa do leite. Aliás, a merenda escolar está absolutamente em dia.

Por isso, Deputado, V.Exa., que é um homem inteligente e que tem até o direito de errar, deveria começar pedindo desculpas a Santa Catarina.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Deputado Gilson dos Santos, o que o Deputado Carlito Merss deveria questionar é a administração da Frente Popular em Florianópolis. Eu faço apenas uma pergunta: qual a obra que ficou marcada na administração da Frente Popular, da qual o PT faz parte, seja em que área for?

Agora, os compromissos assumidos em campanha pela Dona Ângela Amin já estão em andamento, como o papa-fila, o Bom Abrigo, que já tem mais de 150 casas em andamento. Hoje nós temos mais de 30 obras concluídas nos bairros, temos mais de 40 obras em andamento e mais 20 em licitação. E se a Câmara de Vereadores auxiliar, lembrando aqui que ela tem minoria na Câmara, os dois grandes problemas de tráfego em Florianópolis serão solucionados, que são as rótulas do CIC e do Rita Maria.

Deputado Gilson dos Santos, isso tudo em um ano de administração, depois da desastrosa administração da Frente Popular, que deixou três folhas de atraso. E ela já está pagando o 13º salário, vale repetir.

Então, qual a obra da Frente Popular em Florianópolis, em qualquer área, para comparar com o que já foi feito pela Dona Ângela Amin na sua administração?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Gilson dos Santos, eu também li o artigo do Deputado Carlito Merss e algumas coisas me surpreenderam.

Acho que com referência a Florianópolis, que V.Exa. não citou, falta justifi-

car o desaparecimento daqueles R\$5.000.000,00, que nem a contabilidade ainda descobriu.

Para concluir, uma questão que me chama a atenção, Deputado Gilson dos Santos, é que, pelo artigo, está pedindo o apoio do PMDB, está regredindo àquela história do apoio crítico que eles deram ao Governo Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - O Deputado Carlito Merss sabe do respeito que eu tenho por ele, mas infelizmente ele está sendo absolutamente parcial nesse artigo.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Nobre Deputado, tenho acompanhado o desempenho do Deputado Carlito Merss nesta Assembleia Legislativa e tenho certeza absoluta que nas eleições deste ano ele vai ter uma opção para a escolha do candidato a Governador, e não vai ser uma opção crítica. O que ele falou, e que está escrito nos jornais, foi um erro de direcionamento.

Tenho certeza absoluta que o apoio crítico dado foi porque não conhecia o nosso trabalho, não conhecia o nosso Partido, não conhecia a forma e os critérios que adotamos para fazer política.

V.Exa. pode ver, nobre Deputado, que hoje ele está alegre, está sorrindo, porque foi um direcionamento equivocado; ele vai dar um apoio que não é crítico. Em 98 ele vai ter uma alternativa boa para escolher o candidato a Governador.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Quero dizer ao Deputado Carlito Merss que as suas sugestões no campo social serão, sem dúvida nenhuma, apreendidas pelo nosso candidato a Governador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss, em Explicação Pessoal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, essa vai ser uma boa discussão. Teremos tempo para aprofundar as questões que levantei no texto escrito há mais de uma semana e que era para ser publicado no final de semana. Inclusive, o jornal A Notícia justificou ontem que no domingo e na segunda-feira repetiram os textos.

A minha resposta primeira, Deputado Gilson dos Santos, é um texto que também já encaminhei aos jornais. Deveria ter sido publicado ontem ou hoje, mas entrarei em contato com o jornal para ver da possibilidade de adaptar, porque o título do texto que tenho a princípio, como resposta ao seu pronunciamento, é o seguinte:

(Passa a ler)

"Os trinta anos do golpe militar de

1964

Há trinta e quatro anos o Brasil sofreu um duro golpe em suas instituições democráticas. O Presidente, constitucionalmente investido no poder, foi deposto por uma conspiração militar que contava com o apoio da CIA e de empresários e políticos brasileiros que temiam perder seus privilégios.

O Brasil, como outros países da América Latina, inseriu-se no contexto da Guerra Fria, subordinando-se aos interesses norte-americanos.

Nossa democracia, que vinha se desenvolvendo lentamente, sofreu um retrocesso, cujas consequências em sua cultura política foram as piores possíveis, disseminando-se o medo, a covardia e a subserviência.

Do ponto de vista institucional, a ditadura reduziu drasticamente a atuação do Judiciário e do Legislativo. Chegou ao extremo de editar decretos-lei secretos, figura jurídica que demonstra total falta de escrúpulo dos grupos dirigentes e daqueles que os apoiaram. Cassou,

prende, exilou e assassinou várias lideranças políticas e Parlamentares, entre elas o nosso sempre Deputado catarinense Paulo Stuart Wright.

Com a imprensa mantida sob severa censura, nunca a corrupção avançou tanto em nosso País. Hoje é dia de homenagear aqueles que resistiram, que não se curvaram diante dos coturnos e não deitaram a cabeça diante dos generais ditadores, aqueles que lutaram por liberdade, por justiça e por democracia e que por isso foram perseguidos e difamados.

Quando este ano estivermos votando para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, devemos nos lembrar daqueles que lutaram pelo nosso direito de votar e escolher livremente nossos governantes. Devemos lembrar também dos inimigos da democracia, que, abrigados na arena, davam suporte político aos ditadores e eram nomeados para os Governos em nosso Estado, e que, infelizmente, continuam defendendo os interesses de minorias privilegiadas, agora travestidos de democratas.

Com a redemocratização, mudaram o discurso e o nome do Partido, mas as figuras são as mesmas e seu passado não pode ser mudado.

Devemos ressaltar que, ao contrário do que se pretende fazer pensar, a tortura sofrida pelos presos políticos era prática oficial dos órgãos de repressão do Estado e não ação isolada de grupos clandestinos de extrema direita.

A anistia obtida em 1979 foi uma conquista dos setores populares e democráticos da sociedade brasileira, que acabou beneficiando também aos torturadores e assassinos.

Contudo, é preciso resgatar a verdade histórica, esclarecendo fatos que ainda estão obscuros em razão da omissão de setores oficiais.

Muitos militares e policiais honestos e honrados, que não compartilharam dos crimes da ditadura, são confundidos com os criminosos, devido ao silêncio ainda imposto sobre muitos casos.

As feridas deixadas pela ditadura somente serão cicatrizadas quando se puder esclarecer o que ainda permanece na sombra, quando as mentiras ainda vigentes foram desmascaradas.

Aqui no Estado, a Lei nº 10.719, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que possibilita a indenização de ex-presos políticos, ainda não pôde ser aplicada porque o Governo do Estado não indicou seus representantes na Comissão que analisará todas as solicitações.

É preciso, finalmente, resgatarmos a verdade em nosso passado, resgatando a dignidade de muitos catarinenses que resistiram à ditadura militar.

Talvez assim possamos extrair lições que nos possibilitem aprimorar nossas instituições democráticas, honrando a memória dos mortos e desaparecidos políticos, e seguir perseguindo seus mesmos ideais de liberdade e justiça social."

Este texto, provavelmente, será publicado ainda nesta semana. Do ponto de vista temporal, o dia correto seria ontem, uma data que, felizmente, a direita hoje tem medo já de comemorar. Poderia ser hoje, quando o Governo militar se instituiu definitivamente em 1964, mas é, com certeza, um resgate da história deste País.

A mídia, os setores reacionários, os conservadores liberais tentam confundir o golpe de 64 ainda hoje. Todos os indicadores sociais, fazendo-se a projeção da população da época e as condições sociais, pioraram. Chegamos ao cúmulo de hoje termos uma epidemia de dengue, sendo colocada inclusive no nosso Estado, fruto, sim, de uma posição política de diminuição orçamentária na área da Saúde, que fez com que o ex-Ministro da Saúde colocasse, com todas as letras, que é uma brincadeira o que se faz na Saúde e a vontade política que esse Governo, que o PSDB, PFL, PPB, PMDB, PTB, PL e outros impõem a este País.

Então, nós vamos fazer esta discussão, sim, Deputado Gilson dos Santos, de forma macro, de forma estrutural.

Sobre as questões levantadas por V.Exa. ao meu texto, eu incorporo a preocupação levantada agora há pouco no Plenário pelo Deputado Jorginho Mello e pelo Deputado Leodegar Tiscoski, se não me engano, parece-me, pela Bancada do PPB, chamando aqui o Presidente do Besc.

É verdade, com certeza nós resgatamos muitas questões ligadas ao Besc, principalmente a situação que o falecido Governador Pedro Ivo Campos encontrou nesse banco em Santa Catarina.

Então, vamos fazer esta discussão, sim, Deputado Gilson dos Santos. Vamos discutir a Frente Popular em Florianópolis, vamos discutir a administração de Ângela Amin, vamos discutir o Governo Décio Lima e José Fristch, e vamos verificar quem é quem nessa história.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Carlito Merss, serei muito breve nesta minha manifestação.

V.Exa. falou da revolução, que está fazendo 34 anos...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Golpe militar. Eu não chamo isso de revolução.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Para alguns, golpe militar; para outros, revolução.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Claro, para quem se beneficiou é revolução.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Carlito Merss, em 1965 eu fui eleito Presidente da União Secundarista de Estudantes de Tijucas. Em 1974, ou seja, no auge da revolução, com ato institucional e tudo, eu fui eleito Presidente do Diretório Acadêmico de Economia, Administração, Filosofia e Ciências Contábeis da Universidade de Joinville. Então, eu quero dizer a V.Exa. que felizmente consegui implementar todo um programa de favorecimento aos estudantes carentes, em especial àqueles que tinham sido atingidos pela enchente de Tubarão. V.Exa. sabe bem disso.

Agora, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que quando falasse em revolução ou em ditadura também se transportasse para Fidel Castro, ditador por cinquenta anos, que, parece-me, tem o apoio incondicional do PT.

E lá não se faz nada, lá não se faz eleição, não se faz coisa nenhuma. O homem só prorroga e prorroga, e lá está há cinquenta anos!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Cinquenta anos, Deputado Gilson dos Santos?!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Cinquenta anos é modo de dizer. Se V.Exa. está falando em 35 anos da revolução... Mas são 39 anos, mais do que a idade da revolução!

Por isso, Deputado Carlito Merss, eu acho também que deveria haver um estudo por parte do PT a respeito dessa condição do senhor Fidel Castro, democrata, reconhecido pelo PT, mas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Deputado Carlito Merss, V.Exa. dispõe de mais dez minutos, conforme solicitado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Gilson dos Santos, eu acho que poderemos fazer essa discussão também em nível mundial.

Podemos lembrar alguns ideólogos do golpe de 64 e citar talvez Adolfo Hitler,

Gables, Mussolini, que foram seguidores ou simpatizantes de ideais que hoje ainda estão incrustados no seu Partido.

Mas, Deputado Gilson dos Santos, eu acho que essa vai ser uma boa discussão, porque é muito fácil fazer o discurso em favor dos agricultores, dos microempresários, dos aposentados, quando na prática, nessas reformas constitucionais que ora acompanhamos em Brasília, verificamos a posição do PPB, PPR, PDS, Arena (a gente nunca decora bem a sigla) dando apoio incondicional a esse verdadeiro desmonte do Estado brasileiro.

Então, eu vou fazer essa discussão, Deputado Gilson dos Santos, no Oeste catarinense, junto aos nossos pequenos agricultores, mostrando quem efetivamente defende a agricultura familiar, quem efetivamente defende o modelo econômico ligado à micro e pequena propriedade rural, porque uma coisa é o discurso e tapinhas nas costas, que já não aguentamos mais, e outra é ser reconhecido e conhecido por cem por cento dos catarinenses. Outra coisa ainda é a população ser informada das políticas defendidas e das consequências dessas políticas.

Com certeza, Deputado Gilson dos Santos, nesses próximos meses faremos um bom combate, uma boa discussão, mostrando a diferença entre os discursos demagógicos e a realidade dos votos e das posições políticas; a diferença, por exemplo, de fazer um combate sistemático à roubalheira dos precatórios e uma defesa intransigente ao rei dos precatórios; mostrando a origem de toda a quadrilha, que aconteceu na Prefeitura Municipal de São Paulo, de Paulo Maluf e Pitta, e ainda querer fazer um discurso de falso moralista, criticando o Governador Paulo Afonso e o Governador Miguel Arraes quando o crime é um só: precatórios.

Está provado na CPI da Assembléia Legislativa, na CPI do Senado e onde foi possível fazer CPI. Na Prefeitura Municipal e na Câmara de Vereadores de São Paulo não foi possível fazer CPI graças a um acordo estranho entre o PPB e o PMDB, que não queriam acabar com esse crime e essa roubalheira na sua origem e ficaram, demagogicamente, usando espaço na mídia para fazer um embate pessoal com o Governador Paulo Afonso.

Vamos esclarecer tudo isso, vamos colocar claramente o episódio do porto de São Francisco do Sul, os esquemas com as empreiteiras, vamos aprofundar as diferenças da democracia, desse Governo em Florianópolis, que não consegue nem manter os seus aliados, como, no caso, o PFL. É um Governo que consegue ter hoje no Vereador Michel Curi, filiado ao PPB, o principal adversário da Prefeita.

Agora, vêm me dizer que há democracia, que há postura política favorável, mas postura política favorável a quem, se a Prefeita não consegue nem ter um Líder? A Prefeita não consegue nem nomear um Líder na Câmara de Vereadores, porque ninguém admite defendê-la na Câmara. Eu vi essa matéria na imprensa, inclusive com preocupação da Oposição.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu estou notando essa preocupação de V.Exa., pelo seu discurso.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Gilson dos Santos, seria muito ruim se o PMDB não tivesse um Líder. Tivemos aqui o Deputado Herneus de Nadal e temos hoje o Deputado Romildo Titon, mas imagine se nenhum dos Deputados do PMDB tivesse a coragem de defender o Governador Paulo Afonso. Porque nenhum Vereador da Capital tem coragem de defender a Prefeita!

Agora V.Exas. vêm me dizer que ela é maravilhosa, que ela faz um grande governo, que ela está resolvendo a situação?!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - A única coisa que eu disse é que ela cumpre o seu programa de governo.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O que eu tenho verificado é uma administração catastrófica, e com certeza os catarinenses observam isso e não aceitarão isso para o Estado.

Este Estado precisa ser reconstruído, precisa adquirir a sua moral. Os catarinenses têm que voltar a ter orgulho de ser catarinenses. E nesses últimos 20, 30 anos, os Governos que não tiveram estruturalmente dificuldades e diferenças... Eu disse isso há duas semanas: qual a diferença básica entre o Governo Jorge Bornhausen, o Governo Esperidião Amin, o Governo Kleinübing, o Governo Pedro Ivo e o Governo Paulo Afonso? Essa diferença não existe!

Com eles aconteceu o desmonte das estatais, o abandono da questão social (saúde e educação), porque as greves e o desmonte da Educação catarinense começaram no Governo Bornhausen, continuou no de Esperidião Amin (quando aconteceram as maiores greves), continuou no de Pedro Ivo, no de Kleinübing e no de Paulo Afonso, porque a lógica da política sempre tem sido uma só, ou seja, escola pública não é necessária, os ricos é que têm que ser valorizados, as escolas particulares é que têm que ser valorizadas.

Por que isso? Já pensaram se a população pobre começa a ter acesso a uma escola de boa qualidade, à saúde pública? Se tivesse segurança e não a utilização da estrutura da segurança para a repressão? Então, não há diferença entre esses Governos, e isso vai ser discutido taticamente, estruturalmente nos próximos meses.

Deputado Gilson dos Santos, gostei muito de V.Exa. ter percebido o meu texto, porque eu quero fazer um bom debate aqui.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. é um homem inteligente e evidentemente que o respeitamos. Eu só queria dizer a V.Exa. que, quanto ao problema de reconstruir o Estado, ele já foi reconstruído em 83, 84, nas enchentes, e agora é uma reconstrução mais fácil, é a reconstrução da credibilidade. E se Deus quiser, vamos conseguir!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Com certeza o Governador Milton Mendes será o baluarte dessa luta.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu quero dizer também que essa coisa de política de terra arrasada não existe, Deputado. O Partido de V.Exa. tem os seus equívocos, grandes equívocos, e o nosso Partido também tem.

Quanto ao caso dos precatórios, tem que chamar aqui também a dona Erundina. V.Exa. está dizendo que não tinha precatório em São Paulo, então, eu quero dizer que o decreto da ex-Prefeita Erundina...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - A ex-Prefeita Erundina não conseguiu vender, na época, os precatórios porque a maioria malufista não permitiu. Tinha precatório, mas foi feito dentro da lei.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Então, V.Exa. não está falando a verdade...

(Falas paralelas entre os senhores Deputados Carlito Merss e Gilson dos Santos.)

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Por favor, faça as críticas decentes, corretas, mas sem mentir, Deputado!

A Prefeita fez tudo dentro da lei na época. Como não teve a possibilidade, nos três anos, de utilizar a venda de precatórios para pagar, utilizou-se, então, do caixa do Município

para pagar dívidas, senão perderia o mandato. Infelizmente, uma maioria malufista tentou inviabilizar aquele Governo; agora, é diferente da questão dos precatórios que o senhor Pitta fez a mando do senhor Paulo Maluf. Essa é uma verdade histórica, está no relatório do Senado e está aqui.

(Falas paralelas entre os senhores Deputados Gilson dos Santos e Carlito Merss.)

Não podemos usar dois pesos e duas medidas. É crime falsificar documentos, é crime inventar precatório, tem que ser para todo mundo.

Se fosse um Governo do PT, nós também defenderíamos, sim, a CPI e a punição do Governador. Não se pode fazer esse jogo que o senhor Esperidião Amin faz (um demagogo!) de combate ao Governador Paulo Afonso quando defendia, elogiava o senhor Paulo Maluf.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado, V.Exa. não está sendo verdadeiro. Aconselho-o a rever os Anais da Casa. Fiz mais de dez pronunciamentos dizendo que não defendíamos safadeza, que quem tivesse culpa no cartório tinha que pagar.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O senhor Esperidião Amin defende, porque ele defendia o Celso Pitta lá...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Agora, eu não posso desconhecer, e V.Exa. sabe

muito bem disso, que o decreto dos precatórios foi feito pela ex-Prefeita Luiza Erundina. É só isso o que estou dizendo, e que foi utilizado pela emissão de precatórios.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Foi utilizado de maneira legal! E existiam precatórios, V.Exa. sabe disso.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Nobre Deputado, quero dizer que é muito bom dialogar com V.Exa., em que pese às vezes se alterar. Respeito-o como um homem de Partido, correto, lutador, mas o seu Partido vai ter que esperar mais um pouco, vai ter que amadurecer mais. Não será desta vez. Pode ser que um dia...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Santa Catarina não merece isso.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Acho que a melhor coisa que poderia acontecer no País seria o PT começar a pegar alguns Governos. Mas já fico preocupado, porque no Espírito Santo o PT elegeu um e o cara não agüentou, correu da raia!

Não sei se há muitos grupos, e sei que V.Exa. quer congregar, acontece que tem muito "nego" que só quer colocar fogo no seu Partido!

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhores Deputados, a ditadura e o retrocesso não voltaram a Santa Catarina, podem ter certeza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, damos conhecimento da pauta da sessão de hoje à tarde:

Pedido de informação de autoria do Deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando informações acerca da averbação de tempo de atividade rural dos servidores públicos e professores estaduais;

Projetos de reforma constitucional, que poderão fazer parte da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para as 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 01 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

3341, encaminhando projeto de lei que altera o art. 56, da Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a organização da administração pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo;

3342, encaminhando Projeto de Lei que concede pensão especial, tendo por beneficiários, Alikkan Pallaoro, Alaike Pallaoro e Akkauam

Pallaoro;

3343, encaminhando Projeto de Lei que concede pensão especial, tendo por beneficiário Diogo Gorges.

3344, comunicando a sanção de Projeto de Lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.865, de 17 de julho de 1995, que dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição às autoridades da área da Saúde Pública;

3345, comunicando a sanção de Projeto de Lei que dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesquisa e estabelece outras providências;

3346, encaminhando o veto integral ao Projeto de Lei que, altera a redação do inciso XVIII e acrescenta novos incisos ao art. 6º da Lei nº 8.676, de 17 de julho de 1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências;

3347, encaminhando o veto integral ao Projeto de Lei que acresce § 4º, ao art. 4º, da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995 e altera a redação do Inciso V, do art. 9º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que Dispõe sobre a junção das Comissões afins, criadas pela Resolução DP nº 081/94.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Deputado Lício Mauro da Silveira, que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as cláusulas que menciona.

OFÍCIOS N.ºS:

052/98, do senhor Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação, Distribuição de Água e em

Serviços de Esgoto no Estado de Santa Catarina - Sitaesc, encaminhando abaixo assinado, manifestação contrária às privatizações das Empresas Públicas Estaduais e Federais e exigem a suspensão do Programa Nacional de Desestatização - PND;

102/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, encaminhando Moção nº 003/98, aprovada por esta Casa Legislativa, mocionando que o Estado firme convênio com o nosso Município, para viabilizar o transporte escolar;

172/98, encaminhando os documentos relativos às atividades administrativas e financeiras do Funjure, no exercício de 1997, incluídas cópias de autorizações, balanço, balancetes mês a mês;

633/98, do senhor Procurador da República, do Ministério Público Federal, reportando-se ao Ofício GP/DP/1125/97, informando que foi instaurado Procedimento Administrativo sob nº 1021/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, assomo à tribuna para me referir a um assunto, ao qual já me reportei em agosto do ano passado. Na oportunidade não houve nenhuma repercussão, não consegui emplacar ou ter qualquer espaço maior junto aos próprios meios de comunicação. Inclusive apresentei um requerimento e até um projeto de lei que está tramitando na Casa. É a questão do tipo de gasolina utilizada em nosso Estado.

Eu fazia, naquela oportunidade, em agosto do ano passado, a denúncia de que o único Estado da Federação que tem autorização para utilizar a gasolina B é o Estado do Rio Grande

do Sul.

A gasolina B não pode ser utilizada em nenhum outro Estado brasileiro, por uma lei que existe, a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, conhecida como Lei Feldmann.

O restante do País e o nosso Estado deve utilizar somente a gasolina do tipo C. E qual é a diferença dessas gasolinas? Nós temos gasolina do tipo A, do tipo B e do tipo C.

A gasolina do tipo A não é utilizada nos nossos veículos, até porque eles não estão adaptados ao consumo da gasolina do tipo A, que é a gasolina pura.

A gasolina utilizada por essa lei federal que disciplina essa matéria e que o Departamento Nacional de Combustíveis deve fiscalizar e realmente dar conta que a lei seja cumprida, é a gasolina do tipo C.

A gasolina do tipo C é composta de 78% de gasolina A e 22% de álcool etílico anidro. Essa é a proporção. Ao passo que a gasolina B, comercializada única e exclusivamente pelo Rio Grande do Sul, e autorizada a ser consumida única e exclusivamente no Estado do Rio Grande do Sul, ela é constituída de 78% de gasolina A e 22% de um antidetonante de um aditivo chamado MTBE (Metil Tércio Bútio Éter).

Até em função da refinaria Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, e pelo fato do Estado ficar mais longe das fontes produtoras de álcool, então está autorizado a utilizar esse aditivo, esse antidetonante, ao invés do álcool etílico anidro.

Todos os demais Estados, inclusive Santa Catarina, são obrigados a utilizar a gasolina do tipo C, que tem 78% da gasolina A mais 22% de álcool etílico anidro.

Na oportunidade eu apresentei um requerimento à Casa, fazendo uma série de considerações sobre essas mesmas argumentações que estou colocando e solicitando medidas urgentes da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Fatma, da Polícia Ambiental e da Secretaria da Fazenda em nível de Governo do Estado, para fiscalizar a distribuição e comercialização ilegal da gasolina B no Estado de Santa Catarina, fazendo cumprir esta Lei Federal nº 8.623/93. Por quê? Pelo fato de que essa comercialização clandestina de gasolina B em Santa Catarina, naquela oportunidade, estava estimada em torno de quinze milhões de litros, o que estaria a afetar vários Municípios e a economia do nosso próprio Estado.

A minha cidade, por exemplo, Itajaí, que é um pólo de distribuição de combustíveis para o Estado - aliás, até dois anos atrás era o único pólo de distribuição de combustíveis, de inflamáveis, para todo o Estado -, agora está compartilhando essa distribuição com um terminal em Guaramirim e outro aqui, na região de Florianópolis, em Biguaçu, Palhoça.

Então, tem três pólos desses terminais de distribuição de combustíveis, e 50% ainda fica por conta de Itajaí.

Na medida em que postos de combustíveis de Santa Catarina estão se abastecendo com gasolina B, vinda clandestinamente do Rio Grande do Sul, estão deixando de se abastecer com gasolina C, a partir dos três pontos de distribuição do Estado, dos três terminais de distribuição do Estado; estão deixando inclusive de arrecadar os impostos, o próprio ICMS correspondente.

Na oportunidade nós fizemos um cálculo. Não é muita coisa em primeira vista, mas para um Estado que está aí se rastejando, que não tem dinheiro para a Saúde, para a Educação, para a assistência social, que está faltando dinheiro para as questões mais elementares, que não pagou o 13º salário dos servidores do Estado, são em torno de

R\$400.000,00 a R\$500.000,00/mês, meio milhão de reais por mês que deixa de ser arrecadado.

Por isso, inclusive eu, além de encaminhar requerimento pela Casa à Seduma, à Secretaria da Fazenda, estive pessoalmente em audiência com o Secretário da Fazenda, senhor Nelson Wedekin, apresentando esses dados e solicitando providências urgentes da Secretaria da Fazenda.

Naquela oportunidade o Secretário até me elogiou no sentido de dizer: "Meus parabéns, Deputado. De repente está aparecendo aqui alguém para me propor uma forma, uma maneira de arrecadar mais dinheiro." Quer dizer, o Estado está perdendo dinheiro concretamente através dessa questão da comercialização dos combustíveis. "E o senhor, Deputado, está vindo aqui não para me pedir nada neste momento. Está vindo aqui para me alertar, para agilizar o nosso sistema de fiscalização da Fazenda do Estado", que também deveria estar em concordância com o sistema de vigilância da Seduma, da Polícia Ambiental. Por quê? Porque, inclusive, a combustão da gasolina do tipo B, e existe uma série de denúncias, apresenta problemas, desde a manipulação, aos frentistas dos postos.

Ela traz problemas sérios de saúde, problemas respiratórios, principalmente relacionados com alergia respiratória, também problemas de pele, enfim, ela traz uma série de problemas de saúde no manuseio, que é diferente do manuseio da gasolina do tipo C. Ela acarreta também problemas ambientais, porque os gases resultantes da combustão, da queima, da gasolina B é diferente dos gases resultantes da queima da gasolina C.

Então, por uma questão de vinculação até com a saúde humana, com a proteção à saúde humana e também com a proteção ambiental, há necessidade de se acionar a própria Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que deve trabalhar integrada nesse caso com a Secretaria da Fazenda, exatamente porque são divisas, são impostos, é ICMS do nosso Estado que deixa de ser arrecadado.

Agora, eu vejo pela imprensa nesses últimos dias uma série de denúncias de que o Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Combustíveis, está desencadeando um sistema de fiscalização relâmpago em várias regiões do Estado, e desde ontem e anteontem, na região do Vale do Itajaí, foi encontrada uma grande quantidade de postos comercializando ilegalmente a gasolina B. E pior do que isso, as mais terríveis aqui irregularidades, porque tem posto que está apenas com um tanque para óleo diesel e está misturando isso inclusive no óleo diesel.

Também à gasolina C, que já tem o álcool anidro, agora, estão acrescentando o MTBE com álcool anidro. Na oportunidade, quando eu trouxe esse assunto à tona, ele não mereceu atenção, não mereceu nenhuma repercussão, embora tenha falado desta tribuna que tinha tido audiência com o senhor Secretário da Fazenda e tenha tentado passar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - V.Exa. tem mais alguns segundos para concluir seu pensamento.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Nessa oportunidade precisamos retomar essa questão. Inclusive tenho um projeto de lei sobre esse assunto tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Casa

sobre a proibição da comercialização da gasolina B em Santa Catarina, para defender a economia do próprio Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu fiquei um pouco preocupado com o pronunciamento do Deputado Volnei Morastoni, mas no decorrer vi que o assunto era extremamente importante. Eu fiquei preocupado no sentido que estava defendendo os grandes interesses da Shell, Texaco e Ipiranga, mas, graças a Deus, foi por outro lado.

Novamente volto ao assunto Invesc e, como consequência, Celesc e Casan.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Inclusive eu trouxe o assunto à tona porque pequenas distribuidoras de combustíveis que existem estavam denunciando que as grandes distribuidoras (Texaco, Shell e Ipiranga) formam um cartel. E a Petrobrás, por incrível que pareça, estava comercializando clandestinamente.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - E vemos isso acontecendo no Brasil! É isso! Foi muito correto o seu pronunciamento.

Senhor Presidente e senhores Deputados, a Invesc, fazendo uma pequena recapitulação, lançou R\$100.000.000,00 do seu capital em debêntures, e essas debêntures foram transformadas em R\$104.000.000,00 no mercado, o que, descontadas as comissões e outras despesas, resultou em recursos líquidos de R\$98.800.000,00.

Passaram-se dois anos e cinco meses de criação dessa empresa, cuja única função foi de querer desmontar o patrimônio das Centrais Elétricas de Santa Catarina, e não vejo outro sentido, porque só foi feita com relação a ela esse tipo de operação.

Em 96 venceu a primeira parcela dos juros, R\$17.500.000,00. Em 97 foi de R\$20.500.000,00, que o Governo teve condições de pagar.

Os jornais noticiam que o capital corrigido é de R\$142.000.000,00. Ora, R\$142.000.000,00 mais os R\$20.000.000,00 fecham em R\$162.000.000,00. E o Governo, na ânsia de liquidar esse débito, pressionado pelos debenturistas que estão querendo cobrar os juros, fez uma assembléia, e o Estado quer liquidar a Invesc dando lastro. E hoje aquelas ações estão em torno de R\$85.000.000,00. E para chegarmos aos R\$162.000.000,00 faltam em torno de R\$77.000.000,00.

De uma forma dirigida, hoje nós sabemos, as próprias autoridades do Governo já admitem isso nos jornais e querem liquidar a Invesc nessa operação.

Essa empresa, logicamente, deverá entrar com mais R\$77.000.000,00. E, logicamente, R\$77.000.000,00 não vão ser de graça!

O que esse pessoal quer? Eles querem participar do controle da gestão da empresa, querem entrar na empresa, e quem dá R\$77.000.000,00 não vai querer entrar para o bel-prazer da sociedade catarinense.

Nós estamos tremendamente preocupados, porque dois anos e cinco meses, 98,8 milhões arrecadados, se hoje o Estado liquidar a Invesc, terá um gasto de R\$180.000.000,00, ou seja, são os 142 mais os 20 que deve, mais os 17 e meio que pagou, que dá o total de 179 e

meio, ou seja, dá R\$180.000.000,00, numa operação que arrecadou 98,8 milhões. Bela empresa! Bom negócio, Deputado Carlito Merss!

E a Casan? O Governo começa a bolar uma forma de como pagar as suas despesas, os seus rombos administrativos, os seus problemas financeiros. E aí volta a funcionar a engenharia financeira do Governo. Bela engenharia financeira! Na obscuridade, na clandestinidade, porque esta Casa e ninguém da sociedade catarinense teve conhecimento de como está sendo processado esse problema. Dizem que vão dar 49% das ações da Casan.

E para que os recursos sejam da venda das 49%, a Bescam lançou convite no mercado, cujo conteúdo também não sabemos. Mas pelos jornais vimos que esses convites destinam-se a empresas para fazer a modelagem do processo. E nessa modelagem garante R\$75.000.000,00, menos que 10% do patrimônio da empresa, baseado no relatório de 1996.

Essa modelagem foi escolhida pelo Deutch Bank, que está processando essa venda de ações no mercado, podendo até auferir mais alguns recursos, que também seriam alocados nas despesas que o Governo do Estado tem. Para isso a empresa promete, para isso o Governo do Estado promete elaborar novamente um contrato nebuloso, do qual nós não temos conhecimento. Alguns dizem que é contrato de gestão compartilhada, outros dizem que é outro tipo de gestão.

Quer queiram ou não, eles vão adentrar à empresa. Isso sem o conhecimento desta Assembléia, e por isso, senhores Deputados, elaboramos um projeto de lei que dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo de empresas públicas e de economia mista com as cláusulas que menciona.

(Passa a ler)

"Art. 1º - É vedado ao Poder Executivo, às empresas públicas e de economia mista, cujo controle acionário pertence ao Estado de Santa Catarina, assinarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres que em suas cláusulas conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada das mesmas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

Essa lei foi assinada por mim e por mais vinte senhores Deputados, porque não estamos fugindo da Constituição do Estado, que está na nossa justificativa.

E no seu art. 13 é bem clara quando diz que "A administração pública de qualquer dos Poderes do Estado compreende:

§ 1º - Depende de lei específica:

I -

II - autorização para:

a) constituição de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias;

b) - instituição de fundação pública;

c) - transformação, fusão, cisão, extinção, dissolução."

E aí vem o que é importante: "transferência do controle". E nós estamos afirmando que o Governo está fazendo a transferência do controle técnico administrativo ou da gestão compartilhada.

Nós pedimos que esse projeto de lei seja analisado o mais rápido possível na Comissão de Justiça, haja vista que o Governo está querendo colocar - não só na Celesc, não só na Casan (como já tivemos notícias) - no

Besc essas administrações compartilhadas a troco de poucos recursos financeiros. Ainda se fossem aplicados na Casan, na Celesc ou até no Besc, mas não, esses são recursos auferidos para cobrir o rombo que o Estado tem, face a sua péssima administração, que ora apresenta.

Por isso, peço a compreensão dos senhores Deputados, no sentido de que a Comissão de Justiça agilize esse projeto o mais rápido possível, porque temos que ser mais ágeis do que o Governo do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o senhor Deputado Luiz Herbst, por quinze minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Senhor Presidente e senhores Deputados, vou falar sobre Projeto de Lei nº 0298/95, de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que altera dispositivos de Lei nº 3.030, de 1 de maio de 62, que dispõe sobre o conceito estadual de educação.

Nós assumimos recentemente a Comissão de Educação e verificamos os quatro projetos ainda pendentes na Comissão, verificamos também a existência desse projeto.

Pedimos, então, à nossa assessoria para que fizesse o levantamento do projeto e levantasse algumas informações relacionadas ao projeto da Secretaria da Educação. E neste meio tempo em que estavam se processando essas informações, o Deputado Afonso Spaniol entrou com um pedido de urgência ao seu projeto.

Portanto, ele vem para deliberação sem o parecer da Comissão de Educação. A Comissão de Constituição e Justiça já enviou parecer favorável, mas nós temos alguns esclarecimentos a fazer. Não vamos fazer aqui um relato sobre o projeto, mas vamos falar alguma coisa para que os senhores Deputados tenham conhecimento sobre o que fala o projeto e como está o relato parcial, segundo a Secretaria da Educação e a nossa Comissão, mesmo porque ele não foi discutido na Comissão de Educação.

(Passa a ler)

"Altera os dispositivos da Lei nº 3.030, de 07/05/62, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação.

1 - Neste projeto o Deputado Afonso Spaniol menciona que o Conselho Estadual de Educação deve ser constituído por 14 membros, sendo que 7 nomeados pelo Governador do Estado e 7 indicados por entidades que estão relacionadas no projeto.

2 - As Leis nºs 2.975/61 e 3.030/62, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação, menciona que o referido Conselho será constituído por 14 membros nomeados pelo Governador do Estado, com experiência em assuntos educacionais."

Portanto, a alteração que o Deputado Afonso Spaniol está propondo é que destes 14 membros, 7 sejam nomeados pelo Governador do Estado e 7 indicados por entidades que estão relacionadas no projeto.

(Continua lendo)

"Emenda: A emenda que consta no Projeto nº 0298/95 retifica a redação do art. 1º do mesmo projeto, onde está escrito 'Universidade Federal de Santa Catarina', deve ser substituído por 'Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc'.

O Projeto de Lei nº 0298/95 foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação

para que o mesmo se manifestasse.

O Conselho Estadual de Educação, reunido em Sessão Plena, aprova por unanimidade o voto do Relator Antônio Osvaldo Conci: 'À luz dos preceitos constitucionais e da legislação citada na análise, infere-se que o projeto de lei mencionado no objeto deste parecer contém insanáveis marcas de inconstitucionalidade, ilegalidade e de ofensa ao interesse público, razões pelas quais deve ser de plano rejeitado'.

O Conselho Estadual de Educação, reunido em sessão plena, aprova por unanimidade o voto do Conselheiro professor Nilson Paulo."

São estes os comentários, e não quero dizer com isso que a Comissão de Educação de mérito venha a fazer um relatório verbal através da minha pessoa, foi só para dar alguns esclarecimentos.

Também gostaríamos de ver na hora da votação do projeto o posicionamento e a defesa do Deputado Afonso Spaniol, mesmo porque a Comissão de Educação não fez o relato do projeto, não teve um Deputado que fizesse o parecer do projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados da Bancada do PMDB por mais dez minutos.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao próximo horário.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, muitos dizem que hoje, 1º de abril, é o dia da mentira, mas é uma verdade - e o problema da verdade é que ela é discutível também - a conjuntura política e econômica do País hoje.

A Rede Globo mostrou ontem as milícias armadas pelos fazendeiros donos de grandes fazendas; no jornal Folha de S.Paulo de hoje, 1º de abril, lemos que os Estados que têm famílias acampadas em baixo de lonas ocuparam a terra e querem que a mesma seja desapropriada para que essas famílias sejam assentadas, para que essas famílias passem a produzir alimentos.

No Pará, por exemplo, existem 6 mil famílias acampadas; em Goiás, 1.600; na Bahia, 7 mil; no Ceará, 2 mil; em Pernambuco, 7 mil; em Sergipe, 2 mil; em Minas Gerais, 1.080; em São Paulo, 5.600; no Rio Grande do Sul, 3.850; em Santa Catarina, 1.750 (na verdade, são 2.400 acampadas em baixo de lonas); no Paraná, 7.000; no Mato Grosso do Sul, 3.400; no Mato Grosso, 1.500. Ao todo, são 45.800 famílias.

Ainda ontem eu observava a festa que querem fazer pelos 500 anos do descobrimento do Brasil. Eu acho que podemos fazer uma homenagem, mas não sei se será com festa, porque do jeito que o Brasil está... está caminhando rumo ao poço!

Eu lembrava que, em 1980, Santa Catarina tinha 67 mil produtores de suínos, hoje tem somente 17 mil, segundo a própria Frencoop, numa reunião nesta semana. Isso quer dizer que 50 mil desapareceram, faliram, quebraram, em consequência de passar a produzir carne de suíno para exportação. Exportaram a carne de suíno e também o criador para outras regiões, para outros Estados! Esse é mais um exilado econômico que saiu de

Santa Catarina!

Senhores Deputados, nós estamos presenciando que os sem-terra têm uma posição muito coerente. Eles, ocupando as terras improdutivas, vão fazer a reforma agrária, porque do jeito que o Governo está fazendo... A verdade é que o Ministro da Reforma Agrária foi se ajoelhar ao Papa, gastou um monte de dinheiro para ir a Roma e solicitar bênção para que a praga da maldição de um desgoverno não caia sobre Raul Jungman, e no mesmo dia são assassinados dois companheiros assentados no Pará, apelidados de Fusquinha e Doutor, que procuravam a negociação. Eram pessoas que negociavam com o Governo e com o Movimento dos Sem-Terra, ou seja, eles faziam a intermediação, e acabaram sendo fuzilados!

O confronto está encaminhado; o Governo provocou até que aconteceu: a UDR se organizou e está lá a milícia armada.

Os sem-terra têm uma posição coerente, eles estão apostando no desenvolvimento das pequenas agroindústrias. E em julho deste ano vamos inaugurar, em São Miguel d'Oeste, uma indústria de leite, a Longa Vida, que foi conquistada com o suor e com o sangue do Movimento dos Sem-Terra, dos assentados no Oeste.

Deputado Volnei Morastoni, gostaria de ouvi-lo, depois concluirei dizendo da minha indignação por ver esse desarrajo da economia brasileira. E o Governo não faz reforma agrária, e se não irá fazer, o jeito é ocupar a terra, não tem outro jeito mesmo!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Idelvino Furlanetto, quanto a essa comemoração dos 500 anos, realmente precisamos, nesta oportunidade, fazer uma grande reflexão sobre esses 500 anos, porque em 1500, quando Cabral aqui chegou e o Brasil foi descoberto, Pero Vaz de Caminha escreveu aos Reis de Portugal uma carta dizendo que aqui em se plantando, tudo dá, já fazendo referência à generosidade dessa terra em termos de fertilidade, de capacidade de produção, do potencial que essa nova terra tinha a oferecer para seus habitantes, para suas gerações futuras e para o mundo como um todo.

No entanto, 500 anos depois, o que estamos assistindo? A um filme dramático, onde milhões de brasileiros - incluindo aí crianças, jovens, idosos, homens e mulheres - estão vagando por este País dia após dia nas condições mais deploráveis, mais desumanas, vivendo anos a fio debaixo de lonas.

Nós assistimos isso há poucas semanas, na grande mobilização que o MST fez nas Capitais deste País, quando aqui, nesta Casa, uma multidão de sem-terra dormiu nesse chão gelado. Inclusive, houve manifestações na Assembléia sobre a situação desumana que isso representava.

Na oportunidade, eu falei que se a condição deles aqui na Assembléia tinha sensibilizado várias pessoas e Deputados, pela desumanidade, pelas condições precárias, imaginem lá fora, ao relento, no sol, na chuva, em noites frias!

Então, após 500 anos de descobrimento deste Brasil, com toda a riqueza que é este País continental, que possui as terras mais férteis e cultiváveis do mundo, por que não se faz a reforma agrária? Antigamente, reforma agrária era coisa de comunismo, mas agora, o primeiro passo para a modernidade deste País realmente tem que ser a reforma agrária.

Dentro da área da saúde, já coloquei aqui várias vezes que para se ter saúde neste País em primeiro lugar tem que se ter terra,

para morar, para plantar, para produzir comida, para acabar inclusive os índices de desnutrição alarmantes que temos. Inclusive, aqui no Sul maravilha, em Santa Catarina, 25% das crianças de zero a dois anos, na fase mais crítica de crescimento, de desenvolvimento, estão com desnutrição. E as crianças que mais sofrem de desnutrição são exatamente as dos sem-terra. Vejam a contradição: os sem-terra, que querem terra para trabalhar, para plantar, para produzir comida, têm seus filhos estão morrendo por desnutrição.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Agradeço pelo seu aparte, Deputado.

Meu tempo está se esgotando, mas voltarei em outra oportunidade para falar sobre o assunto reforma agrária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje, 1º de abril, os universitários, os estudantes de nível superior manifestam, praticamente na maioria das Capitais, a sua indignação com o Governo Federal pelo descaso com que está tratando as nossas universidades, a nossa pesquisa, a nossa extensão, enfim, o nosso ensino.

Eles, no seu manifesto, lembram das palavras na mão estendida quando da campanha do hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso, quais sejam: segurança (como está hoje a nossa segurança?); educação (como vai a nossa educação?); saúde (ainda na segunda-feira tivemos aqui um debate sobre um problema crônico da saúde que assola tanto o Estado como principalmente os nossos pequenos Municípios do interior); emprego (há milhões e milhões de desempregados e, ao invés de vislumbrarmos melhores perspectivas, a cada mês que passa as estatísticas e os dados mostram que o nível de desemprego está aumentando assustadoramente nos pequenos Municípios do interior e principalmente nas grandes cidades do nosso País); e agricultura (como vai a nossa agricultura?).

Esse é o manifesto dos estudantes universitários, que hoje estão nas ruas. Por sinal, os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, praticamente a unanimidade, estão paralisados não tanto para pedir melhorias salariais mas pedindo, principalmente, que se estanque esse processo que ameaça privatizar o nosso ensino público.

Essa é a grande bandeira, a grande preocupação e o principal motivo da paralisação que estão fazendo os professores universitários, aos quais queremos deixar aqui consignado o nosso total e irrestrito apoio.

Eu escutei ontem o Reitor da Universidade Federal dizer que, em última análise, essa greve vai prejudicar os alunos. Mas eu vejo o contrário, vejo que vai beneficiar os alunos, porque se nós não nos rebelarmos, Deputado Idelvino Furlanetto, se nós não nos indignarmos, se não formos às ruas para tentar conter essa onda de privatizações, de afronta que o Governo Federal está fazendo contra a universidade, contra o ensino, contra a educação, contra a agricultura, daqui a pouco não teremos mais o que fazer!

Então, isso também afeta principalmente os alunos a médio e a longo prazo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto -

V.Exa. me concede um aparte!

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Afonso Spaniol, eu gostaria de parabenizá-lo pelo tema e dizer da grande importância do mesmo, porque vender a universidade para banqueiros...

Este é o papel do Estado, este é o papel das políticas públicas, e quero cumprimentá-lo por essa defesa! O PT e o PDT têm dado, em nível de Brasil, um banho no que se refere à questão pública, em mostrar o papel do Estado na defesa das políticas públicas.

V.Exa. pode contar com a nossa Bancada, pois em nível nacional estamos dando uma lição para o Brasil.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Inclusive, Deputado Idelvino Furlanetto, aqui no manifesto os estudantes dizem como que o Governo brasileiro tem tantos bilhões para dar para os banqueiros, como que de uma hora para outra aumenta os juros para atrair os investidores estrangeiros e ao mesmo tempo corta pela metade as bolsas de estudo, os mestrados, os doutorados, enfim, a pesquisa, a extensão, tão necessárias para o desenvolvimento do nosso País, porque um País sem educação é um País sem futuro, sem dúvida.

Queremos, pois, deixar registrado hoje nos Anais desta Casa o nosso total e irrestrito apoio ao movimento grevista dos professores da Universidade Federal. E que persistam, que não desanimem, e oxalá consigamos reverter esse quadro, tendo mais atenção ao nosso ensino público e gratuito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Lício Silveira, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, vejamos que manchete interessante esta: "Estado rola dívida mas não alivia caixa." Aliás, o Secretário da Fazenda deveria ter vindo aqui nesta semana para esclarecer algumas coisas com relação à Invesc, à Casan e até à rolagem da dívida, mas até agora nada!

Ora, senhores Deputados, dizer que a rolagem da dívida não alivia caixa é, no mínimo, uma brincadeira! Ele deveria ter vindo aqui, mas só na semana que vem estará nesta Casa, porque nesta semana ele está finalizando as operações do acerto obscuro que estão fazendo com a venda das ações da Casan. Enquanto ele não resolver isso... porque é uma questão de honra, ele está obcecado por esse processo, inclusive disse que até 31 de dezembro sairia da Secretaria da Fazenda, porque seu compromisso era honrar o 13º salário com a venda das ações da Casan. Estamos em abril e nada!

Mas sendo hoje 1º de abril, Dia da Mentira, acredito que essa manchete seja uma mentira: "Estado rola dívida mas não alivia caixa". Realmente é uma brincadeira!

Nós, Deputados das três Comissões, nos reunimos com o Secretário Nelson Wedekin no plenarinho há uns seis ou oito meses (não sei ao certo quanto tempo faz) tratando exclusivamente da rolagem da dívida. Inclusive, lembro-me muito bem da defesa que fez na ocasião o Líder do Governo, na época o eminente Deputado Herneus de Nadal, solicitando para que fizessemos aquilo porque iria aliviar, se não me engano, em torno de quatorze ou quinze milhões de reais/mês. Naquela ocasião estávamos discutindo o

porque dele ter incluído as AROs, não queríamos as AROs, porque foi um empréstimo que fizeram a curto prazo, e não interessava ao Estado pagar naquele momento porque, logicamente, não tinha condições.

Nós achávamos que se ele contratasse um empréstimo, tinha que honrar, mas mesmo assim fechamos os olhos, deixamos que as AROs participassem da rolagem da dívida e incluímos, para ajudar uma empresa que aqui no Estado de Santa Catarina nos é muito cara, também o quê? V.Exas. lembram? O BRDE e mais aquela dívida mobiliária que nós tínhamos! Mas a economia era em torno de quatorze ou quinze milhões de reais/mês, e o cidadão aqui diz que a rolagem da dívida não resolve o atraso da folha.

A Secretária da Fazenda alega que o contrato assinado ontem em Brasília não vai aliviar o caixa. Eu acho, então, que realmente é 1º de abril! Até vou me permitir ler um pouco essas matérias e fazer alguns comentários a respeito deste assunto.

(Passa a ler)

"A rolagem da dívida catarinense, assinada ontem em Brasília, não deverá ter nenhum impacto positivo sobre a folha de pagamento dos servidores públicos que ainda não receberam o 13º salário. Segundo o Secretário-Adjunto da Fazenda, Marco Aurélio Dutra, o contrato assinado ontem com o Ministério da Fazenda não vai trazer nenhum alívio no caixa."

Incrível, pois participamos de uma reunião, de uma discussão séria, aprovamos a rolagem da dívida aqui, foi para o Senado, o Senado lutou, brigou e aprovou!

Ainda ontem o Governo do Estado dizia que o Estado estava saneado, que essa situação poderia ter acontecido mais cedo se dois dos Senadores de Santa Catarina não tivessem tumultuado o processo. O Estado não está saneado, a rolagem foi feita e não tem dinheiro em caixa, não sobrou nada!

Eu não entendo, querem vender a Celesc para pegar mais alguns milhões de reais, para liquidar a Invesc; querem pegar dinheiro da Casan para o 13º salário e outras despesas; fala-se já do Besc, para o qual a Celesc vai captar cem milhões para o programa de investimentos. Ela fez esse programa no ano passado, vendeu mais de cem milhões e não adiantou. Inclusive, a título de ICMS para o Estado, não fez os investimentos devidos com esse dinheiro; salvo melhor juízo ainda existem recursos na Celesc, e ainda querem pôr mais cem milhões no mercado. Não é fácil entender um Governo desse!

O Governador Paulo Afonso Vieira classificou de "histórico" o contrato assinado com o Ministério da Fazenda. Disse ele: "Viabilizamos nesta tarde uma situação bastante favorável para o Estado durante os próximos trinta anos, e o futuro Governo não terá problemas decorrentes do endividamento que enfrentamos nestes quatro anos", destacou em seu discurso na solenidade de assinatura do contrato.

Ora, logicamente que dívida imobiliária já existia anteriormente, mas essas dívidas que estão tendo agora é simplesmente resultado de uma péssima administração. E ele diz que saneou o Estado e que foi histórico o contrato assinado com o Ministério da Fazenda.

Pelo acordo firmado ontem, a dívida de R\$1.552.400.375,83 será refinanciada para o pagamento em 30 anos a juros anuais de 6% mais IGPD. O montante refinanciado ao Estado foi de R\$1.390.768.793,06, equivalente ao valor real da dívida até dezembro passado, ou seja, sem a correção relativa aos últimos três meses. A diferença entre estes valores - de R\$147.797.674,64 -

será bancada pela União.

O Governo do Estado de Santa Catarina comprometeu-se a pagar até 30 de novembro deste ano, em espécie ou em ativos do Estado, o equivalente a 20% do montante refinanciado, ou seja, R\$267.086.632,11. Essa é uma outra curiosidade que nós vamos ter este ano: ele se compromete a pagar 20% do montante refinanciado, que são 267 milhões em espécie ou em ativos do Estado, só que espécie ele não vai ter nunca, e aí, nos ativos, quero ver se vai surgir mais algum contrato nebuloso como estão fazendo com essas empresas por aí afora, ansiosas por adentrar no saneamento, no setor elétrico, no setor bancário, fazendo com que o componente social dessas empresas deixe de existir para o futuro.

Infelizmente, um Secretário de Estado faz uma rolagem e diz que mesmo rolando a dívida não alivia a caixa. Realmente, Deputado Olices Santini, eu acredito que hoje seja 1º de abril, porque o Governo, além de deixar esta Casa à margem das discussões mais importantes que estão acontecendo no Estado, mente para a sociedade catarinense. Porque dinheiro tem, senhores; não é possível rolar uma dívida e não ter nenhum recurso disponível!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado ao PPB, com a palavra o Deputado Eni Voltolini, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, a nossa intenção é finalizar a discussão da questão colocada, porque a nosso ver ela passou a ser talvez uma das questões mais críticas vivenciadas no atual momento político de Santa Catarina.

A questão que norteou o voto da Bancada do PPB no momento em que eu, honrosamente, ocupava a condição de seu Líder, sempre foi a palavra governabilidade.

Quando aqui se discutia o refinanciamento da dívida do Estado de Santa Catarina - e com o Deputado Lício Silveira comentava os detalhes a respeito das dívidas que a Bancada teve em alguns momentos sobre permitir ou não o refinanciamento das AROs, a questão colocada do BRDE -, isso suscitou dentro da Bancada do PPB inúmeras reuniões.

E por que demos atenção a este assunto? Porque entendíamos e continuamos a entender que acima de qualquer diferença ideológica, de qualquer outra picuinha colocada, de qualquer discussão importante que existisse aqui nesta Casa estava e está Santa Catarina.

Se Santa Catarina precisava da Assembléia Legislativa, se o Poder Executivo precisava deste Poder, esta Casa não podia virar as costas a isso. Fizemos várias indagações ao Secretário da Fazenda, e estamos aguardando-o aqui nesta Casa desde o ano passado. Esperamos que ele venha rapidamente aqui, porque precisamos ter as informações a respeito da verdade de Santa Catarina, principalmente no contexto econômico-financeiro.

Esse Secretário foi pródigo, vindo várias vezes em reuniões da Bancada, conversando com Líderes de vários Partidos para dizer exatamente, Deputado Lício Silveira, aquilo que V.Exa. comentou, ou seja, da importância de refinar a dívida para Santa Catarina.

Alguns Parlamentares do PMDB inclusive invocavam tratamento igualitário, diziam que não era justo, que se esse

procedimento estava sendo adotado em outros Estados, mais uma vez Santa Catarina estava sendo discriminada - porque estava muito na moda a palavra discriminação.

Falava-se muito que Santa Catarina estava sendo maltratada pelos políticos catarinenses. Dentro desse ambiente, desse contexto, nós, a maioria dos Parlamentares desta Casa, fazendo alguns ajustes, buscando fazer com que a Assembléia Legislativa continuasse a ter a prerrogativa de analisar os encaminhamentos do processo de refinanciamento, procurando então colocar emendas adequadas para que tivéssemos junto com o Poder Executivo um controle relativo da situação, aprovamos o refinanciamento da dívida.

É verdade, sim, foi dito que isso significava a diferença entre poder Governar Santa Catarina e não fechar o Estado, ou poder continuar a gerenciá-lo. E isso se aplica a todas as questões que, infelizmente, continuam pendentes.

Poderíamos até escutar a desculpa do Poder Executivo de que ainda não aconteceu o refinanciamento e que, portanto, as dificuldades havidas até este momento se devem a isso. Tudo isso nós podemos entender; agora, ler nos jornais de hoje que o refinanciamento da dívida não altera em nada a situação do caixa de Santa Catarina é mais uma vez uma palavra colocada vindo de encontro a tudo aquilo que já foi dito quando da oportunidade de discussão do projeto!

Isto significa dizer que mais uma vez este Poder perdeu a credibilidade - e aqui várias vezes manifestamos a este respeito, ou seja, o Poder Executivo de Santa Catarina perdeu a credibilidade. E falávamos que havíamos perdido a credibilidade porque perdemos vários investimentos anunciados para Santa Catarina, como a Mercedes, a GM, a Renaux, que iriam ser instaladas aqui em Santa Catarina.

Mas todos nós recebemos há alguns dias, alguns ontem, outros anteontem, mais um bonito, belíssimo exemplar relatando o desempenho do Governo de Santa Catarina; um exemplar encartado num envelope excelente, papel de primeira qualidade, a dizer para todos nós que, diferente do que estamos dizendo agora, este Estado vai muito bem.

E liamos ainda ontem um artigo assinado por Sua Excelência o Governador de Santa Catarina falando: o Estado saneado. alguma coisa está acontecendo, diferente da realidade que nós estamos aqui a dizer e diferente da realidade dita pelo Poder Executivo. Destas duas realidades, nós precisamos descobrir onde está a verdade. Quem sabe o Deputado Wedekin possa com a sua vinda aqui nos mostrar qual é a verdade de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Adelor Vieira, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, todos os Deputados que me antecederam lembraram que hoje é o dia da mentira. Todo dia pode ser o dia da mentira para aquele que é mentiroso, mas para aquele que fala a verdade, que ama a verdade, que prega a verdade e que vive na verdade, todo o dia é dia da verdade.

Tem muita gente que precisa se libertar desta mentira, que é uma escravidão. Parece, Deputado Gilson dos Santos, que exis-

tem pessoas que estão escravizadas pela mentira.

O Deputado Eni Voltolini acaba de apresentar aquele belo relatório, que também recebi, eivado de mentira. Na verdade, é uma mentira, que outra forma de expressão poderemos usar. Oxalá, essas pessoas pudessem conhecer o caminho da verdade, porque as escrituras sagradas que estão neste recinto trazem a expressão do filho de Deus, que disse: "Conhecereis a verdade e a verdade os libertará". Oxalá, possa ser este o texto áureo da nossa sessão de hoje, amemos a verdade, falemos a verdade e andemos na verdade.

Mas eu gostaria de, depois de fazer estas considerações, dizer que estivemos ontem numa audiência com o Superintendente do Ibama, Dr. Júlio Cesar, nosso particular amigo, e com outras lideranças dos Municípios de São Francisco do Sul e também do Município de Palhoça, aqui da Grande Florianópolis, para tratar de alguns assuntos relacionados à pesca.

A pesca tem sido um segmento que tem merecido a atenção de vários senhores Deputados nesta Casa e este Deputado, modestamente, também tem procurado dar a sua contribuição nesse particular.

Eu quero falar hoje sobre a pesca porque dentro de mais alguns dias certamente estaremos na presença de cardumes com milhares e milhares de tainhas aqui nas nossas praias, nos nossos costões.

Esta é a preocupação dos pescadores, principalmente dos pescadores artesanais, porque o frio e a época da tainha estão chegando e eles estão preocupados, especialmente os pescadores da minha região, do litoral de São Francisco do Sul, que abrange a praia de Enseada, Ubatuba, Praia Grande, Balneário Barra do Sul, com uma portaria que, me permitam usar a expressão, mais parece uma portaria, pois ela permite que os grandes barcos, os grandes exploradores da pesca, inclusive barcos estrangeiros, venham até a praia pegar os míseros peixinhos que sobram para os pescadores artesanais.

Esta é uma luta de Davi contra Golias, e essa portaria que não é muito divulgada mas muito fiscalizada e utilizada pelos fiscais permite que esses grandes e inclusive barcos estrangeiros cheguem até cinquenta braçadas da praia.

Nós temos no costão de São Francisco do Sul uma área onde vêm milhares e milhares de peixes, principalmente a tainha, e esse local é ótimo para os pescadores artesanais lançarem a rede. São redes de pequeno porte, mas lá os pescadores têm oportunidade, dentro da capacidade de cada um, de fazer a sua safra.

Esses homens humildes, simples, tradicionais que vêm pescando há muitos anos no sistema tradicional, desde os primórdios da pesca do arrastão, das redes, estão hoje preocupados e pedem a revogação dessa portaria porque já existiu em outro tempo, não muito distante, uma portaria que permitia que esses barcos avançassem apenas 300 metros da praia, deixando essa margem para o pescador artesanal.

Isso permitiria que o pequeno pescador pudesse ter ali a sua sobrevivência. Não é possível nós beneficiarmos sempre e constantemente os poderosos. Inclusive fugindo divisas para outros países que vêm pescar em nossas águas e o nosso pescador artesanal, aquele que vive aqui perto de nós, que têm as suas famílias para sustentar, fica à míngua como aconteceu no ano passado.

Então, estou trazendo a Plenário esta questão e nós pretendemos fazer uma reunião juntando com essas autoridades, o

Ibama, a Fatma, a Marinha e a Secretaria da Agricultura, para que se possa rever essa portaria.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Adelor Vieira, é muito oportuna a sua, digamos, reivindicação, inclusive o Deputado Pedro Uçai e eu já demos entrada nesta Casa de um projeto de lei sobre uma proposta de política pesqueira para o nosso Estado, desde a pesca artesanal, pesca industrial e apicultura, tanto da parte de maricultura como também dos projetos de água doce pelo interior de todo o Estado.

Mas esta preocupação está contemplada também no nosso projeto que, aliás, apenas obedece uma lei federal que diz isso, no sentido de que a aproximação máxima permitida aos barcos da frota industrial seja de 2.700 metros. A partir do ponto mais avançado da nossa costa litorânea, isto já está estabelecido, é uma milha e meia que equivale a 2.700 metros do ponto mais avançado da costa, justamente permitindo esse espaço para os próprios pescadores artesanais que, do contrário, são sufocados pela invasão dos barcos da frota industrial até no limite da própria costa brasileira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Muito obrigado, Deputado Volnei Morastoni, é exatamente neste sentido a minha solicitação, existe uma legislação, só que o Ibama editou uma portaria e esta portaria está permitindo que os barcos de pesca industrial se aproximem a cinquenta braçadas da praia, fazendo com que inviabilize a pesca artesanal.

Então eu espero que o Ibama seja sensível e se isso não for possível em outra qualquer região da nossa grande costa, do nosso litoral, que pelo menos acate a solicitação dos nossos pescadores aqui no Estado de Santa Catarina e mais propriamente dos pescadores da nossa região de São Francisco do Sul, abrangendo também os Municípios de Itapoá e de Balneário Barra do Sul.

Com estas considerações, eu continuo apelando no sentido de que possamos conseguir o nosso objetivo, estando já marcada para os próximos dias uma reunião em São Francisco do Sul, onde tentaremos trazer todas as autoridades da área para então fazermos uma moção, e neste entendimento sensibilizarmos o Ibama a revogar aquela portaria, retornando ao limite original, a fim de que os pescadores artesanais não sejam ainda mais prejudicados e não venham a sucumbir diante da falta de pescados pelo avanço excessivo da pesca industrial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Temos sobre a mesa a justificativa de ausência dos senhores Deputados Afonso Spaniol e Narcizo Parisotto.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 24 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Por solicitação do Autor, ficam retiradas da pauta as Emendas Constitucionais nºs 002/96 e 004/95.

Votação em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 009/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que acrescenta o § 3º ao art. 96 do Regimento Interno, instituído pela Resolução DP nº 047/89, alterada pela Resolução DP nº 007/96 e Resolução nº 010/97, com a sua discussão encerrada.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global e uma emenda redacional.

Conta com parecer favorável da Mesa

Diretora.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria, como Líder do PPB, de fazer uma comunicação à Casa que será acompanhada no instante da votação deste projeto de resolução.

A Bancada do PPB hoje reunida resolveu, por unanimidade dos seus Membros, acompanhar o voto de um dos seus integrantes, Deputado Odacir Zonta, por ocasião da análise desse projeto na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Assim sendo, a Bancada entende que a aprovação deste projeto consagraria a total desconsideração da Assembleia Legislativa, uma vez que nós temos condições de, em todas as oportunidades, dada a condição de qualquer segmento da sociedade catarinense, participar nas Comissões e até mesmo neste Plenário de discussões de temas realmente importantes.

Nós entendemos, senhor Presidente, que a aprovação deste projeto de resolução levaria a uma descaracterização daquilo pelo qual foi eleito o Parlamentar, que outra coisa não recebeu senão uma delegação do povo do seu Estado e, por consequência, da sua gente.

Em assim sendo, senhor Presidente, sem maiores delongas e sem maiores considerações, nós votaremos contrariamente a essa resolução, respeitando o seu Autor e aqueles que a apóiam. Nós tomamos uma decisão e esta será a nossa posição de Bancada no instante da votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, para encaminhamento do nosso entendimento, diferentemente do aqui aduzido há pouco pelo Deputado Gilson dos Santos, é que esta tribuna popular não representa nenhum menoscabo ao Poder Legislativo. Muito ao contrário, é mais um elemento, é mais um instrumento que coloca o Poder Legislativo como um efetivo representante, como um Poder transparente e aberto aos anseios populares.

Se é certo por um lado que somos nós os representantes da população de Santa Catarina, não é menos certo por outro lado que franquear a tribuna através de critérios objetivos estabelecidos é um avanço a que este Parlamento vai chegar.

Por isso a posição da Bancada do PMDB é favorável ao projeto de autoria do Deputado Luiz Herbst.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, o PFL tem um representante na Mesa, Deputado Adelor Vieira. E o Deputado Adelor Vieira já foi contra na própria Mesa Diretora da Casa. E até a experiência não tem dado certo em outros Plenários.

Por isso a Bancada do PFL também é contra a votação deste projeto, até porque o Deputado Adelor Vieira nos representa na Mesa desta Casa.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento

de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, a exemplo do posicionamento que adotei na reunião da Mesa, que pretendo reiterar, quero externar uma preocupação quanto à implementação, à prática, ao exercício desta tribuna livre.

Parece-me que a simples aprovação não é o suficiente. É preciso, é fundamental um critério porque num determinado momento acaba virando uma rotina de organizações aqui da Capital e isso poderá comprometer aquilo que é um espaço que se pretende abrir para segmentos organizados de todo o Estado.

Então eu quero externar esta preocupação. Este é um ponto de vista, porque senão numa determinada semana vem uma entidade, na outra semana repete a mesma entidade e por aí afora. Acaba, até certo ponto, comprometendo isso que a meu ver é uma conquista da sociedade.

Eu não me preocupo com a liberação da tribuna com um espaço semanal de dez minutos. Eu não tenho esta preocupação. Agora, a Presidência - e isso é fundamental e sei que V.Exa. que está na Presidência vai agir desta forma -, ao conduzir os trabalhos, não vai permitir agressão ao Poder ou aqui no recinto a um Deputado, especificamente.

Então, são cuidados que precisamos ter. De qualquer forma, eu reitero o meu posicionamento na reunião da Mesa favorável à criação ou aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, quero fazer uma retificação. Havia sido registrado que o Deputado Afonso Spaniol estava ausente, mas como o nobre Colega conseguiu chegar a tempo para a presente sessão, fica registrada a sua presença e não ausência, conforme o seu ofício.

Está presente também na sessão o senhor Deputado Jaime Mantelli.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Eu queria justamente retificar o anúncio que havia feito, e quanto ao encaminhamento, em nome da Bancada do PDT, somos amplamente favoráveis a que se abra nesta Casa do Povo um espaço para a sociedade civil se expressar, comunicar-se, enfim, trazer aqui os seus problemas.

Por isso votaremos favorável a esse projeto de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Essa nova experiência da tribuna popular só vai fortalecer o Parlamento e é nessa direção que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota favorável à tribuna popular porque não temos dúvida nenhuma de que vai, democraticamente, dar mais crédito, fortalecer a Casa do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação a Emenda Redacional nº 1, e onde consta art. 75 redija-se art. 86.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor

Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, solicito de V.Exa. que faça uma verificação de votação, e evidentemente que isso só poderá ser feito se V.Exa. fizer nominalmente.

Não há clareza visual sobre o resultado, então, peço por favor!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Há clareza visual na votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, há clareza na votação. O Deputado João Henrique Blasi tem razão, mas o Regimento diz que, proclamado o resultado, é lícito pedir a verificação de votação.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

Quem votar "sim" aprova a emenda e quem votar "não" rejeita a emenda.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA	não
DEPUTADO AFONSO SPANIOI	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	não
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	não
DEPUTADO HANS FRITSCH	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	ausente
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	sim
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	não
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	não
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	não
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	ausente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	não
DEPUTADO ODACIR ZONTA	não
DEPUTADO OLICES SANTINI	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO VIDAL	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	sim
DEPUTADO UDO WAGNER	não
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Computado o voto do senhor Deputado Norberto Stroisch.

Temos 17 votos "sim" e 14 votos "não".

Está aprovada a emenda.

Em votação o substitutivo global do Projeto de Resolução nº 009/97.

A votação será nominal.

Os senhores Deputados que desejarem aprovar o substitutivo sem prejuízo da emenda, deverão votar "sim", e os demais deverão votar "não".

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA não

DEPUTADO AFONSO SPANIOI	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	não
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	não
DEPUTADO HANS FRITSCH	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	ausente
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	não
DEPUTADO IVO KONELL	sim
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	não
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	não
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	não
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	não
DEPUTADO ODACIR ZONTA	não
DEPUTADO OLICES SANTINI	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO VIDAL	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	sim
DEPUTADO UDO WAGNER	não
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 18 votos "sim" e 15 votos "não".

Está aprovado, em primeiro turno, o substitutivo global.

Sobre a mesa pedido de informação de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre quais os motivos que levaram o Governo, através da Secretaria da Administração e da Educação, indeferir ou não dar encaminhamentos aos pedidos de averbação de tempo de serviço rural dos servidores públicos estaduais e professores da rede pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a construção de uma passarela sobre a rodovia SC-303, no Bairro São Sebastião, no Município de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a matéria da ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica a pauta para a sessão de amanhã: Requerimentos nºs 137, 138, 139 e 140.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO S/Nº (PORTARIA Nº 459/97)

ASSUNTO - SINDICÂNCIA

INDICADOS - JUAREZ SOUZA DA SILVA E SÂNIA BARRETO PERFEITO

DESPACHO

A Portaria nº 459/97, de 17/11/97, consoante o disposto no parágrafo único, do artigo 154, da Lei nº 6.745/85, constituiu Comissão de Sindicância para, no prazo de 30 dias, apurar os fatos narrados no Ofício s/nº, datado de 05/11/97, subscrito pelos funcionários da Divisão de Recursos Humanos (docto de fls. 03/04), enquadrando-os no disposto no artigo 137, III, 1, do Estatuto do Funcionário Público do Estado. A Comissão de Sindicância foi instalada aos 20/11/97 (docto de fls. 07). Foram solicitadas Diligências à Divisão de Recursos Humanos, cumpridas às fls. 16/49, 106/273 e 382/384. Foram expedidos os Mandados de Notificação de fls. 12/14, 53/70, 91/94 e 353/357, e de Citação de fls. 88/89. Os Termos de Declarações dos Denunciantes constam às fls. 50/51 e 72/86, dos Sindicatos às fls. 96/100 e das Testemunhas às fls. 101/104, 363/364 e 370/371. Foi solicitada Diligência à Divisão de Serviços Gerais, cumprida às fls. 361. Foram juntados os documentos de fls. 278/350, a requerimento do sindicato Juarez Souza da Silva e solicitado Diligências, respondidas pela Comissão às fls. 351. O Diretor do Departamento Administrativo, através da Portaria nº 486/97, prorrogou por 30 (trinta) dias os efeitos da Portaria nº 459/97. Foi solicitada Diligência à Divisão de Processamento do Sistema de Pessoal, cumprida às fls. 372. Foi solicitada Diligência à Divisão de Administração Financeira, cumprida às fls. 374/380. A Comissão de Sindicância apresentou o Relatório e o Parecer às fls. 385/394, opinando pelo Arquivamento do feito, pois "A verdade apurada não corresponde as irregularidades processadas e apontadas às fls. 03 e 04 dos autos". Isto posto, a Mesa Diretora determina o ARQUIVAMENTO.

Florianópolis, 18 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente
Deputado Vanderlei Rosso - 2º Vice-Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

(Replicado por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 271/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR MARIA REGINA GARCIA PEREIRA, matrícula nº 1232, da função de Secretária, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/04/98 (Procuradoria Jurídica).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 272/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 680, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a AMÉLIA NOVAES CORDEIRO, matrícula nº 1375, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 273/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 684, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a HELOISA C. HUCHOA REZENDE, matrícula nº 0776, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Saúde e Meio Ambiente).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 274/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 685, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a RITA DE CÁSSIA ALTHOFF COUTINHO, matrícula nº 1579, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Saúde e Meio Ambiente).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 275/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º, da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97,

CONCEDER a MARLY JACQUES, matrícula nº 0421, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 276/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97,

CONCEDER a AMÉLIA NOVAES CORDEIRO, matrícula nº 1375, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Saúde e Meio Ambiente).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 277/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 238, de 14/02/97, que concedeu Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira, a CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO, matrícula nº 1608, a partir de 01/04/98 (Divisão de Serviços Gerais).

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 278/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO, matrícula nº 1608, a partir de 01/04/98 (Deputado Carlito Merss).
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 279/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 871, de 28/05/97, que colocou à disposição da Câmara Municipal de Florianópolis, EDSON FERNANDO PALUDO, matrícula nº 1128, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 280/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 805, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Lages/SC, SÉRGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA, matrícula nº 0620, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 281/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 930, de 09/06/97, que colocou à disposição da Secretaria de Projetos Especiais - Ministério da Saúde, JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, matrícula nº 0891, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 282/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2290/97,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a HILTON OSNY PEREIRA, matrícula nº 1309,

ocupante do cargo de Bioquímico, código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/07/92 a 03/07/97.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 283/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2792/97,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a BERNADETE ALBANI LEIRIA, matrícula nº 1998, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 22/11/92 a 22/11/97.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 284/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0036/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ADROALDO MIRA, matrícula nº 1420, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/08/92 a 03/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 285/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0183/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA, matrícula nº 1705, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 08/02/93 a 08/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 286/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 2860/97,

RESOLVE: com fulcro no inciso XVIII, do artigo 7º, da Constituição Federal e, repetido no inciso XIII, do artigo 27, da Constituição Estadual, c/c a Lei nº 10.193, de 24/07/96,

CONCEDER à funcionária LIANA JUK COUTINHO, matrícula nº 1604, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Gestação, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/12/97.

Palácio Barriga-Verde, em 02/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

LEIS COMPLEMENTARES

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

Editoração Eletrônica - DIVISÃO DE ANAIS

O parecer da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 30 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Altera a redação do inciso XVIII e acrescenta novos incisos ao art. 6º da Lei nº 8.676, de 17 de julho de 1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º O Art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 8.676, de 17 de julho de 1992, passa a vigorar com a redação abaixo proposta, e acrescenta-se ao referido artigo outros incisos:

"Art. 6º São integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural:

XVIII - um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina;

XIX - o Secretário Executivo do Programa Nacional de Agricultura Familiar em Santa Catarina - PRONAF/SC;

XX - um representante da categoria profissional dos Engenheiros Agrônomos, indicado por sua entidade sindical;

XXI - um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI;

XXII - um representante da categoria profissional dos Médicos Veterinários, indicado por sua entidade sindical;

XXIII - um representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento da Agricultura de Santa Catarina - CIDASC;

XXIV - um representante da categoria profissional dos técnicos agrícolas indicado por sua entidade sindical;

XXV - um representante do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA;

XXVI - um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina - SINDASPISC;

XXVII - um representante da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA - SDA
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER TÉCNICO

Encaminha-nos a Secretaria de Estado da Casa Civil, através do Ofício Nº 1.680/CC-DIAL, recebido em 17 do corrente, solicitando Parecer Técnico acerca da alteração da redação do inciso XVIII, da Lei Nº 8.676, de 17 de julho de 1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências, com a inclusão de novos incisos ao texto legal. Passemos ao exame.

I - DA INCOMPATIBILIDADE DA ALTERAÇÃO DO TEXTO LEGAL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Diz a Constituição Federal, em seu ART. 23, inciso VIII, que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar". No âmbito do Ordenamento Jurídico estadual, após o advento da Lei Nº 8.676, de 17/07/92, a Política Estadual de Desenvolvimento Rural passou a ter diretrizes objetivas, concretizadas pelas disposições constantes no Art. 3º, do citado diploma legal:

"(...)

Art. 3º - São objetivos da política de desenvolvimento rural:

I - proporcionar condições dignas de vida às famílias de trabalhadores e produtores rurais pescadores artesanais;

II - aumentar a capacidade técnica e gerencial de trabalhadores e produtores rurais e pescadores artesanais, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas;

III - estimular o desenvolvimento das unidades familiares de produção e a diversificação das pequenas e médias agroindústrias;

IV - adotar uma política agrária que busque a democratização e a otimização da estrutura fundiária estadual;

V - estimular e apoiar a organização, tanto da produção quanto dos diversos segmentos que compõem a população rural e pesqueira;

VI - proteger o meio ambiente e garantir o uso racional dos recursos naturais;

VII - garantir o acesso da família rural e pesqueira aos serviços essenciais como educação, saúde, habitação, saneamento, eletrificação, transporte, comunicação, segurança pública e lazer;

VIII - garantir o abastecimento interno do Estado.

"(...)"

O fomento agropecuário supra definido, implica, necessariamente, num engajamento aos princípios e objetivos norteadores da Política Catarinense de Desenvolvimento Rural, transcritos, ensejando uma atuação predominantemente técnica dos membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDERURAL, com as atribuições especificadas no Art. 5º, da Lei Rural:

"(...)

Art. 5º - Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com as seguintes atribuições:

I - propor medidas de desenvolvimento rural, acompanhando e avaliando sua implementação;

II - definir as prioridades a serem estabelecidas nos planos anual e plurianual de desenvolvimento rural;

III - definir as políticas estaduais de pesquisas, de assistência técnica e extensão rural, de fomento à produção agropecuária, e de defesa anitária e vegetal;

IV - definir as políticas estaduais para a pesca e aqüicultura;

V - definir a política agrária para o Estado;

VI - definir as políticas e programas de apoio ao setor rural;

VII - controlar a execução da política de desenvolvimento rural, especialmente no que se refere ao cumprimento dos seus objetivos, bem como a utilização adequada dos recursos pertinentes;

VIII - supervisionar a gestão do Fundo de Terras, do Fundo Estadual de Desenvolvimento Agrícola e do Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária;

IX - propor e decidir sobre a implantação de programas específicos, utilizando recursos especiais destinados à agricultura;

X - decidir sobre propostas de ajustamento ou alteração da política de desenvolvimento rural;

XI - compatibilizar as políticas de desenvolvimento rural com a política de proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais;

XII - integrar esforços dos setores públicos e privados, na defesa dos interesses da agricultura estadual;

XIII - atuar articuladamente com o Conselho Nacional de Política Agrícola e com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

"(...)"

Pelo exposto, pode-se inferir que a atuação do CEDERURAL é eminentemente técnica, exigindo de seus membros a pertinente experiência. Ocorre, que, de acordo com a proposta legislativa aprovada pela Assembléia Legislativa Catarinense, especialmente os incisos XX, XXII, XXIV e XXVI, houve uma sobrevalorização, injustificada sob o ponto de vista técnico, dos sindicatos, em detrimento das instituições profissionais representativas, dotadas de competência legal e técnica, para atuarem em suas respectivas áreas. Refiro-me especificamente aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e de Engenharia e Arquitetura.

Nesse diapasão, impende ressaltar, que, de acordo com a Constituição Federal, ART. 8º, inciso III, **"ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas"**.

Ora, se aos sindicatos, que são instituições privadas, incumbe tão somente a defesa dos interesses particulares de seus sindicalizados, onde está a compatibilização com o interesse público expresso na Lei Nº 8.676? E mais, como se poderia, à luz da Carta Fundamental e do Ordenamento Ordinário complementar público, justificar em um colegiado ligado intimamente a ente personalizado, a presença de membros de organizações cujas prerrogativas implicam na defesa de interesses particulares de um determinado segmento?

Amparando ainda estas observações, deve-se também considerar o risco de politização partidária do CEDERURAL, a partir dos interesses que as instituições sindicais, com poder decisório a partir da proposta legislativa aprovada, despertarão, com evidêntissimo prejuízo ao interesse público, este definido pelo eminente Hely Lopes Meirelles como sendo **"aquelas aspirações ou vantagens lícitamente almejadas por toda a comunidade administrada, ou por uma parte expressiva de seus membros"**.

Contrariamente a isso, vê-se que se tais representações contemplassem indicações efetuadas pelos órgãos profissionais competentes - Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e de Engenharia e Arquitetura -, ante o **munus** de que são dotados tais órgãos bem como considerando suas atribuições públicas, as impropriedades apontadas inocorriam.

II - DA INCOMPATIBILIDADE COM A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

De acordo com a Carta Política estadual, tal como ocorre a partir da Constituição Federal, o Estado de Santa Catarina possui competência para legislar sobre o fomento do setor agropecuário, - Constituição Estadual, ART. 9º, inciso VIII.

Ocorre, que o Processo Legislativo está vinculado, num primeiro momento, as iniciativas legislativas, ou seja, a competência para a deflagração do mesmo.

Neste particular aspecto, devemos destacar o Parágrafo Segundo, do ART. 50, da Carta Política Estadual, particularmente o inciso VI. Diz:

(...)

ART. 50.....

(...)

Parágrafo 2º - São de iniciativa privativa do Governador dos Estados as leis que disponham sobre:

(...)

VI - a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

(...)"

Complementando esse dispositivo constitucional, temos ainda a considerar o que está disposto no ART. 71, inciso 1º, da Carta Política:

(...)

ART. - São atribuições privativas do Governador do Estado:

(...)

IV - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

(...)"

Já vimos anteriormente, que o CEDERURAL foi instituído pela Lei Nº 8.676/92, **como órgão vinculado à Pasta da Agricultura, sob forma colegiada**. Assim sendo, se incorporou à estrutura da atual DAS/SC, passando a possuir existência e disciplina legal de órgão público, cujo braço executor é o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural FDR, aos moldes do que está definido nos Arts. 35 e seguintes da Lei Nº 8.676/92.

De acordo com a Constituição Estadual, nos trechos acima transcritos, a iniciativa de Projetos de Lei para e estruturação, aí entendida a reestruturação, pelo princípio jurídico **de quem pode o mais pode o menos**, pertence ao Exmo. Sr. Governador do Estado, não a Casa Parlamentar. Desse modo não há como subsistir, por absoluto vício insanável de origem o pronunciamento parlamentar ora em debate.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a argumentação supra, somos de Parecer que o pronunciamento parlamentar expresso pela ampliação da composição do CEDERURAL, **é INCONSTITUCIONAL**, por contrariar o que está disposto no ART. 8º, inciso III, da Constituição Federal e ARTS. 50, Parágrafo 2º, inciso VI e 71, inciso IV, ambos da Constituição Estadual.

É O ENTENDIMENTO.

Florianópolis, 18 de março de 1998.

IRINEU RAMOS FILHO

CONSULTOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3347/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar integralmente o projeto de lei que "Acresce § 4º, ao art. 4º, da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995 e altera a redação do inciso V, do art. 9º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 30 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

Acresce § 4º, ao art. 4º, da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995 e altera a redação do inciso V, do art. 9º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Fica acrescido o § 4º, ao art. 4º, da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

§ 4º O benefício previsto no "caput" deste artigo estende-se ao produtor rural, que trabalhe em regime de economia familiar, regularmente cadastrado no registro sumário de produtores agropecuários de Santa Catarina e ao pescador artesanal, quando as transações comerciais forem realizadas exclusivamente com o consumidor final."

Art. 2º O inciso V, do art. 9º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

V - qualquer contribuinte, quanto ao imposto devido em operações ou prestação anterior for promovida por pessoa inscrita ou por produtor rural regularmente cadastrado no registro sumário de

produtores agropecuários e por pescadores artesanais do Estado;"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês posterior à sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ASSUNTO: AUTÓGRAFO LEGISLATIVO QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 9.830/95 E DA LEI Nº 10.297/96.

Senhor Gerente,

Cuida-se de autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995 e dá nova redação ao inciso V do art. 9º da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Examinemos separadamente os dois dispositivos:

A) O art. 4º da Lei nº 9.830/95 (Lei da Microempresa) fica acrescido de novo parágrafo estendendo o tratamento tributário das microempresas (isenção) aos produtores rurais, que trabalhem em regime de economia familiar, e aos pescadores artesanais, nas operações que realizem exclusivamente com consumidores finais.

A Constituição Federal (art. 155, § 2º, XII, g) subordina a concessão de isenções e benefícios fiscais, em matéria de ICMS, à celebração de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, nos termos da Lei Complementar nº 24/75, em homenagem ao princípio da federação. Ou seja, a Carta Magna impõe, nessa matéria, limitações à competência legislativa das Unidades da Federação. O benefício fiscal concedido sem a prévia concordância dos demais Estados e do Distrito Federal está maculado por irremediável vício de inconstitucionalidade.

A própria Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 (lei de regência do imposto) em consonância com o comando constitucional, estabelece expressamente:

Art. 42. Ficam condicionadas a prévia autorização, mediante convênio celebrado nos termos da lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, observado o disposto no art. 99:

I - a concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais;

II - a fixação de alíquotas internas inferiores às fixadas pelo Senado Federal para as operações interestaduais.

A equiparação do produtor rural, que trabalhe em regime de economia familiar, e do pescador artesanal à microempresa, para fins de fruição do benefício, não supre a exigência de convênio. O tratamento fiscal diferenciado para a microempresa e empresa de pequeno porte tem respaldo em disposição constitucional específica. De fato, dispõe o art. 179 da Lei Maior:

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

O comando constitucional é impositivo, ou seja, os entes políticos não podem deixar de dispensar tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Por outro lado, o comando refere-se apenas a essa categoria de contribuintes, não sendo permitidas adições ou extensões a outras categorias. Tratando-se de direito excepcional, a exegese é restritiva.

Mesmo admitindo-se uma suposta "microempresa rural", esta deveria ser definida pela lei, com a identificação de suas características. Não é o caso presente. O benefício foi simplesmente estendido aos produtores rurais e pescadores artesanais, tendo como única condição a exploração em regime de economia familiar.

B) O inciso V do art. 9º da Lei nº 10.297/96 teve sua redação alterada, para atribuir expressamente ao contribuinte adquirente a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pelas operações anteriores promovidas por produtor rural ou pescador artesanal.

A hipótese é de diferimento do imposto para a etapa seguinte do ciclo de comercialização da mercadoria. Esse diferimento já está contemplado pela legislação tributária nos incisos III (produtor rural) e IX (pescado) do art. 149 do Anexo VII do RICMS/SC, introduzido pelo Decreto nº 1.789, de 20 de abril de 1997.

A Lei nº 10.297/96 remeteu ao Regulamento a previsão dos casos de diferimento do ICMS (art. 37, I). Isto porque, tratando-se de modalidade de substituição tributária "para a frente", constitui-se em técnica de arrecadação, sendo melhor tratada em sede regulamentar, devido à maior flexibilidade na administração do imposto.

Mesmo que se pretendesse garantir o diferimento no próprio

texto de lei, seria preferível incluí-lo junto com as outras hipóteses de diferimento previstas no inciso III do § 1º do já citado art. 37.

Isto posto, sugere-se o veto do projeto de lei, com base no § 1º do art. 54 da Constituição do Estado:

a) quanto ao § 4º do art. 4º da Lei nº 9.830/95, por ser manifestamente inconstitucional;

b) quanto ao inciso V do art. 9º da Lei nº 10.297/96, por despidendo, já que as operações a que se refere são diferidas nos termos da legislação vigente.

Este, s.m.j., é o parecer.

Getri, em Florianópolis, aos 18 de março de 1998.

Velocino Pacheco Filho

FTE matr. 184244-7

De acordo. Encaminhe-se ao Diretor de Administração Tributária.

Sidirlei da Silva Eli

Gerente de Tributação

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário de Estado da Fazenda.

Pedro Mendes

Diretor de Administração Tributária

De acordo. Sugiro o veto do presente projeto de lei, pelas razões apontadas no parecer supra. Encaminhe-se ao Secretário de Estado da Casa Civil.

Nelson Wedekin

Secretário de Estado da Fazenda

*** X X X ***

OFÍCIOS

Gabinete do Deputado Gelson Sorgato

Ofício

Florianópolis (SC), em 02 de Abril de 1998.

Exmo. Sr.

Deputado Neodi Saretta

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, conforme documento anexo, estou me afastando das funções de Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, em cumprimento ao que prescreve a Legislação Eleitoral, uma vez que sou candidato à reeleição para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Gelson Sorgato

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/98

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

Ofício nº 0639/98/GABS

Florianópolis, 20 de março de 1998

Excelentíssimo Senhor

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Palácio Santa Catarina

Nesta

Senhor Governador,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, por deixar o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, no próximo dia 2 de abril, para participar do pleito de novembro de 1998, estarei também deixando de integrar o Conselho de Administração da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A. - CIDASC e da Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. - CEASA/SC, assim como o Conselho Deliberativo do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Instituto CEPA/SC.

Dessa forma, cabe a Vossa Excelência indicar os novos membros dos Conselhos citados, em substituição a minha pessoa, cujos nomes serão objeto de aprovação nas respectivas assembleias, que ocorrerão nas seguintes datas e horários:

• 30/03/98 - 09:00h - Instituto CEPA/SC

• 30/03/98 - 11:00h - CEASA/SC

• 31/03/98 - 14:00h - CIDASC.

Conforme já foi informado a Vossa Excelência via ofício nº 0620, de 17/03/98, a assembleia da EPAGRI está marcada para:

• 31/03/98 - 08:30h - EPAGRI.

Respeitosamente,

DEPUTADO GELSON SORGATO

Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

*** X X X ***

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS OFÍCIO/GAB I (S/Nº)

Florianópolis, 02 de abril de 1998.

Exmo. Sr.

Deputado Neodi Saretta

Presidente da Assembléia Legislativa

do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que, conforme documento anexo, estou me afastando das funções de Secretário de Estado dos Transportes e Obras, em cumprimento ao que prescreve a Legislação Eleitoral, uma vez que sou candidato à reeleição para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Agradecendo a atenção recebida, subscrevo-me,

Cordialmente,

MIGUEL XIMENES DE MELO FILHO

Secretário de Estado dos Transportes e Obras

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/98

GABINETE DO SECRETÁRIO

OF/GAB/Nº 218/98

Florianópolis, 02 de abril de 1998.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Paulo Afonso Evangelista Vieira

Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Governador:

Com as minhas respeitadas saudações e em cumprimento ao que determina a Legislação Eleitoral, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar as providências necessárias para o meu afastamento das funções de Secretário de Estado dos Transportes e Obras, cargo para o qual fui nomeado em julho de 1997, pois é meu desejo concorrer à reeleição para a Assembléia Legislativa, em outubro próximo.

Colho o ensejo para agradecer a confiança e atenção que mereci de Vossa Excelência e de toda sua equipe.

MIGUEL XIMENES DE MELO FILHO

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

*** X X X ***

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Palácio Barriga-Verde/Florianópolis, em 13 de abril de 1998.

Ofício nº 023/98 CCJRL

Exmo. Sr.

Dep. NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Venho em conformidade no que prescreve as normas regimentais, solicitar a V. Exa o registro no Diário desta Casa, da Convocação Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, para análise e deliberações acerca dos processos de Representação RP/001 e 002/98, para o dia 16 deste mês, às 11:30 (onze horas e trinta minutos), a realizar-se na Sala nº 27, de Reuniões das Comissões.

Outrossim, informo que enquanto os mencionados processos estiverem sob a carga dessa comissão, efetuaremos reuniões todas às quintas feiras no mesmo local e horário, com a finalidade de serem realizados os procedimentos pertinentes aos feitos acima epigrafados, observando-se, entretanto, para início dos trabalhos, o término da Ordem do Dia da Sessão Plenária.

Certo da preciosa atenção, despeço-me,

atenciosamente,

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 044/98

Declara de utilidade pública

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente Irmã Dulce, com sede e foro na cidade e Comarca de Correia Pinto.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1998.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

Lido no Expediente

Sessão de 31/03/98

JUSTIFICATIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA EGRÉGIA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

À luz do Art. 50 da Carta Magna Estadual, coadunado com o Art. 111., Inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, honra-me sobremaneira submeter à elevada aquilatação de VV. Exas. projeto de lei que "declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Irmã Dulce, com sede e foro na cidade e Comarca de Correia Pinto."

Para tanto, acosto à proposição os documentos que a legislação exige.

Por considerarmos justa e merecida a pretensão, solicito a apreciação e posterior aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 045/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESTRELA, com sede e foro na cidade de São Miguel do Oeste.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, ora submetido à consideração deste Plenário, visa Declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Estrela, do Município de São Miguel do Oeste; entidade essa, sem fins lucrativos.

A Associação dos Moradores do Bairro Estrela pretende representar a comunidade, congregando os munícipes em atividades sociais e culturais que tragam melhorias para todos.

Para que a mesma possa alcançar os objetivos previstos no Estatuto; solicito o acolhimento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 046/98

Dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as Cláusulas que menciona:

Art. 1º É vedado ao Poder Executivo, as empresas públicas e de economia mista cujo controle acionário pertença ao Estado de Santa Catarina, assinarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres que em suas cláusulas conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada, das mesmas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário

Sala das Sessões,

DEPUTADO LICIO MAURO DA SILVEIRA

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

JUSTIFICATIVA

Apresento a deliberação dos demais Pares desta Casa Projeto de Lei que visa vedar ao Governo Estadual, quer seja através do Poder Executivo, quer através de suas empresas públicas ou de economia mista, assinar contratos ou outros instrumentos congêneres que em suas cláusulas preconizem a transferência de seu controle técnico ou administrativo.

Como é de conhecimento público, o Governo do Estado está desenvolvendo ações para arrecadar dinheiro no mercado afim de resolver problemas de caixa.

Para consecução deste objetivo o Poder Executivo está propondo a alienação de ações ordinárias (com direito a voto), mesmo que este número seja inferior a 50 %, mediante cláusulas contratuais transferindo o controle técnico, administrativo, de gestão compartilhada ou outros entes jurídicos.

Para exemplificar, cito o caso da CASAN, que por um valor que não corresponde a 10% do capital social da empresa, (relativo ao ano de 96) os detentores das referidas ações ordinárias passarão a exercer a administração da mesma.

A proposta possui a intenção, através de procedimento uniforme, preservar as demais empresas públicas e de economia mista.

As operações estão sendo efetuadas sem o menor conhecimento da sociedade e com desrespeito à Constituição Estadual, ao Parlamento Estadual e por conseguinte aos catarinenses.

A Lei Maior dos Catarinenses, em seu Art. 13, § 1º, Inciso II, alínea "c", determina:

"Art. 13º A administração pública de qualquer dos Poderes do Estado compreende:

§ 1º - Depende de lei específica:

I -

II - a autorização para:

a) - constituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

b) - instituição de fundação pública;

c) - Transformação, fusão, cisão, extinção, dissolução, **transferência do controle** e privatização de qualquer das entidades mencionadas nas alíneas anteriores. (grifo nosso)

Além disso temos a convicção que, se estas operações forem concretizadas, os novos administradores não levarão em conta o caráter social das entidades citadas, que pela elevada relevância pública de suas funções, devam ser regida à população catarinense.

Assim sendo, com a intenção de coibir estes tipos de "negócios", que considero lesivo ao interesse público, peço a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 047/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3341**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, o projeto de lei que "Altera o art. 56 da Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a organização da administração pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo".

Palácio Santa Catarina, 31 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

PROJETO DE LEI Nº 047/98

Altera o art. 56 da Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a organização da administração pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso VII e acrescidos os incisos VIII e IX ao art. 56 da Lei nº 9831, de 17 de fevereiro de 1995, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56

VII - exercer, direta ou indiretamente, o controle e o policiamento do tráfego, bem como outras atividades relacionadas com a operação das rodovias estaduais;

VIII - atuar, em estrita colaboração com os municípios, no desenvolvimento de seus sistemas rodoviários;

IX - participar, conjuntamente com outras secretarias e organismos de governo, em empreendimentos de interesse do Estado, realizado obras e serviços de infra-estrutura cuja natureza guarde correlação com as especialidades da autarquia."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Florianópolis, 29 de janeiro de 1998.

DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS**MIGUEL XIMENES DE MELO FILHO****AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA****PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA****EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 185/97****1. Apresentação**

Esta Exposição de Motivos apresenta a Vossa Excelência Minuta de Projeto de Lei alterando o artigo 56 da Lei nº 9.831 de 17 de fevereiro de 1995, acrescentando aos objetivos do DER/SC os incisos VIII e IX, e alterando o inciso VII que passam a ter a seguinte redação:

"VII - exercer, direta ou indiretamente, o controle e o policiamento do tráfego, bem como outras atividades relacionadas com a operação de rodovias estaduais;

VIII - atuar, em estrita colaboração com os municípios, no desenvolvimento de seus sistemas rodoviários;

IX - participar, conjuntamente com outras secretarias e organismos de governo, em empreendimentos de interesse do Estado, realizando obras e serviços de infra-estrutura cuja natureza guarde correlação com as especialidades da autarquia."

2. Análise**a) Quanto à alteração do inciso VII**

Pretende-se apenas dar nova redação ao inciso, permitindo com clareza identificar as atribuições do DER/SC, que no texto em vigor refere-se unicamente a "exercer a política do tráfego", ou seja, apenas um componente do vasto elenco de tarefas a desenvolver na área de operação de rodovias sob a responsabilidade do órgão.

Esta redação elucida, por exemplo, que o DER/SC pode contratar empresas para proceder à operação e manutenção de radares eletrônicos, atividade atualmente questionada por entidades e pessoas, por não ser executada diretamente pelo órgão.

b) Quanto à inserção do inciso VIII

Esta medida torna-se necessária para permitir que o DER/SC possa legalmente atuar em estrita colaboração com os municípios, no desenvolvimento de seus sistemas rodoviários, através da utilização de seu pessoal e dos equipamentos das Patrulhas Rodoviárias Mecanizadas ou outros equipamentos próprios do órgão.

Este Departamento tem historicamente apoiado os sistemas rodoviários municipais, na execução de serviços de recuperação ou apoio a melhoramentos de rodovias municipais, utilizando equipamentos próprios integrantes de seu patrimônio. Todos os equipamentos rodoviários, sejam eles utilizados na conservação de rodovias estaduais, que possuem a sigla CSV, ou os utilizados no apoio aos sistemas viários municipais, que possuem a sigla PRM, são integrantes do patrimônio do DER/SC. Igualmente, a nível funcional, os respectivos operadores de equipamentos rodoviários, mecânicos, motoristas, lubrificadores e outros, que desenvolvem essas operações, são integrantes do quadro de pessoal do órgão. Estas condições básicas oferecidas, de pessoal e equipamentos pertencentes ao patrimônio do DER/SC, caracterizam a função executiva operacional deste Departamento.

No entanto, ao analisar-se o artigo 56 da Lei nº 9.831 anteriormente citada, verifica-se não estar contemplado em seu texto, inciso que atribua ao DER/SC o objetivo também de atuar no desenvolvimento de sistemas rodoviários municipais. Este fato, sabidamente apontado por técnicos do Tribunal de Contas, da STO e do DER/SC, tem causado sérios problemas operacionais e administrativos ao órgão, no desenvolvimento destas atividades.

Com a aprovação da proposição ora encaminhada, corrige-se a deficiência na legislação, permitindo com clareza que esta função operacional seja executada pelo DER/SC, cabendo à Secretaria de Estado dos Transportes - STO, desenvolver as atividades relacionadas com seu planejamento e controle.

c) Quanto à inserção do inciso IX

O DER/SC vem tradicionalmente ao longo dos anos atuando de forma significativa na execução de obras de infra-estrutura em empreendimentos de interesse do Estado que objetivam a promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, esta autarquia eventualmente mobiliza pessoal e equipamentos, participando da ação governamental em conjunto com outros órgãos, na viabilização de obras importantes. A participação do DER/SC tem sido, no entanto, por vezes contestada pelo Tribunal de Contas por não estar de acordo com os objetivos primordiais do órgão, adstrito tão somente às atividades de construção, conservação e operação de estradas estaduais.

A presente proposição pretende consolidar esta participação, mediante a inserção no texto legal, de dispositivo que autorize definitivamente o DER/SC a executar as obras de infra-estrutura nos empreendimentos julgados importantes para o desenvolvimento do Estado.

3. Parecer

Faço ao exposto, venho solicitar a Vossa Excelência o imprescindível empenho no encaminhamento deste pleito à consideração do Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido que o mesmo seja enviado à Assembleia Legislativa do Estado, para análise e aprovação, permitindo assim que o DER/SC possa executar suas atividades em conformidade com a Lei.

Segue em anexo minuta do Projeto de Lei, e mensagem do Chefe do Poder Executivo encaminhando o mesmo à Assembleia Legislativa.

No aguardo do seu pronunciamento, subscrevo-me.

respeitosamente,

Miguel Ximenes de Melo Filho

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 048/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3342**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiários Alikkan Pallaoro, Alaike Pallaoro, e Akkauam Pallaoro.

Palácio Santa Catarina, 31 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

PROJETO DE LEI Nº 048/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º fica concedida a **ALIKKAN PALLAORO, ALAIKE PALLAORO e AKKAUAM PALLAORO**, nascidos em 24 de setembro de 1994, representados por sua mãe Beatriz Carmen Pallaoro, portadora do CPF nº 375.708.380-68 e C.I nº 5006127889, Processo SJCP 2021/951, residente em Florianópolis, pensão mensal equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do salário mínimo.

Parágrafo único. A pensão de que trata o "caput" deste artigo será paga aos beneficiários, cabendo a cada um deles 40% (quarenta por cento) do valor total do benefício concedido.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá, anualmente, dos responsáveis pelos beneficiários, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte dos beneficiários;
II - pela entrega dos beneficiários à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência dos responsáveis e dos beneficiários para outro Estado da Federação;

IV - passando os beneficiários a perceberem outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - em 24 de setembro de 2008, data em que os beneficiários completarão 14 (quatorze) anos de idade.

Parágrafo único. A ocorrência de qualquer dos casos previstos neste artigo não acarretará a transferência do percentual para quaisquer dos outros beneficiários.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 049/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3343**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiário Diogo Gorges.

Palácio Santa Catarina, 31 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 01/04/98

PROJETO DE LEI Nº 049/98

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º fica concedida a **DIAGO GORGES**, nascido em 30 de novembro de 1988, representado por sua mãe Salete Terezinha Schmidt Gorges, portadora do CPF nº 868.646.379-72, processo SJCP 1876/953, residente em São Pedro de Alcântara, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá do beneficiário, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte de beneficiário;
II - pela entrega do beneficiário à responsabilidade do Estado;
III - pela mudança de residência do beneficiário para outro Estado da Federação;

IV - passando o beneficiário a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter o beneficiário readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III e IV, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***